

RONES DA MOTA DUARTE

**NATUREZA, TERRA E ECONOMIA AGROPASTORIL-SOURE(CE):1798-
1860**

Dissertação apresentada ao
Mestrado em História Social do
Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
História Social.

Área de Concentração: História
Social

Orientador: prof. Dr. Eurípedes
Antonio Funes

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca de Ciências Humanas

-
- D874n Duarte, Rones da Mota.
- Natureza, terra e economia agropastoril-Soure(CE) : 1798-1860 / Rones da Mota Duarte. – 2012.
- 154 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2012.
- Área de Concentração: História social.
- Orientação: Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes.
- 1.Posse da terra – Caucaia(CE) – Séc. XIX. 2.Sesmarias – Aspectos sociais – Caucaia(CE) – Séc. XIX. 3.Produtividade agrícola – Caucaia(CE) – Séc. XIX. 4.Caucaia(CE) – Condições rurais – Séc. XIX. 5.Caucaia(CE) – Usos e costumes – Séc. XIX.. I. Título.

CDD 981.3109034

123/12

CDD23

RONES DA MOTA DUARTE

**NATUREZA, TERRA E ECONOMIA AGROPASTORIL – SOURE(CE):
1798-1860**

Dissertação apresentada ao
Mestrado em História Social da
Universidade Federal do Ceará,
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre em
História Social. Área de
concentração: História Social

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dra. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC) - Suplente

*Aos meus avós paternos e maternos,
que viveram a maior parte de suas vidas
no campo e sofreram as agruras de uma
concentração fundiária perversa. In
memoriam*

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação para mim foi um trabalho árduo e de descoberta. Não me refiro apenas ao melhor entendimento do objeto em estudo, mas também ao conhecimento dos meus limites e minhas possibilidades. Foram dois anos e meio de pesquisa, escrita e dúvidas que me fizeram questionar minha própria capacidade. No entanto, a dissertação ficou pronta, teve que ser terminada. Por isso, é o momento de agradecer a diversas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o concretização desse objetivo, a quem devo bastante e talvez nunca conseguirei retribuir, pois, como diz meu pai, “favor nunca se paga”.

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Eurípedes A. Funes, orientador, por ter aceitado o desafio de trabalhar comigo nessa aventura. Sua sabedoria, dedicação e, principalmente, paciência, foram fundamentais para conclusão desta pesquisa. Apesar de sua cautelosa orientação, sei que não consegui corresponder a suas expectativas, por isso, assumo quaisquer equívocos, falhas e omissões apresentadas nesta dissertação. Um parágrafo é muito pouco para tentar retribuir a atenção que ele me dedicou, mas tenho que assim fazer e dizer obrigado, pois aprendi muito como você e sou muito feliz por ter participado do seu seletivo grupo de orientandos, isso para mim foi muito importante.

Aos meus professores do Departamento de História, os que passaram por lá ou ainda estão, especialmente a Dra. Edilene Teresinha Toledo, por ter-me introduzido nos estudos históricos de forma prazerosa, ao Dr. Almir Leal de Oliveira, pelos incentivos iniciais neste trabalho, Antônio Gilberto Ramos, pelo profissionalismo, e Dra. Ana Amélia Melo. Sou muito grato também aos professores com quem convivi durante as disciplinas no Mestrado, especialmente ao Prof. Dr. Frederico de Castro Neves, Dr. Franck Pierre G. Ribard e Dra. Adelaide Gonçalves, principalmente por ter participado do meu exame de qualificação e contribuído bastante com sugestões. Agradeço ainda à Dra. Kenia Rios, que esteve na seleção do mestrado, na disciplina da linha Trabalho e Migração, no Grupo de Estudos História, Natureza e Cultura, na Minha qualificação e, finalmente, na defesa.

Agradeço também ao Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa, por ter aceitado participar da banca de defesa do trabalho. Suas considerações com certeza ajudarão na minha caminhada enquanto historiador.

Não posso deixar de reconhecer a importância que tiveram nesse processo os amigos da turma do mestrado em História. Agradeço aos colegas da linha de pesquisa Trabalho e Migração: Alexandre Gomes, Fabiano Barros, Bárbara Elisa, Renata Felipe, essa especialmente pelas preocupações e angústias vividas durante esses trinta meses, apesar de nossos medos individuais, sempre tentamos falar um ao outro que tudo daria certo. Ao amigo Eylo Fagner, pelo grande historiador que é e pelas ajudas que deu durante todo o curso. Tivemos o mesmo orientador, fazendo com que comparações entre nós ocorressem durante o mestrado, e isso foi muito injusto comigo, pois sua competência e capacidade estão anos luz a minha frente. A esses colegas sou eternamente grato, pois, no meio acadêmico permeado pela lógica de mercado, onde imperam muitas vezes o individualismo, a competitividade e produtividade, aprendi com vocês que o companheirismo e solidariedade podem fazer uma grande diferença.

Agradeço aos outros amigos da turma, Reginaldo Alves, Gildemberg de Lima, Rafaela Parga, Roberta Kelly Bezerra, esses três últimos principalmente pelas conversas agradáveis nos fins de tarde. O Laércio Teodoro pela amizade cultivada e Valderiza Menezes, por nos fazer rir, principalmente quando tínhamos vontade de chorar, e ao Leonardo Rolim que, de certa forma, fez parte também de nossa turma.

A Carla Manuela, Eliene Magalhães e Paula Machado. Quando nos conhecemos em 2006, na época de graduação como estagiários do Museu da Imagem e do Som do Ceará, éramos quatro aprendizes de historiador, cheios de sonhos dos quais alguns já conseguimos realizar. Ainda faltam muito mais. Fico feliz por termos cultivado uma amizade sincera e prazerosa, seja nas horas de lazer ou trabalho, que muitas vezes confundem-se e tronam-se ainda mais agradáveis.

Aos amigos da graduação, que sempre torceram por mim: Marilândia Granjeiro, Márcia Michele, Valéria Barros, Marcelo Góis, Juliana Magalhães e Jofre Teófilo. A esses dois últimos, sou muito grato, primeiramente, por continuarem sendo meus amigos, mesmo depois que nos “separamos” com o término da graduação e cada um foi viver sua vida; agradeço ainda pelo incentivo e força para dar início e concluir este trabalho. Sou feliz por poder dizer que vocês são meus amigos.

Aos colegas do Grupo de pesquisa e estudos História, Natureza e Cultura, por terem-me recebido tão bem e pelos debates de textos que ajudaram na construção deste trabalho. Sou grato também aos amigos Thayane Lopes e Thiago Bruno, Paulo Cesar e Ítalo Bezerra, que conheci durante esse período e com quem passei a compartilhar bons momentos da vida.

Agradeço a diversos funcionários das Instituições que ajudaram neste trabalho. Primeiramente, às secretárias que passaram pelo Programa de Pós- Graduação em História da UFC durante esses trinta meses, Nágela, Ana e agora Luciana, além das estagiárias. No Arquivo Público do Estado do Ceará, agradeço especialmente ao Paulo, ao Etevaldo e, principalmente, à Liduína, que sempre foi tão prestativa quando precisei dos inventários para a pesquisa.

À Fundação Cearense de Apoio a Pesquisa – FUNCAP, que financiou esta pesquisa. Uma instituição é extremamente importante para o desenvolvimento humano e social do Ceará e, infelizmente, encontra-se desprestigiada pelas políticas públicas governamentais.

Por último e talvez o mais importante (sem desmerecer ninguém claro), agradeço a todos os meus familiares que torceram por mim, especialmente aos meus primos quase irmãos com quem convivo desde minha infância e não conseguimos passar muito tempo sem nos vermos. Ao meu afilhado, João Guilherme, que tem a mesma idade desta pesquisa e que, pelo seu jeito cativante, aprendi a amá-lo. Ao meu irmão Ronaldo, meu pai Moisés, e, principalmente, minha mãe Áurea, que teve grande parte de sua vida dedicada à educação e por isso sempre acreditou que esse seria o melhor caminho para mim. Ela foi e ainda é minha base de sustentação. Sei que posso contar com ela em todos os momentos, sejam os alegres ou tristes, ela sempre está presente para ajudar-me e, apesar dos meus defeitos, sei que todos esses me amam.

Enfim, agradeço a todos vocês que ajudaram durante o período de minha formação. Apesar de tudo, acho que sou um bom historiador social, pois consegui concluir esse trabalho em trinta meses, quando precisava de mais outros tantos e, principalmente, por ter tido uma vida social, pois sem isso não podemos nos considerar como tal. Esse mestrado valeu apenas, pois acima de tudo fui muito feliz e é isso que realmente importa.

RESUMO

Este trabalho procura compreender os modos de vida de produtores agrícolas em Soure nos primeiros sessenta anos do século XIX, levando-se em consideração o acesso a terra, a produção agropastoril e as relações desses sujeitos com a natureza. Inicialmente, estudo o processo de colonização do litoral oeste cearense que iniciou a formação de uma zona agropastoril com propósitos comerciais. Nesse sentido, analiso as primeiras expedições enviadas ao litoral cearense, buscando, a partir dos relatos deixados pelo padre Luís Figueira e Martins Soares Moreno, identificar as paisagens e as características naturais do território encontradas pelos colonizadores que passaram a solicitar terras nessa região, assim como o perfil social dos sesmeiros, e as disputas entre nativos e colonizadores pelo território. Em seguida analiso os efeitos da Lei de terras de 1850 para a consolidação da zona agropastoril nessa região, onde, a partir do livro de terras e dos inventários *post-mortem*, busco identificar as formas de acesso a terra, o tamanho das propriedades, sua localização e as paisagens agrárias constituídas até 1860. Por fim, estudo as atividades agropastoris desenvolvidas por esses produtores, assim como a leitura da natureza realizada pelos mesmos na busca pela melhor utilização dos recursos naturais para a atividade agrícola e os impactos ambientais provocados pelas técnicas de plantio e introdução de plantas exóticas aos ecossistemas de Soure que proporcionaram a criação de uma nova paisagem agrária.

Palavras-chave: Natureza,.Terra. Produção agropastoril. Paisagem agrária.

ABSTRACT

This work seeks to understand the way of life of the farmers in Soure during the first 60 years of the nineteenth century, taking into account land access, agro-pastoral production and the relationship these people had with nature. First I shall consider the colonization process of the west coast of Ceará, which initiated the formation of an agro-pastoral zone destined for commercial purposes. To this end, I shall examine the first expeditions to be sent to this coast, and seek to identify, from the accounts left by Father Luis Figueira and Martins Soares Moreno, the landscape and natural features of the area found by the settlers. Conquest of the territory was later carried out by soldiers from the Fortress of *Nossa Senhora da Assunção*, who began to apply for land grants in the region. I therefore look at the social profile of those who received these grants, and the advance into indigenous lands that caused disputes between natives and settlers throughout the territory. I shall then look into the effects of the Land Law of 1850, which was intended to consolidate the agro-pastoral zone in this region, and from the land registry of the Parish of São José do Ribamar, and from post-mortem inventories, I shall identify forms of land access, size and location of properties, and the agrarian landscapes created up until 1860. Finally, I shall look at the agro-pastoral activities developed by these farmers, as well as their understanding of nature, as used in the quest for a better use of natural resources for agriculture activities, and the environmental impacts caused by planting techniques and the introduction of exotic plants into the ecosystems of Soure, which resulted in environmental changes and the creation of a new agrarian landscape.

Keywords: Nature. Land. Agro-pastoral production. Agrarian landscape

LISTA DE TABELAS E MAPAS

Tabela 01: Sesmarias doadas entre o rio Ceará e Curú (1680-1800)	40
Tabela 02: Registro de propriedade da Freguesia de Fortaleza (tamanho da propriedade em léguas)	71
Tabela 03: Registro de propriedade da Freguesia de Fortaleza (Número de propriedade por proprietário)	72
Tabela 04: Formas de aquisição da propriedade	75
Tabela 05: Terras aforadas da Vila de Soure.....	83
Tabela 06: Número de propriedade por inventário	86
Tabela 07: Número de propriedade de acordo com atividade econômica	87
Tabela 08: Escravos por inventário	99
Tabela 09: Quantidade de gado vacum e cavalari	101
Tabela 10: Produção de farinha de mandioca por freguesia no ano de 1862	111
Tabela 11: Produção de algodão por freguesia no ano de 1862.....	115
Tabela 12: produção de café no Ceará em 1862 por freguesia	119

MAPAS

MAPA A: Mapa de Soure no ano de 1823	141
MAPA B: Mapa de Soure em 1872	142
MAPA C: Paisagens agrárias em Soure- 1823-1860	143

SUMÁRIO

Introdução	12
1. A Conquista da Terra: colonização do litoral oeste da Capitania do Siará Grande....	28
1.1. Natureza e cultura percebidas nas primeiras expedições ao litoral cearense.....	29
1.2. Os rios e a conquista da terra: um perfil social dos primeiros colonizadores.....	36
1.3. O avanço colonizador sobre as terras indígenas do litoral oeste a Fortaleza	47
1.4. De aldeia a vila: Caucaia no contexto da colonização.....	56
2. Estrutura Agrária e Paisagens Rurais	64
2.1. Posse da terra	68
2.2. Paisagens agrárias e leituras da Natureza.....	85
3. Produção Agropastoril e Paisagem Transformada.....	98
3.1. A pecuária e as “terras de criar”	100
3.2. Produção agrícola e transformações ambientais.....	106
3.2.1. Mandioca e produção de farinha 1058	109
3.2.2. Plantio de algodão	114
3.2.3. Café	118
3.2.4. Cana-de-açúcar	123
3.2.5. Árvores fruteiras e outras atividades complementares nas unidades produtivas	126
3.3. A paisagem (re)desenhada.....	130
Considerações Finais	137
Bibliografia e Fontes	144

INTRODUÇÃO

Enquanto ouvia, fascinado, as histórias de infância vividas por minha mãe, percebia nela, também, o prazer em narrar as agruras e as felicidades vividas pela família. Sua fala era um misto de saudade com alívio, pois apesar do saudosismo, os tempos eram difíceis.

Os pais, agricultores pobres moraram até a década de quarenta do século XX na serra do Camará, em Caucaia, onde viviam da agricultura e dos recursos extrativos que a terra oferecia.

O tempo passava e a cada ano a família aumentava com a chegada de um novo filho. A vida não dava trégua, e continuava difícil. A terra não mais produzia o suficiente para sustentar os filhos, que eram dois irmãos paternos, do primeiro matrimônio, e seis que haviam nascido da nova união. Se a terra não mais correspondia às expectativas, era preciso buscar novos horizontes.

O chefe da família resolveu então migrar. Desceu a serra em direção ao Coité, ainda em Caucaia, localidade mais próxima do litoral, pois diziam que lá havia terras disponíveis e férteis, que, se bem cultivadas, poderiam ser bastante produtivas. Assim, partiram levando oito filhos, e foram morar nas terras de um primo, que depois se tornou compadre. O uso da terra tinha um valor que era pago em alqueires de farinha.

Na nova moradia, nasceram mais seis filhos que, junto aos oito primeiros, trabalhavam no cotidiano do pequeno sítio arrendado. Plantava-se mandioca, cana, feijão e, nas épocas de inverno bom, podia-se esperar até algum arroz que dava na beira de um açudinho onde a terra era molhada. No entanto, era preciso mais. O pai se “rebolava” para alimentar os filhos. Por estar próximo ao litoral, comprava e revendia peixe, fazia chinelos, e, quando a terra molhada do açude possibilitava, produzia, também, tijolos.

Os tempos mais animados eram quando tinha a farinhada. O pai acordava os filhos antes da meia-noite e levava todos eles à casa de farinha, que ficava em seu quintal, onde a família se juntava aos vizinhos e trabalhava descascando mandioca. Pai e filhos começavam ainda à noite a raspar uma

“montanha” de mandioca produzida nas terras arrendadas, e quando amanhecia já não tinha mais nada.

Boa também era a época de moagem da cana, quando a família dirigia-se a um engenho em terras de um vizinho, acompanhada do “pontaria”, jumentinho que acabava fazendo parte da família, que carregava a cana para ser moída e fazer rapadura. Desse processo vinha um dos momentos mais saborosos, pois tomavam os irmãos e o patriarca caldo e comiam o melaço da cana. “Dá água na boca só de lembrar!”

No entanto, mesmo sem desprezar os momentos doces e agradáveis, o trabalho era árduo e a vida era levada com dificuldades. Apesar de uma maior abundância de água, os períodos de estiagem mais demorados eram sentidos. As políticas públicas preventivas quase inexistiam, e nesses momentos difíceis a família se desestabilizava. O pai com os filhos homens iam para frente de trabalho fazer calçamento para receber algum tostão do Governo. Outros filhos maiores tiveram que migrar e buscar melhores condições de vida fora do campo, obrigando-se a partir para outro estado. O destino foi Brasília. À época de sua construção, essa capital planejada apareceu como o lugar das oportunidades, conquanto só oferecesse boas condições de vida para poucos.

Aos que ficaram a vida no campo não se mostrava mais a partir de sua expressão atrativa. Depois de tanta dificuldade e trabalho pesado, o pai resolveu migrar novamente, dessa vez na década de sessenta. Buscava, com alguma centelha de esperança, novas alternativas. Seu maior desejo era dar um futuro melhor aos filhos, e fugir das dificuldades da zona rural. O campo não mais interessava, e a cidade apresentava-se como atrativo. Suas idas à zona urbana para comprar e vender produtos o seduziu e o influenciou no desejo de partir. Lá os filhos poderiam estudar e trabalhar. Todavia, outro ponto fascinava ainda o chefe da família. Tratava-se da energia que chegava a cidade. Sonhava, então, em possuir uma geladeira, a ponto de dizer que quando comprasse aquele bem “até o café que beberia seria gelado”. Feitos os planos e as malas (estas nem tanto generosas quanto os primeiros), partiu o pai com a mulher e os filhos para a cidade, e não mais voltou.

Histórias como essas são tão comuns no Ceará que todas parecem ser iguais. Concentração fundiária, trabalho na lavoura, seca, migração, desejos, frustrações são ações, acontecimentos e sentimentos comuns em histórias de vida e sobrevivência de pessoas simples, que ficaram sempre à margem das políticas públicas, num processo histórico e, portanto, dinâmico – mas quase estrutural – de exclusão de homens e mulheres da sociedade. Mesmo assim, muitos desses atores históricos sonharam e lutaram por uma vida melhor.

No entanto, tão grave quanto ter ficado à margem da sociedade foi a condenação imposta pela disciplina histórica que negligenciou por muito tempo as trajetórias e histórias de vida desses sujeitos, produzindo uma História generalizante sobre o Brasil, privilegiando as narrativas da classe e regiões dominantes, onde se valorizou, por muito tempo, apenas as *plantations* monocultoras e escravistas.

Felizmente, a sociedade e a história são dinâmicas, estão sempre em transformação, de modo que uma série de mudanças ocorridas no mundo social impôs à disciplina histórica a necessidade de conhecer e narrar a trajetória de vida de pessoas simples, anônimas, mas que resistiram à complexidade e às dificuldades da vida, traçando seus caminhos dentro do horizonte possível.

No caso do Brasil, essa mudança de postura na disciplina histórica fortaleceu-se nos anos finais da década de 1970¹, quando a historiografia brasileira começou a passar por uma renovação acerca da temática sobre o mundo e o trabalhador rurais, dialogando com novas fontes históricas, em especial com as cartoriais a exemplo dos inventários *post-mortem*, que até então eram pouco utilizadas por pesquisadores para compreensão da realidade agrária brasileira. Esse novo corpus documental seguiu as inovadoras metodologias de pesquisa, cujo objetivo seria chegar a novas abordagens, diferente das que se tinham até aquele momento, sobre os modos de vida,

¹ No final do ano de 1976, a Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Ministério da Agricultura realizou um Seminário nacional sobre desenvolvimento agrícola. Este evento teve como uma das responsáveis a Professora Maria Yedda Linhares. “O programa de pesquisa começou a ser montado em 1977, com o levantamento de fontes etc. Começamos na região Norte e Nordeste”. In: MORAIS, José Gerardo Vinci de. **Conversas com historiadores brasileiros** (entrevista a Maria Yedda Linhares) São Paulo: ed. 34,2002, 400p.

organização do trabalho e cotidiano do homem do campo, principalmente daqueles que não se inseriam na lógica da *plantation* monocultora.

Mesmo essa nova abordagem do mundo rural, que trouxe à cena histórica os homens pobres livres e a pequena propriedade agrícola, desconsiderou em sua grande maioria o meio biofísico no qual esses sujeitos estavam inseridos, não tornando relevante a relação entre natureza e cultura no cotidiano dos homens e mulheres do campo.

Nesse sentido, este trabalho buscou compreender os modos de vida dos homens do campo, especificamente produtores agrícolas situados em Soure entre os anos de 1798 a 1860, levando em consideração a relação entre natureza e cultura, pois como expressa Sabourrin, “*é impossível analisar as lógicas dos sistemas técnicos, econômicos e sociais sem levar em conta as especificidades dos ambientes naturais do meio rural*”². No entanto, não se pretendeu reduzir as explicações ao mundo natural, nem ter este como um total condicionante das relações que se estabeleceram, mas analisar como os sujeitos propostos aqui interpretaram o meio ambiente, utilizaram os recursos naturais disponíveis e transformaram a paisagem na qual estavam inseridos, pois paisagem modificada é uma expressão de cultura, ou seja, da ação humana.

A região proposta para este estudo está situada a oeste de Fortaleza, e compreendia, nos séculos XVIII e XIX, as atuais cidades de Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Paracuru. Essa região doravante será denominada genericamente de Soure. Tal recorte espacial justifica-se pelo fato de que no período de colonização da capitania do Siará Grande esse espaço foi uma das primeiras zonas de ocupação dos colonizadores, que eram, em sua grande maioria, soldados baseados no forte de Nossa Senhora da Assunção. Essa região funcionou como zona de alargamento das fronteiras coloniais indo em direção ao rio Acaraú e seus afluentes, uma das principais vias de penetração e ocupação dos colonizadores para o interior da capitania.

² SABOURRIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 22.

Outra questão não menos importante para justificar esse trabalho é a própria presença humana nessa região mesmo antes do processo de colonização, pois diversos grupos nativos ocupavam esse espaço que aos poucos foi sendo apropriado pelos colonizadores que vieram em busca de geração de riquezas. Esses grupos, pauperizados por tal processo violento, conviveram com outros, não menos excluídos dos recursos produzidos, e formaram ao longo da História uma massa camponesa que sofreu as agruras e perversidades a eles impostas. Assim, seguindo os caminhos traçados por uma nova história, nada mais justo do que contemplar qualquer rastro da ação humana.

A pecuária foi a principal atividade econômica que garantiu a ocupação pelos colonizadores, complementada por uma agricultura de subsistência. No entanto, antes da chegada destes, essa região era ocupada por diversos grupos indígenas. De sorte que, esse processo inicia também uma série de confrontos entre nativos e colonizadores que disputaram aquele território. Para os nativos, a terra tinha um valor simbólico, pois além de garantir a sobrevivência, era fundamental para preservação da cultura e da vida espiritual, fortalecendo o sentimento de identidade e pertença à determinada etnia. Para os colonizadores, a terra era um recurso produtivo que, juntamente com a água, madeira e animais, poderia constituir bem comercializável e passível de geração de riquezas.

É importante ressaltar que os colonizadores que vieram para a Capitania do Siará Grande, eram de diversos grupos, muitos deles homens pobres e livres vindos das regiões açucareiras, onde não conseguiam ter espaço frente aos grandes proprietários. Muitos migraram para essa região em busca de terras para criar gados e desenvolver alguma atividade agrícola. Nesse sentido, todo aquele que não era indígena e inseriu-se nesse processo será designado neste trabalho como “não índio”.

O avanço colonizador e as atividades econômicas que se desenvolveram com esse processo provocaram diversas transformações na paisagem dessa região. Nesse sentido, esse trabalho será baseado no conceito de “sistema agroecológico” que segundo o historiador Donald Worster,

Como o nome sugere, é um ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas - um ecossistema domesticado. Trata-se de uma reestruturação dos processos tróficos na natureza, ou seja, os processos de fluxo de alimento e energia na economia dos organismos vivos. Em qualquer lugar, uma tal reestruturação envolve uma pressão das energias produtivas de algum ecossistema para servir mais exclusivamente a um conjunto de propósitos conscientes, muitas vezes localizados fora dele – a saber, a alimentação e a prosperidade de um grupo humano.³

Os grupos nativos que ocupavam essa região antes da chegada dos colonizadores tinham também seu “sistema agroecológico” que era necessário para a manutenção e sobrevivência do grupo. Esse regime agrícola causava alterações no ecossistema, mas nada comparado com o que iria se suceder com o processo de colonização, pois, devido à lógica mercantilista de geração e acumulação de riquezas e uma maior pressão demográfica, houve uma intensificação do uso da terra através de atividades como a pecuária e a necessidade de produzir mais alimentos, impondo mudanças mais aceleradas na paisagem local.

O encontro entre nativos e colonizadores nesse contexto provocou diversas disputas pela terra, momento em que novos usos desses espaços são colocados por aqueles que vinham em busca de gerar riquezas a partir da apropriação do solo e dos recursos hídricos. Mas o avanço sobre as terras ocupadas por indígenas não se deu de forma pacífica, havendo resistência aberta a essa invasão. No entanto, grande parte das áreas por eles ocupadas foi apropriada pelos colonizadores, cabendo aos indígenas ficarem confinados em espaço delimitado pelas autoridades coloniais. Nesse sentido, foram criados os aldeamentos indígenas, cujo objetivo seria, entre outros, deixar o território livre para o avanço agropastoril. No entorno de Fortaleza foram criados três aldeamentos, a saber: Paupina, Parangaba e Caucaia, este último estava situado na região em estudo e, assim como os demais, estava subordinado à Companhia de Jesus.

³ WORSTER, Donald. Transformação da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. In: **Ambiente e Sociedade**. Campinas: Unicamp, Vol. V – nº 2 – ago./dez. 2002 – Vol. VI – nº 1- jan./jun. p. 29, 2003.

No primeiro momento de colonização, a criação dos aldeamentos foi fundamental para garantir a conquista do território pelos colonizadores. Todavia, com a consolidação desse processo, estes espaços passaram a ser um entrave para os projetos da Coroa portuguesa de modernização da Colônia e dos interesses dos colonos, pois estes sentiam a necessidade de apropriarem-se das terras indígenas e utilizar os nativos como mão de obra na lavoura.

Com a colonização consolidada na capitania do Siará Grande, na segunda metade do século XVIII, a questão dos aldeamentos indígenas ganha um novo capítulo. Pois através de uma ordem régia de 3 de setembro de 1759⁴ os jesuítas, que até então administravam grande parte das aldeias de índios, foram expulsos de Portugal e de seus domínios, passando as aldeias indígenas a serem elevadas à categoria de Vila. Nesse contexto, Paupina passou a se chamar Villa Nova de Mecejana, Parangaba tornou-se Villa Nova de Arronches e Caucaia passou a ser denominada Villa Nova de Soure. Para a administração das novas vilas, foi criado um conjunto de leis denominado de diretório que continha 95 artigos, segundo o qual deveria ser indicado um juiz ordinário indígena, além de incentivar o casamento entre brancos e índios⁵. Essas medidas visavam a incorporação dos indígenas à sociedade colonial, não fazendo distinção de suas especificidades culturais frente a outros grupos envolvidos nesse processo.

Essas mudanças não surtiram efeitos imediatos. Conforme Maico Xavier, a elevação dos aldeamentos à condição de Vila e a expulsão dos jesuítas não desorganizou as terras das aldeias, que continuaram a existir e a ser ocupadas por indígenas mesmo após esse processo⁶. A permanência desses nas aldeias acabou tornando-se um entrave para o avanço sobre essas terras por não índios.

⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002, p.78.

⁵ Id. Ibidem., p. 80.

⁶ XAVIER, Maico Oliveira. **“Cabôcullos são os brancos”**: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Villa Viçosa Real-Século XIX. (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História-UFC, 2012, p. 82.

A criação do conjunto de leis (Diretório Pombalino) para regular a vida nas Vilas de índios seguida pela substituição de um poder religioso centrado na figura dos padres jesuítas por um comando laico tendo a frente um diretor não índio foi ainda mais prejudicial para os nativos, pois se “os *chefes indígenas tinham os religiosos como aliados contra a violência dos proprietários, enquanto que os diretores eram a própria violência na vida índia, segundo a versão deles próprios*”.⁷

O Diretório não alcançou os objetivos esperados, pois durante os anos de sua vigência, intensificaram-se os conflitos dentro das Vilas entre índios e não índios, obrigando a Coroa Portuguesa, através da rainha D. Maria I, a expedir uma Carta Régia, datada de 12 de maio de 1798, mandando extingui-lo. Esse documento trazia expresso em seu conteúdo, pontos em comum com o que havia sido colocado pelo Diretório, pois visava o combate a “ociosidade dos indígenas”, o incentivo para o casamento entre brancos e índios, a “liberdade de comércio com os gentios” e outra questão extremamente importante nesse processo que foi a autorização para que “todo aquele livre que quizer estabelecer-se nas terras e povoações dos gentios, lhe será concedida licença para isso”⁸. Esse ponto é fundamental para compreensão da formação de uma zona agrícola em Soure, pois a partir desse ano pode-se dizer que houve um maior avanço sobre as terras do litoral oeste cearense. E os indígenas, com as terras expropriadas mais uma vez, tinham como uma das poucas alternativas tornarem-se mão de obra nas lavouras.

A anulação do Diretório era parte de um processo mais amplo pensado pela Coroa Portuguesa dentro do contexto de crise do sistema colonial que se sucedeu nas décadas finais do século XVIII. Para membros da classe dominante e intelectuais ligados ao Estado português, era necessário o aumento e a modernização da produção agrícola nas capitanias e a incorporação dos índios aos setores produtivos da sociedade⁹. A riqueza agora

⁷ Id. *Ibidem.*, p. 82.

⁸ Id. *Ibidem.*, p. 77. *Apud*: Carta Régia de 12 de maio de 1798. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1988, p. 221.

⁹ PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 66.

deveria vir da própria terra; assim, era necessário inserir os índios dentro da lógica produtiva e incentivar também os produtores agrícolas.

As mudanças ocorridas nos anos finais do século XVIII foram fundamentais para que o projeto de desenvolvimento da Colônia e das capitanias, que passava principalmente pelo incentivo da produção agrícola, obtivesse êxito. Nesse sentido, tem-se o ano de 1798, em que se deu a promulgação da carta Régia que extinguiu o Diretório Pombalino, como data inicial desse estudo; pois essa medida, conjuntamente com outras expressas anteriormente, foi importante para a ocupação de novas terras por não índios e a consequente expansão do “sistema agroecológico”, na região em estudo, iniciando outro momento de maior intervenção do homem no ambiente, ocasionando transformações mais intensas na paisagem local.

Como delimitação final, tem-se o ano de 1860, que foi um período de intensas transformações no território brasileiro, principalmente com a criação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, comumente denominada Lei de terras, que teve como um de seus desdobramentos a obrigatoriedade de todo dono de terra registrar sua propriedade. Apesar de a lei ter sido aprovada e sancionada em meados do século XIX, seu efeito foi sentido na prática apenas nos anos finais dessa década, quando houve o processo de registros de terras pelos proprietários particulares, a partir do qual estes eram obrigados a declararem suas posses. Assim, percebeu-se, durante a análise do Livro de terras dessa região, que as terras devolutas eram em pequeno número, e quase totalidade desse território já estava em posse de algum proprietário, podendo-se afirmar que a fronteira agrícola em Soure encontrava-se fechada.

Nesse mesmo período, o Ceará passava por outras transformações tais como a incorporação ao mercado mundial através da produção de algodão, através da qual a capitania passou de uma agricultura predominantemente de subsistência para uma agricultura voltada ao mercado. Essas transformações implicaram também em mudanças nas formas de acesso a terra e nas relações de trabalho¹⁰, bem como num novo aumento da produtividade.

¹⁰ PINHEIRO, Francisco José. **A organização do mercado de trabalho no Ceará (1850/1880)** – (Mestrado em História) UFPE, Recife, 1990.

Terra, produção agropastoril e recursos naturais são três pontos fundamentais para que se tenha uma melhor compreensão acerca dos modos de vida dos sujeitos propostos neste estudo. Esses aspectos não serão analisados de modo isolado, uns em relação aos outros. Pelo contrário, aparecerão aqui de maneira transversal durante todo o estudo, pois são pontos indissociáveis das relações sociais que se desenvolveram no cotidiano dos produtores agrícolas.

A questão da terra é um ponto essencial para compreender essa história. A colonização colocou dois mundos em confrontos¹¹. Nativos e colonizadores passaram a empreender disputas pela terra e principalmente os recursos naturais disponíveis tais como a água. Os grupos envolvidos nesse processo tinham percepções diferentes acerca desses recursos naturais, sendo que as necessidades de apropriação e usos provocaram diversos conflitos entre índios e não índios e posteriormente geraram relações de dependência entre proprietários de terras e despossuídos destes recursos.

Com o processo de colonização e consolidação da zona agropastoril, outras questões perpassam os embates em torno da terra. A lei nº 601, aprovada em 1850 e mais conhecida como de Lei de Terras, passou a regular a aquisição das terras devolutas, definindo a compra como única forma de acesso as essas, não sendo mais adquiridas através de doações do Estado, como acontecia com as sesmarias desde o início da colonização até o ano de 1822, em que foram proibidas as concessões. A terra passa a ser uma mercadoria, condição que muda também a percepção acerca da natureza e das formas de relacionar-se com a mesma.

O trabalho é outro ponto central para desenvolvimento da atividade agrícola e produção agropastoril. A partir das relações de trabalho, das formas que se processaram naquela região, assim como a produção, é possível ter uma melhor compreensão de como os homens do campo relacionavam-se entre si e com a natureza, buscando desenvolver técnicas que transformaram a paisagem.

¹¹ PINHEIRO, Francisco José. Mundos em Confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone(org.). **Uma nova História do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.17

A natureza, ou melhor, os recursos naturais disponíveis são outro tema que perpassam todo o presente estudo e, além disso, eles são um ponto-chave para analisar e compreender os modos de vida dos homens que lidam diretamente com atividades do campo. Desse modo, entende-se, aqui, que natureza e cultura são indissociáveis.

Neste sentido, é lícito afirmar que a história da natureza é também a história dos próprios homens, já que estes não se relacionam com a natureza ou a conhecem de uma maneira abstrata e genérica, mas segundo as necessidades impostas pelo relacionamento que mantém entre si.¹²

Ao falar de natureza, há que se levar em conta esta não se tratar de uma simples palavra com uma única definição, mas, sim, de um conceito. E, como tal, este é bastante polissêmico. Sobre sua definição e interpretação, podemos encontrar as mais diversas formulações, pois sua conceituação depende do agrupamento humano em que a mesma é proposta, particularmente, do tipo de sociedade ou classe social à qual essa tentativa de (re)significação se refere¹³.

Nesse sentido, o historiador Josep Fontana chama a atenção para que ao estudarmos a categoria social que encerra os homens do campo não podemos perder de vista o seguinte: estes atores históricos e sociais não conformam grupos homogêneos. Sendo fundamental, portanto, identificar – se for o caso – suas divisões internas,¹⁴ para, assim, perceber melhor como aqueles homens e mulheres se relacionavam com a natureza. Como grupo social bastante diversificado, com hierarquias e distinções, principalmente acerca da posse dos recursos naturais/produtivos, é preciso levar em conta que, a partir das necessidades de usos de cada grupo, surgem percepções diferenciadas e valores atribuídos à natureza, o que em muitos casos gera conflitos, mas também a necessidade de acordos e negociações. Nesse sentido, é objetivo deste trabalho analisar os diversos valores atribuídos aos

¹² CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 22.

¹³ Id. *Ibidem.*, p. 14.

¹⁴ FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Tradução: Heloisa Jochims Rachel e Marcelo Fernando Da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 442.

recursos naturais e as formas de se relacionar dos produtores agrícolas com os mesmos.

O referencial teórico a ser desenvolvido aqui é bastante devedor do trabalho de Donald Worster, historiador ambiental, que, em um artigo clássico intitulado “Para fazer história ambiental”¹⁵, trata de teoria e metodologia acerca da pesquisa nessa área de produção do conhecimento histórico e chama a atenção para três níveis básicos que envolvem a experiência humana ao longo da história, bem como para o fato de que o pesquisador, ao se deparar com o objeto, deve estar atento para perceber onde tais dimensões fundamentais se entrecruzam.

O primeiro diz respeito ao “*entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado*”. Aqui, cabe ao historiador analisar os ambientes com eram no passado e como a ação do homem interferiu no mesmo, buscando perceber as transformações empreendidas ao longo do tempo, tanto pela própria ação da natureza quanto pelo homem. Para chegar a esse entendimento, é fundamental o diálogo com outras áreas do conhecimento como a geologia, geografia física e principalmente a ecologia, dentre tantas outras disciplinas que podem ajudar a elucidar melhor a construção do objeto histórico¹⁶.

O segundo nível trata da “*cultura material de uma sociedade e suas implicações para a organização social e sua interação com o meio ambiente*”¹⁷. Nesse sentido, cabe ao historiador ambiental buscar compreender que técnicas o homem criou para interagir com a natureza, já que “*a tecnologia é a aplicação de habilidades e conhecimento à exploração do ambiente*”¹⁸. Isso se dá principalmente pela necessidade de se buscar a sobrevivência e é a partir dela, especialmente da criação de sistemas “agro-ecológicos”, que há uma proximidade maior entre homem e recursos naturais e assim a paisagem é transformada.

¹⁵ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol.14, nº 8, pp.198-215,1991.

¹⁶ Id. Ibidem., p. 202-206.

¹⁷ Id. Ibidem., p. 206-209.

¹⁸ Id. Ibidem., p. 206-209.

O terceiro nível de análise refere-se às percepções, às ideologias e aos valores que o homem cria a partir de sua relação com a natureza. Worster ressalta que povos que convivem juntos podem muitas vezes ter visões diferenciadas acerca do meio ambiente e o “*historiador deve estar atento para essas diferenças e deve resistir a generalizações fáceis sobre a ‘mentalidade’ de um povo ou de um lugar*”¹⁹. Aqui, cabe analisar como os grupos envolvidos neste estudo percebiam os recursos naturais em sua volta e os utilizavam.

Um dos desafios deste estudo é analisar esses três níveis articulados em consonância com os modos de vida desses produtores agrícolas. Cabe salientar que o cotidiano desses sujeitos será investigado através das formas de acesso a terra, da relação de produção que envolve natureza, técnica e trabalho. Para tanto, convém examinar os aspectos naturais da região em estudo em que esses atores vivenciaram seu “espaço de experiências” e quais meios os homens e mulheres criaram para interagir com esse em busca de certo “horizonte de expectativas”²⁰, tendo em vista compreender quais as estratégias, ações e escolhas adotadas ao longo de suas vidas.

As fontes para a análise do mundo rural e das interações entre as sociedades e a natureza são as mais variadas possíveis²¹, podendo ser utilizadas aquelas tradicionalmente exploradas por historiadores ou até outras ainda pouco trabalhadas, pois, para a abordagem ambiental, o que deve predominar é um novo olhar do pesquisador tendo em vista interrogar a fonte e dela extrair respostas para seus problemas.

Para um melhor entendimento de como se deu a ocupação da região e as tomadas das terras indígenas pelos colonizadores serão analisadas as cartas de doações de sesmarias e documentos acerca do período colonial, divulgadas na Revista do Instituto do Ceará. Esta documentação possibilita ver as características do espaço colonizado e ajuda a identificar em que período

¹⁹ Id. Ibidem., pp. 209-214.

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

²¹ Para uma análise das possibilidades de usos das fontes pela História ambiental, ver: DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.

ocorreu a sua conquista; dando, com isso, a conhecer quem eram os sesmeiros, que táticas criaram para solicitar terras e as disputas que surgiram a partir desse processo, o que contribuiu para o surgimento de uma zona agrícola no entorno de Fortaleza.

Os registros de terra da freguesia de Fortaleza produzidos a partir da Lei de Terras, de 1850, e do regulamento de 1854, que criou os mecanismos para execução da lei, são fundamentais para um melhor entendimento acerca das formas de ocupação da terra, assim como o conhecimento do tamanho médio das propriedades agrícolas e sua localização. Esses registros foram produzidos entre os anos de 1855 e 1858 e estão contidos no Livro de Terras de Fortaleza, pois a localidade em estudo à época fazia parte dessa freguesia.

A documentação de origem cartorial constitui importante fonte sobre os modos de vida do homem do campo. Por isso, foram utilizados os inventários *post-mortem* do Cartório de órfãos de Fortaleza, onde estão depositados esses documentos. Esses registros, apesar de serem produzidos somente depois da morte de certo indivíduo, são bastante reveladores do contexto social de uma época, pois, a partir desse processo judicial, é possível identificar os bens deixados pelo falecido, possibilitando assim fazer uma análise mais bem fundada sobre o modo de vida da família e da sociedade à qual esta pertencia.

Assim, a análise dessa documentação possibilitou pensar acerca da estrutura agrária que se formou naquela região. Para tanto, cuidou-se em identificar as atividades econômicas desenvolvidas pelos inventariados, os instrumentos técnicos empregados nas atividades agrícolas, bem como outros aspectos da vida material desses sujeitos, porque esses fatores estão diretamente ligados ao ambiente ocupado e aos recursos naturais que tinham disponíveis.

Os documentos emanados do poder público tais como correspondências entre as Câmaras e o Presidente da província, Leis provinciais, Códigos municipais, relatórios de Presidente da província são todas fontes que permitem, em muitos casos, compreender as percepções acerca da natureza e as tentativas de regulamentação dos usos dos recursos naturais e das

atividades agrícolas. Esta última possibilidade pode ser apreendida também através dos códigos de posturas municipais.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No **primeiro**, estudo o processo de ocupação de Soure por não índios e as disputas travadas com os indígenas. Inicialmente, faço uma análise a partir dos relatos do padre Luís Figueira e de Martins Soares Moreno, que vieram nas primeiras expedições colonizadoras à Capitania do Siará Grande, levantando, a partir dessas descrições, as paisagens encontradas pelo colonizador. Em seguida, busco conhecer melhor os colonizadores que solicitaram terra para a pecuária no litoral a oeste de Fortaleza, buscando conhecer o perfil social destes e as táticas criadas para garantir a posse da terra. Por fim, analiso os embates que foram travados entre os grupos sociais envolvidos no processo de colonização, assim como a criação dos aldeamentos controlados por jesuítas que possibilitaram o avanço sobre as terras até então ocupadas por grupos indígenas.

No **segundo capítulo**, findado o processo de colonização e a consolidação da zona agropastoril em Soure, busquei analisar, a partir do Livro de Terra da freguesia de São José de Fortaleza, as formas de acesso a terra, o tamanho médio das propriedades agrícolas e a concentração fundiária. Nesse mesmo capítulo, no segundo item, analisei as paisagens agrárias que foram se configurando ao longo da primeira metade do século XIX, em Soure. Nesse sentido, identifiquei a localização geográfica das “terras de criar”, “terras de plantar” e as “terras de criar e plantar”, tendo em vista compreender melhor o reordenamento daquele espaço para as atividades agropastoris e as leituras da natureza empreendidas pelos produtores agrícolas nessa região.

No **último capítulo**, analisei a produção agropastoril em Soure. No primeiro tópico, levantei dados acerca da criação de animais em meio à produção agrícola, ressaltando a importância da pecuária para o trabalhador rural, assim como as técnicas de criação e os impactos ambientais provocados pela pecuária. No segundo item, busquei discutir a produção agrícola em Soure. Nesse sentido, levantei dados da quantidade de terras plantadas, dos

produtos cultivados, das relações técnicas e de trabalho, assim como as transformações na paisagem provocadas pela ação desta atividade.

CAPITULO 1: A CONQUISTA DA TERRA: A OCUPAÇÃO DO LITORAL OESTE DA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE

Em um artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará no ano de 1937, Thomaz Pompeu Sobrinho²² descrevia a existência de três zonas de concentração no Ceará que, em ordem crescente de importância, eram a da Ibiapaba, a do Cariri e a de Fortaleza. Acerca desta última, Thomaz Pompeu denominou-a de “triângulo de Fortaleza” que é uma “*zona enquadrada entre o mar e a serra de Baturité (inclusive) as serras da Aratanha e Maranguape (ambas nela compreendida) e o vale inferior do rio Choro*”²³.

Essa região foi uma das primeiras a ser ocupada durante o processo de colonização da Capitania do Siará Grande, cujas primeiras tentativas se deram ainda nas duas décadas iniciais do século XVII, embora a ocupação só tenha se efetivado apenas nos vinte últimos anos desse referido século, tendo a pecuária como principal atividade econômica e a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção como ponto estratégico do movimento de expansão, visto que grande parte dos primeiros colonos eram os próprios soldados instalados nessa guarnição.

Ainda segundo Thomaz Pompeu, esse triângulo “(...) é a região mais pluviosa do [Ceará]”²⁴, além do que, é formado por diversos rios que nascem em sua grande maioria nas serras delimitadas dentro desse espaço, onde a “*zona abarca duas pequenas bacias hidrográficas, cujos formadores de cabeceira são perenes (rios Ceará ou Maranguapinho e rio Pitrangui)*”²⁵.

Apesar da reconhecida importância dessa região, desde a colonização do Ceará até os tempos atuais, não será a totalidade do “Triângulo de Fortaleza” o objeto deste estudo, mas, sim, apenas uma parte dessa área, que fica situada a oeste do Forte de Nossa Senhora da Assunção, a partir da

²² SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Povoamento do Nordeste Brasileiro. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1937.

²³ Id. Ibidem., p. 153.

²⁴ Id. Ibidem., p. 153.

²⁵ Id. Ibidem., p.153.

margem esquerda do rio Ceará, mais especificamente o espaço que no século XIX compunha a Vila de Soure, que atualmente engloba parte dos territórios da cidade de Caucaia e São Gonçalo do Amarante e Paracurú, municípios litorâneos de paisagens serranas e sertanejas e que compõem atualmente a região metropolitana de Fortaleza.

1.1- Natureza e Cultura percebidas nas primeiras expedições ao litoral cearense

No segundo século de colonização portuguesa na América, o Ceará era uma área ainda desconhecida pela Coroa Lusitana. Localizado entre o bispado do Maranhão e de Pernambuco, tinha a costa frequentada por navios que faziam o escambo com diversos grupos nativos que habitavam essa região²⁶. No entanto, grande parte de seu interior ainda não havia sido adentrado pelos colonizadores.

As primeiras tentativas de ocupação lusitana na Capitania do Siará Grande foram empreendidas somente no século XVII, a partir 1603, quando Pero Coelho foi enviado como chefe desta expedição ligada ao combate dos franceses que haviam ocupado o Maranhão e à necessidade de ocupar essas áreas, tendo em vista não serem apossadas por outras nações. Essa missão não teve os êxitos esperados, o que se deveu a várias adversidades, tais como a luta contra franceses na Ibiapaba, que obrigou Pero Coelho a retornar à foz do rio Ceará, lugar em que chegou a fundar uma pequena fortificação, conquanto logo tivesse que retornar à Paraíba.²⁷

O símbolo da passagem de Pero Coelho – ou seja, a construção de um forte – não foi o suficiente para garantir a posse e muito menos a conquista do território. Por isso, outra expedição foi enviada no ano de 1607. Dessa vez liderada pelos padres jesuítas Francisco Pinto e Luis Figueira, cuja missão comum era a catequização dos nativos, assim como angariar o apoio destes

²⁶ GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 2ª Ed. Fortaleza: Editora “Instituto do Ceará”, 1962, pp. 33-34.

²⁷ Id. *Ibidem.*, pp. 43-44.

além da busca de um caminho para o Maranhão. De sorte que cabia a esses missionários católicos tentar apaziguar os nativos que estavam revoltados, principalmente, com o tratamento violento dado a eles no período de estadia de Pero Coelho, quem então “começara a aprisionar e escravizar índios, não poupando mesmo alguns dos que lhe tinham ajudado na perigosa conquista”²⁸. Para tentar ganhar a confiança dos nativos, os padres vieram acompanhados de indígenas que haviam sido aprisionados na primeira expedição e levados como escravos a Pernambuco.

Esses missionários vieram de Pernambuco em uma embarcação e alcançaram a costa cearense no ano de 1607, desembarcando na foz do rio Jaguaribe em fevereiro do mesmo ano, de onde partiram por terra seguindo pela costa em direção ao litoral oeste até a enseada do rio Pará,²⁹ tendo a companhia de 60 índios em direção a serra da Ibiapaba. Dessa expedição foi produzido pelo padre Luis Figueira um rico relato intitulado “Relação do Maranhão³⁰”, escrito em 1608. Vejamos um trecho:

Depois de termos caminhado todo fev.ro chegamos aos 2 de março ao Pará q’He hua muy formosa e quieta enseada que dista do jagoaribe trinta e cinco legoas pouco mais ou menos em qual entrão três ou quatro riachos de Agoa doce e outro rio caudal por hu espraído muy aprasivel; está esta enseada em altura de quatro graos e é de grandes pescarias; aquy achamos aposentados os índios q’ proximamente tinhão fugido aos portugueses cujo principal chama acaiuy, hum sobrinho do qual trazíamos em nossa comp.^a e outros parentes dos seus. Estes pobres nos receberão como vindos do ceo p.r q’ tinhão o mesmo medo dos outros; o dia q’ chegamos tínhamos andado cinco légoas sem nos assentarmos em todo o caminho p.r. causa da infinita Agoa q’ choveo, em o qual caminho passamos quatro rios todos a pé co agoa pellos peitos e hum de nos cinco ou seis índios pêra nos sustentam com paos atravessando contra o ímpeto das agoas; enfim daqui se pode colegir quais chegaríamos a boca da noite; logo nesse comemos nos fizerão hua choupana de

²⁸ Introdução a Relação do Maranhão escrita pelo padre Luiz Figueira. Introdução, notas e comentários de Thomas Pompeu Sobrinho. In: **Três documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, p.12.

²⁹ Hoje denominado Curú.

³⁰ Esse documento foi escrito em 1608 pelo padre Luis Figueira com intuito de entregar uma espécie de relatório ao seu superior, o Padre Cláudio Aquaviva. Uma cópia desse documento foi transcrita pelo Barão de Studart e publicada a primeira vez na Revista do Instituto do Ceará em 1903.

palma 1q já tinham colhido p.r. terem noticias de nossa vinda moços dandonos co grande festas crejupe que He o seu modo de dar boas vindas, e nos fizerão grande fogo pêra nos aquentar digo enzugarmos.³¹

Essa expedição percorreu o litoral da Capitania nos meses iniciais do ano. Nesse período, as chuvas geralmente são mais intensas, o que torna a região mais abundante em água, principalmente nos diversos rios existentes que deságuam no mar. Em apenas um trecho de cinco léguas (cerca de 30 km), o padre informa que passaram por quatro rios, além de diversos outros menores que deságuam naqueles de maior extensão e volume. Provavelmente, os rios que os padres tiveram que atravessar tratavam-se dos rios que, posteriormente, foram denominados de Juá, Cauipe, Jereraú e São Gonçalo, porque, de acordo com a direção seguida pelos missionários, esses são os que antecedem a chegada à enseada do Curú.

Pela narrativa é possível perceber que essa região da costa oeste pela qual passou a expedição já era conhecida e habitada por grupos indígenas mesmo antes das primeiras tentativas de colonização portuguesa. Essa paisagem demográfica, não é exclusiva da área descrita, pois em vários outros locais pelos quais passou a expedição foi comum mencionar o encontro com diversos agrupamentos humanos.

De acordo com Carlos Studart,

Quando Pero Coelho, em 1603, veio tentar a conquista da serra da Ibiapaba, já então dominavam quase toda a costa povos da raça tupy, que, derrotados em cruentos combates com os portugueses no Rio Grande e Parahyba e enfraquecidos pela guerra, que reciprocamente se moviam, tinham invadido o litoral cearense expulsando para o interior as hordas adversas dos CARIRYS-TREMEMBÉS.³²

Dentro do próprio grupo tupi que habitava a costa cearense antes do processo de colonização dessa Capitania, existiam subdivisões, a partir das

³¹ Relação do Maranhão, 1608, pelo Jesuíta padre Luiz Figueira enviado a Claudio Aquavva. In: **Três documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, pp.79-80.

³² STUDART, Carlos Pereira. As tribos indígenas do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará-RIC**. Fortaleza, 1926, p. 39.

quais se podem destacar os Anassé e os Jaguaribara, Guanacé – estes divididos em Guanacésguaçú e Guanacemirim³³. Portanto, os colonizadores que buscaram empreender a conquista do litoral, encontraram diversos grupos instalados no leito dos rios e próximos à costa, áreas essas mais férteis por conta da maior presença de reservatórios naturais de água, o que fazia dessas terras as mais procuradas. E tal busca não se fazia sem mobilizar disputadas havidas entre os próprios grupos nativos.

A costa da capitania do Siará Grande, em determinados períodos do ano, recebia a visita de outros grupos indígenas vindos do interior nos períodos de maior escassez do semiárido. Tanto assim, que os tapuias a partir de sua leitura da natureza migravam muitas vezes para o litoral em busca de alimentos nos períodos que sabiam ser de maior abundância, como na colheita do caju.

Esses terrenos eram também mais adequados para a agricultura porque constituíam terrenos com maior abundância de água, característica esta que possibilitava a realização de outras atividades pelos grupos nativos em busca de alimento. Nesse sentido, o peixe que fazia parte da dieta alimentar dos nativos, poderia ser capturado tanto nos rios e lagos, quanto no mar. Sem dúvida, esse alimento possibilitava suprir a falta de outros recursos em épocas de maior escassez.

Em 1611, outra expedição portuguesa aportava na costa cearense, tendo à frente Martins Soares Moreno, que havia estado como soldado durante a primeira tentativa de colonização, dada em 1603. Dessa feita, vinha como chefe da expedição e acompanhado de seis soldados e um clérigo. Instalou-se próximo à foz do rio Ceará, onde ergueu uma igreja e um pequeno forte no mesmo local em que Pero Coelho e o padre Luis Figueira, respectivamente, haviam fundado anteriormente a Nova Lisboa e a aldeia de São Lourenço. O objetivo dessa missão seria dar posse ao território ainda pouco conhecido pela Coroa portuguesa e prosseguir até o Maranhão para expulsar os franceses e reconquistar aquele território.

Martins Soares Moreno permaneceu pouco tempo na capitania do Siará Grande, pois se dirigiu até o Maranhão para auxiliar no combate aos franceses.

³³ Id. Ibidem., pp. 44-45

Nesse episódio foi capturado e levado à França como prisioneiro onde ficou até 1618, ano em que foi solto e de volta a Portugal, fez um relato intitulado “Relação do Ceará”, no qual narra sua estadia nessa capitania. Esse documento foi enviado ao rei de Portugal e era uma espécie de relatório de prestação de serviços que visava conseguir prestígio e recursos junto à Coroa. Assim, a escrita desse documento está carregada de intencionalidade em busca de recompensa. No entanto, isso não invalida a análise, pois mesmo tratando-se de uma memória, é possível ter uma ideia de como era a região costeira e as áreas circunvizinhas à foz do rio Ceará, no período dessas primeiras expedições, e as percepções que este teve acerca da natureza, na medida em que o autor desse relato descreve com riqueza de detalhes a região onde instalou o forte e viveu por quase dois anos até partir para o combate no Maranhão.

Sobre a faixa litorânea, Martins Soares Moreno considera que “*também como tôda a demais terra é inútil, e sem proveito*”.³⁴ Essa visão negativa deve provavelmente pelo fato de não encontrar nesse litoral um solo fértil como o da região da Zona da Mata, onde predominava o tipo de solo massapê, rico em nutrientes e que, por essa característica, propiciou o desenvolvimento da monocultura canavieira.

O desencanto com a fertilidade do solo para a agricultura, não impediu que percebesse outras potencialidades a serem exploradas, principalmente nas proximidades dos leitos dos rios, pois “*toda aquela Costa é de muito peixe e os Rios o próprio*”³⁵. O grande número de rios que havia sido mencionado pelo padre Luís Figueira, o que chamava também a atenção de Martins Soares Moreno, formava manguezais e lagamares nas regiões próximas ao mar e tornava essas áreas potencialmente ricas em recurso dados à extração vegetal e mineral. Com uma visão utilitarista sobre tal riqueza, o autor da “Relação do Ceará” busca descrever as potencialidades das terras que ficavam próximas a desembocadura do rio Ceará:

³⁴ MORENO, Martins Soares. Relação do Ceará. In: **Três documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, p. 185.

³⁵ Id. Ibidem., p.185.

Tem muito sal e salina que a natureza cria, muito abundancia de ostras, muito marisco, tem muita caça como é veados, que são tantos como cabras e qualquer soldado com seus arcabuz os mata facilmente, também há muita quantidade de porcos, muitos número de anta, de outras, cousas do Brasil há muitos bons papagaios, e bogios e sagüins, tem muita baraguatiara que é melhor madeira para que até agora se há achado no Brasil, muito pau de tinta amarelo a que chamam tatajiba com outra madeira preta de muito valor, tem muito algodões, tem mais de 40 léguas ao redor de si de muitas frutas as melhores do Brasil como são caju e mangavas que os antigos plantaram e no tempo deste fruto sustenta todos aqueles índios e recolhem muita castanha de caju para o inverno.³⁶

Analisando esse trecho, percebe-se claramente que a área descrita não mais se tratava da zona costeira, com poucos recursos que haviam causado uma decepção por conta da pobreza do solo. Descreve-se agora a região nas proximidades do rio, que pela presença de água, é um espaço com grande quantidade de recursos naturais possíveis de serem explorados. No entanto, além da paisagem, a presença humana foi percebida a partir da relação homem com a natureza:

E fazem (indígenas)³⁷ cada casal mais 3 pipas de vinho do próprio caju e passam muitas que guardam para o inverno o rio em si tem muitos bons pedaços de terra para o engenho; e muitas madeira boas para tudo o que for necessário, para casa e navios, pelas serras e suas fraldas há muitas boas terras para cana que ficam do mar 4 e 5 léguas; tem esta nova colônia 4 aldeias de indos de que é senhor um índio Jacaúna, muito bom índio e que me quer muito; para pasto de todo gado, são estas as melhores terras que hei visto (...) as terras criam muito mantimento em grande maneira convém a saber de mandioca, milho, zaburro, aboboras de muitas castas, feijões, favas, batatas, inhames, dá toda a hortaliça de cá, melões, pepinos, couve muita quantidade de galinhas.³⁸

A presença de cultura é percebida a partir dos usos dos recursos extrativos, destacando-se o caju, fruto do cajueiro que é uma árvore existente na paisagem local antes mesmo da chegada dos colonizadores. O cajueiro era bastante utilizado pelos nativos, porque o fruto, que tem sua colheita num

³⁶ Id. Ibidem., p.186.

³⁷ Observação minha.

³⁸ Id. Ibidem., p.186.

tempo médio de quatro meses, era aproveitado para alimentação, e desse mesmo fruto fazia-se a bebida descrita acima que era denominada por muitos grupos como *mocororó*. Tal bebida, armazenada, servia ao consumo até a próxima safra; assim como a castanha, um rinóide que fica na parte superior do caju, que igualmente poderia ser assada e guardada para ser consumida principalmente no inverno.

Como bom observador que foi durante quase dois anos em que esteve nessa região, Martins Soares Moreno, imbuído de uma visão mercantilista e do uso da terra para geração de riqueza, ressalta as potencialidades para a agricultura das áreas de brejo próximas aos rios e das serras, principalmente para a cultura da cana de açúcar, que, à época da escrita do relato de Soares Moreno, era a principal fonte de riqueza da Colônia portuguesa na América, mas que era produzida majoritariamente nas capitanias da Bahia e de Pernambuco.

Não só produtos extrativos foram identificados, mas a partir da narrativa é possível perceber a leitura que os grupos indígenas situados próximos à foz dos rios faziam acerca da natureza para a criação do seu sistema agroecológico. Nesse sentido, destaca-se a grande variedade de plantas e legumes que eram cultivados nas terras as margens dos rios que, por serem úmidas, eram propícias à produção de alimentos. Assim, ressalta-se a importância para os nativos de habitarem próximos aos cursos d'água.

A zona litorânea a oeste da Fortaleza, com seu grande número de rios que deságuam no mar, funcionava como uma espécie de Oasis, quando comparado com o restante do território da capitania do Siará Grande, que se situava majoritariamente na região semiárida, com a escassez de água durante grande parte do ano. Assim, além das possibilidades de extração de recursos naturais e produção de alimentos nas áreas úmidas, outro ponto descrito na carta era vislumbrado: era criação de gado nessa região, pois a água e as pastagens não seriam o problema para o desenvolvimento dessa atividade. De modo que, ao informar que essas terras são boas para a pecuária, Martins Soares Moreno parecia prever o desenvolvimento da criação de gado que foi iniciado nesse mesmo local, mas que só se daria, de fato, nos anos finais do

século XVII, tornando-se principal atividade durante o processo de conquista e ocupação do território pelos colonizadores.

Nesses termos, o ambiente encontrado durante as primeiras expedições era marcado não apenas pela presença de recursos naturais, mas também pelo antropismo, que buscava nessas riquezas oferecidas pela natureza garantir a sobrevivência do seu modo de vida.

1.2- Os rios e a conquista da terra: um perfil social dos colonizadores

As tentativas de colonização empreendidas pela Coroa Portuguesa na primeira metade do século XVII não foram suficientes para garantir a conquista do litoral, bem como a do interior da capitania do Siará Grande. Essas missões tiveram prioritariamente a função de catequese e defesa do território, pois o Ceará passou a funcionar como um ponto de abastecimento de navios que iam em direção ao Maranhão. Desse modo, na metade do século XVII o território da capitania continuava pouco conhecido pelos colonizadores.

Martins Soares Moreno, que havia sido preso por franceses em combate, foi solto em 1618. Liberto, retornou ao Ceará em 1621, permanecendo por dez anos, quando foi obrigado a retornar a Pernambuco para lutar, dessa vez, contra os holandeses que tentavam apossar-se daquela capitania. Com as atenções da Coroa Portuguesa voltadas para esse confronto, o forte erguido no Ceará ficou quase abandonado, o que veio a facilitar a tomada dessa guarnição por outras nações.

No ano de 1637, com poucos soldados em sua vigilância, o forte foi tomado pelos holandeses que passam a exercer o domínio sobre essa guarnição. Nesse período, a barra do rio Ceará encontrava-se soterrada pela ação dos ventos nas dunas, impossibilitando a entrada de navios pela foz desse rio. Tendo isso em vista, o capitão holandês Matias Beck mandou construir uma nova fortaleza na desembocadura do rio Pajeú, que ficava próximo da antiga fortificação, denominando-o de *Schoonenborch*. Essa

missão objetivava a ocupação definitiva do Ceará e exploração de possíveis minas.

Com a expulsão dos holandeses em 1654, o forte *Sohoonenborch* foi dominado por tropas portuguesas que o rebatizaram de *Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção*. Após essa reconquista, os representantes da Coroa portuguesa buscaram instalar uma povoação próxima a essa guarnição que passou a funcionar como ponto de defesa contra as invasões estrangeiras e também de indígenas que ocupavam a capitania, em especial os tapuias.

Após a expulsão dos flamengos, os soldados que participaram desse combate e se instalaram na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, além de ocuparem-se com a defesa do território, passaram a criar gado e fazer pequenos roçados nessas imediações. A partir de 1680, quando começam as doações de sesmarias para a pecuária na capitania do Siará Grande, esses passaram a solicitar terras nas imediações do forte, dando início à ocupação efetiva dessa região.

A sesmaria foi um instrumento jurídico criado em Portugal no ano de 1375 para tentar incentivar o cultivo da terra e sanar uma crise econômica e alimentar. No processo de colonização, a sesmaria foi adotada no Brasil e adequada ao contexto local. Enquanto na Metrópole, a limitação territorial permitia apenas a doação de pequenas faixas de terra, na América portuguesa, a grande extensão da Colônia e a ideia de território vazio justificou a doação de enormes faixas de terra que nos primeiros anos de colonização chegaram a medir 10 léguas em quadra, posteriormente limitando essas sesmarias a uma média de três por uma légua (3 x 1).

Na Capitania do Ceará Grande as sesmarias começaram a ser solicitadas e concedidas nas duas décadas finais do século XVII. Thomaz Pompeu destaca que “os *primeiros colonos, que foram ordinariamente os próprios soldados dos presídios militares da costa, procuravam as margens dos rios Ceará, Cocó, Pacoti e Jaguaribe para fazerem suas roças*”³⁹.

³⁹ SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Alguns aspectos da geografia humana cearense. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, LIV, 1940, pp.156-157.

Dos rios citados acima, apenas o Jaguaribe tinha um pequeno trecho próximo a sua foz em que era possível a navegação de grandes embarcações da época. Os outros rios não poderiam ser utilizados para tanto. A expansão a partir desses rios deu-se seguindo suas ribeiras que eram caminhos existentes em suas margens, como afirma Sobrinho,

Os únicos caminhos praticáveis que os levaram ao *hinterland* eram as veredas dos amerícolos, sempre abertas ao lado dos rios, de que, no verão, nenhum transeunte se podia afastar sob pena de sofrer sede, pois só havia água nos poços e nas pequenas cacimbas que os indígenas abriam com as próprias mãos, no leito arenoso dos rios e ribeirões. Estas veredas existiam em todos os rios, acompanhando os leitos, desde a praia ao alto sertão, e os colonos as melhoraram chamaram-lhe estradas de ribeira.⁴⁰

Aos rios foi dada pelo colonizador a função de via de penetração para o interior. Não que estes eram os únicos caminhos existentes, pois essa própria noção foi elaborada durante esse processo, pois entendiam que, para superarem as questões geográficas e temporais desse espaço, seria fundamental estarem próximos às suas margens ou as possuírem dentro das terras recebidas. Nesse caso, os rios podem até serem recursos naturais, mas seus usos e funções são culturais, foram os homens que atribuíram esse valor.

Na região a oeste do forte de Nossa Senhora da Assunção, os rios situados no espaço que, no século XIX, compreendia a Vila de Soure, eram em sua grande maioria de pequena extensão, nascendo a poucos quilômetros do litoral. Dentre os que desaguavam no mar podemos destacar o Ceará, o Juá, Cauipe, São Gonçalo. Com exceção deste último, que é mais extenso em relação aos anteriores, todos os outros nascem em serras próximas ao litoral, enquanto o São Gonçalo tem sua nascente situada na direção do sertão. Os primeiros colonos passaram a solicitar sesmarias tendo como referência o leito desses rios e, quando estes já estavam ocupados, buscavam ter como base as diversas lagoas que se formavam próximas ao litoral. Isso porque, para o

⁴⁰ Id. Ibidem., p.157.

desenvolvimento de uma atividade econômica era fundamental estar perto de, ou possuir, reservas de água.

Para um melhor conhecimento acerca do processo de ocupação de Soure, serão analisadas as doações de sesmarias feitas entre o rio Ceará e o Curú. Grande parte das cartas doadas nesse espaço corresponde hoje aos Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que, no século XIX, correspondiam à região em estudo. Alguns desses rios hoje têm a função de divisores entre municípios. No caso do rio Ceará, este divide administrativamente Fortaleza de Caucaia, possibilitando outras leituras e utilizações hoje acerca desse recurso natural.

Das cartas analisadas, foram identificadas 47 sesmarias doadas entre os anos de 1680 até 1797, dentre essas a grande maioria compunha Soure no século XIX. Desse total obtido, 2 sesmarias foram solicitadas e doadas para grupos indígenas.

Nas duas décadas finais do século XVII, a região próxima à costa logo passou a ser ocupado pela pecuária. Esta foi a principal atividade econômica que os solicitantes de cartas de sesmarias utilizaram para justificar a posse da terra. Das 47 cartas doadas nessa região, 37 tinham como argumento a ocupação pela pecuária, 3 a agricultura e 7 a agricultura e a pecuária.

Essa atividade econômica iniciada no litoral posteriormente adaptou-se melhor no interior da capitania, onde comumente chamamos sertão, principalmente por conta da mata aberta e da vegetação que servia muito bem de alimentação ao animal. No caso da costa da capitania do Siará Grande, esta atividade não encontrou empecilho geográfico para desenvolver-se, pois a vegetação tinha uma semelhança com as da região semiárida, prevalecendo, portanto, espécies de médio porte e uma mata menos densa do que ocorria no litoral, lugar de predomínio da Mata Atlântica – cuja característica era a mata fechada, o que dificultava a locomoção do gado.

Vejamos outros dados da tabela de doação de sesmarias na costa oeste desta capitania:

TABELA 1: Sesmarias doadas entre o rio Ceará e Curú (1680-1800)

Década	Cartas	Nº de solicitantes	Patentes militares	Padres	Sesmarias indígenas
1680-1690	6	40	15	1	-
1690-1700	4	4	3	-	-
1701-1710	8	15	3	3	1
1711-1720	4	5	-	3	-
1721-1730	6	7	5	1	1
1731-1740	10	12	7	3	-
1741-1750	3	3	2	-	-
1751-1760	-	-	-	-	-
1761-1770	1	1	-	-	-
1771-1780	-	-	-	-	-
1781-1790	2	2	1	-	-
1791-1800	1	1	-	-	-
Total	45	90	36	11	2

APEC - Dados de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928/Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006.

A historiografia tradicional cristalizou a ideia de que a colonização da Capitania do Siará Grande deu-se como um movimento quase natural de expansão da pecuária, partindo da região açucareira em direção ao interior da colônia. No entanto, a região litorânea dessa capitania, seguiu um movimento um pouco diverso, pois enquanto a Coroa Portuguesa expedia um alvará em 1701, proibindo a criação de gado a menos de dez léguas da costa, buscando incentivar a expansão para o sertão, a costa cearense aí sendo rapidamente ocupada nesse mesmo período tendo a pecuária como atividade principal e com autorização da Coroa que concedia as cartas de sesmarias, legitimando a conquista dessas terras.

Para a Coroa portuguesa interessava a doação de terras próximas à costa cearense, pois ao mesmo tempo em que gerasse riquezas, a partir do

desenvolvimento de uma atividade econômica, a ocupação dessa região, por colonos luso-brasileiros, ajudaria a afastar o perigo de perder essa capitania para outra nação estrangeira. É nesse sentido que se explica o grande número de sesmeiros com patente militar nos primeiros anos de colonização do litoral oeste ao forte de Nossa Senhora da Assunção.

Dentre os requerentes das primeiras sesmarias está o Capitão Philipe Coelho de Moraes,⁴¹ que solicitou dez léguas em quadra no ano de 1680. Vejamos um trecho da mesma:

Registro da data de sesmaria do Capitão Philipe Coelho de morais.

Diz o capitão Philipe Coelho de Moraes morador nesta Capitania do Ceará que ele tem servido a Smgde. QeDs. Gde. há muitos anos a esta parte e aqui cesta fazendo donde vai criando gado vacum e Cavalar e outras mais tudo em bem da dita Capitania Pello que pede a vossa mercê lhe faça mercê em nome de S. Alteza mandar lhe passar carta de data e sesmaria de dez léguas de terra do Camembe pella alagoa do Gerarahu caminhando pelo Rio Siupe até donde chegarem as ditas dez léguas pella costa abaixo e outras tantas para o sertão com todos os Rios matos que houver dentro na quadra das dez léguas de terra.⁴²

As sesmarias solicitadas tinham geralmente como referência os rios e lagos. É possível perceber que o capitão buscava garantir que a área por ele pretendida englobasse os recursos naturais, porque, como a atividade econômica em desenvolvimento pelo mesmo era a criação de gado, o domínio sobre reservatórios de água além de facilitar essa atividade, proporcionaria uma maior possibilidade de desenvolver, também, a agricultura.

Philipe Coelho de Moraes era morador da capitania há alguns anos, onde antes de receber a doação de terra já vinha realizando a criação de gado. Por isso, o que interessava agora era garantir a posse da terra ocupada, mas não legitimada pelas leis portuguesas como propriedade sua. Assim, para garantir a posse, o solicitante alegava que vinha prestando serviço à Coroa portuguesa,

⁴¹ A grafia do documento passou por algumas alterações tais como separação de palavras que apareciam juntas e correção da grafia.

⁴² APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. Sesmaria nº 14, Vol. I, 1680.

em especial nos trabalhos de defesa e conquista do território, que estavam ligados, primeiramente, à expulsão das tropas holandesas e, posteriormente, ao combate do nativo, como pode ser visto a seguir:

Ajudante Phelipe Coelho de Moraes cabo da gente da guarnição desta Fortaleza va com trinta soldados que lhe entrego e comporerça com as gentes das nossas aldeias juntos dem guerra, e castigue aos Payacús que chegados Sam ao sitio Poracabû, matando todos aquelles que Armas puderem tomar.”⁴³

A ordem de recrutamento e ataque intitulada “*Regimento que a de guardar o ajudante Phelipe Coelho de Moraes na guerra que vay dar aos Payacús*”⁴⁴ é do ano de 1666. Nessa época, segundo Bezerra de Menezes, a única aldeia existente e aliada dos colonizadores era a de Porangaba. Os indígenas desta habitavam anteriormente as proximidades do forte, e, após a expulsão dos holandeses, foram transferidos para essa região.⁴⁵

Com a tomada do forte *Schoonenborch*, em 1654, e a expulsão dos holandeses, o nativo passa a ser o principal entrave para a conquista do território. Os *payacú*, citado no documento, foram um dos grupos que mais resistiram à invasão do colonizador. De sorte que, figuravam como grupo a ser combatido e para deixar o território livre para o avanço da pecuária.

A luta pela defesa e conquista do território, contra nações estrangeiras e combate aos povos nativos, foi o principal argumento utilizado por grande número de militares que se tornaram sesmeiros. Nesse sentido, as sesmarias eram vistas como mercês, uma forma de recompensa dada aos colonizadores que se tornaram o instrumento utilizado pela Coroa portuguesa para garantir o pagamento das tropas envolvidas no processo de colonização.

Ao analisarmos o processo de ocupação a partir da quantidade de cartas de sesmarias doadas à cada década, percebe-se que houve um movimento crescente nos primeiros 60 anos, e um decréscimo significativo nas décadas

⁴³ Apud. OLIVEIRA, J. B. Pedigão de. Um capítulo da História do Ceará- Conquista dos indígenas. **Revista do Instituto de Ceará**. Fortaleza, 1890.

⁴⁴ Id. Ibidem.

⁴⁵ MENEZES, Antônio Bezerra. Algumas origens do Ceará. Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**. 1901, pp.166-167.

seguintes. Em termos percentuais, há uma grande concentração de doações de sesmarias até o ano de 1740, correspondendo a 87% das cartas doadas. Desse modo, nos primeiros cinquenta anos do século XVIII, a área de abrangência do que viria a se tornar Soure encontrava-se partilhada através de doações de sesmarias e com forte presença da pecuária.

No entanto, é preciso ressaltar que o número de cartas de sesmarias doadas não corresponde ao de sesmeiros. Isso se dá em razão de algumas cartas conterem mais de um solicitante. Foi o que ocorreu fortemente nos dez primeiros anos de colonização dessa região, vez que, das seis cartas doadas, uma foi solicitada individualmente e cinco de maneira coletiva. Assim, o número médio de sesmeiros por carta para essa década foi o maior durante todo o período, correspondendo a uma média de 6.6% solicitantes por carta.

É importante destacar que dos noventa sesmeiros que receberam cartas de sesmarias durante mais de um século, 40 deles receberam nos dez primeiros anos de colonização, ou seja, entre 1780 e 1790. Esse contingente equivale em termos percentuais a um número de 45% dos solicitantes para uma década e os 55% restantes distribuídos em quase um século. Esse fato se dá por conta do litoral ter sido a primeira área ocupada e os soldados do forte terem logo buscado garantir uma posse de terra.

No tocante à concentração de solicitantes em uma mesma carta, é de suma importância examinar não apenas os números, mas também o conteúdo das mesmas. Tomemos, para tanto, a carta do “Capitão Manoel Barreto da Silva e mais companheiros”, datada do ano de 1682. Esta é a carta que apresenta a quantidade de sesmeiros, sendo 22 no total. Vejamos o que diz a mesma:

Registro da data e sesmarias do Cappam. Manoel Barreto da Silva e os mais seus companheiros

Diz o Capitão Manoel Barreto da Silva o Capitão Francisco Miz Barradas o Capitão Francisco Gomez Manuel dias de Carvalho francisco Gomez Dominguez de mendonsa o Capitão João de navalhas Correa Domingos ferreira Pesoa Estevão Velho Cabra Maria Rodrigues da Costa Joana Barreta André fernandez Francisco Luzia Barreta Antonio da Costa Francisco Soares Maria de lemos Jorge Coelho de Souza Gonsalo Coelho de Souza Dona Sebastiana da

fonseca Dona Vilionte digo Violante da Fonseca Gracia Barreta Maria Visente Solentino Marinho falcão Antonia Tavares de Mello Paulo Coelho de Souza todos moradores na Capitania de Pernambuco e na do Rio Grande e na da Paraíba e na do Ciara que eles suplicantes tem descuberto na Capitania do Ciara huma sorte de terras sita no Rio a que chamão os Índios Vlgarmente O gentio para Confrontando do tal Rio pera aparte do sueste pela costa abaixo como Rio Curu e o Rio mundahu e o Rio aracatiassú e o Rio Aracati mirim e o Rio Caracu distante pella Costa abaixo sincoenta legoas pouquo mais ou menos confrontando pera o Sertão com a serra de Goapaba Cahioqua E urubutama com todos Os Rios Lagos que desaguarem nestez Rios as quais terras querem eles suplicantes Povoar e Cultivar com seus Gados vacuns e bestas Cavalares no que fazem eles suplicantes grande Serviço a Deos e a Sua Alteza que Deos Guarde em aumento desta capitania Pello que Pedem aVm atendendo ao que eles suplicantes Pedem em sua Petisão em remuneração de seus serviços que tem feito e querem fazer a Coro Real e vosa merse como verdadeiro sismeiro desta Capitania lhes coseda três legoas de terra que pedem em quadra por seis maria e doasão em nome de Sua Alteza que Deos Guarde dentro nas ditas Confrontasions Comesando da Costa do mar Pellos Rios asima athe cada hum delles Sulplicantes sejam satisfeitos das ditas três leguoas em quadra a cada hum com todos Os uteis que nella se acharem para aproveitarem as terras que Suplicantes Pedem a Alguns deles as tem descubertas no que recebera merse etc.⁴⁶

Essa carta foi solicitada vinte e oito anos após a expulsão dos holandeses. Nesse período, o principal combate travado pelos soldados representantes da Coroa portuguesa era contra os grupos indígenas que resistiam ao processo de colonização. Percebe-se que dos vinte e dois nomes que aparecem no documento, cinco apresentam patentes, todos de capitão. Seguindo a lógica das concessões de terras feitas pela Coroa, esses eram os que teriam direito a receber mercês como “remuneração de seus serviços que tem feito”. Porém, na carta, aparecem nomes de homens e mulheres que receberam doações de terra e não apresentavam títulos militares. Então, por que as autoridades coloniais fugiam à lógica e concederam sesmarias a todos?

⁴⁶ APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./ Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. Sesmaria nº 29, vol. I, ano: 1682. (Obs: as palavras juntas na grafia do documento foram aqui separadas visando facilitar a leitura).

Nesse período, havia grande interesse da Coroa portuguesa em garantir a conquista e ocupação de novos espaços, objetivando a inserção produtiva de novas áreas à dinâmica colonial. Assim, a concessão de terras a esses solicitantes seria fundamental para deslocamento da fronteira em direção ao rio Acaraú, uma importante via de penetração do colono para o interior da Capitania e também rumo ao Estado do Maranhão, interligando essas áreas, garantindo a defesa do território e dinamizando a economia local. Com isso, abria-se uma via interligando essas regiões, concretizando uma pretensão antiga das autoridades coloniais. Pois, até então, a única forma de contato se dava por via marítima, geralmente dificultada pelos regimes dos ventos que interferiam nas correntezas. O que, aliás, tornava quase impossível para a época a navegação entre o Maranhão e as províncias do Norte.⁴⁷ Portanto, não seria interessante negar esses pedidos, mesmo quando os solicitantes não ocupavam cargos militares, como foi o caso de muitos citados no documento.

Ao se analisar os sobrenomes dos solicitantes, é possível perceber que existia uma rede de parentesco entre os mesmos. Nesse sentido, aqueles que haviam prestado serviço à coroa eram os que tinham direito de receber terra como mercê. Nesses termos, colocar nomes de parentes na mesma carta seria uma estratégia para obter maiores extensões de terras para uma mesma família, visto que não se tratasse sempre da mesma faixa de terra já ocupada o objeto do pedido de mercê, mas, sim, terrenos que se avizinhavam – o que possibilitaria maiores extensões de terra para uma mesma família. Com efeito, a concentração fundiária era um meio pelo qual se poderiam obter mais riquezas. Isso significa que o domínio desse recurso proporcionaria prestígio e maior controle social sobre aqueles que não o possuísem, pois, para montagem de empreendimentos agrícolas, era necessário não apenas a propriedade da terra, mas também o garantir mão de obra nas unidades produtivas a serem instaladas.

Capistrano de Abreu, ao analisar o processo de expansão da pecuária para o interior do Brasil, propõe que essa atividade econômica tenha seguido

⁴⁷ PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC: USP, 2002, p. 27.

dois caminhos de interiorização, a saber, o do “sertão de dentro”, dominado pelos baianos, e o “sertão de fora”, que se fazia partindo de Pernambuco e seguindo sempre próximo à costa.⁴⁸ Este segundo caminho, a propósito, teria sido aquele feito pelos sesmeiros citados na carta acima, “todos moradores da Capitania de Pernambuco, Rio Grande Paraíba e Ceará”. Além do que, as áreas solicitadas iniciavam na costa e seu percurso sempre se dava seguindo o curso dos rios rumo aos sopés das serras e ao sertão. O que se pode concluir acerca desse fato é que a ocupação do litoral a oeste de Fortaleza deu-se pelos primeiros colonos instalados no forte de Nossa Senhora da Assunção, mas também por homens que vinham na expansão através dos caminhos do “sertão de fora”.

Para instalação dos empreendimentos agropastoris, somente a terra não era necessária para garantir a manutenção desses objetivos, assim surgia a necessidade de garantir outros recursos produtivos dentro da propriedade adquirida, como fizeram os seguintes sesmeiros:

Registro da Petição e sesmaria de Jorge Pereira e Joseph Tavares Cabral, cujo teor he o seguinte
 Senhor capitão mor dizem o Alferes Jorge Pereira e Tenente Joseph Tavares Cabral suplicantes tem seus Gados vacuns e cavalares e não tem terra donde os posam comodar e de presente lhe veio anaotissia delle suplicante que no rio para distante desta fortaleza catoze légua ou quinze para a parte do norte estão terras devolutas edesaproveitadas, donde elles suplicantes podem acomodar seus gados no que fazem grande serviço a Smgde. E aumento dessa capitania pello que Pedem avm. Como Governador e verdadeiro sesmeiro lhe farsa merse consederlhes em nome de Smgde. Qe Ds. Gde. Três legoas de terra de comprido pello dito Para asima ehuma de largo ficando o dito rio em meio pêra cada hum delles sobredito (...) com seus logradouros agoas lenhas testadas vargens e o que mais nelas ouver(...)⁴⁹ (grifo meu).

Fazia parte da preocupação do solicitante, garantir que a terra preterida estivesse próxima aos rios, no entanto, era importante garantir

⁴⁸ Abreu, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p.37-90

⁴⁹ APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. Sesmaria nº 5., vol. 1.

também que outros recursos naturais estivessem presentes no interior da faixa de terra concedida. Assim, era bem comum as cartas trazerem explicitado nos trechos de confirmações que a terra doada ao sesmeiros também lhe dava o direito aos campos e aguadas que nela se achassem, pois – em uma área mesmo que litorânea, mas que tivesse características semelhantes ao semiárido – era de fundamental importância para o colono instalar as unidades produtivas próximas aos rios e lagos, já que estes, além de garantirem uma maior segurança para o desenvolvimento da pecuária e incremento da agricultura, possibilitavam ao colono ter maior oferta de recursos naturais vertidos para fins de sua alimentação, como o peixe e outros produtos extrativos.

Percebe-se na mesma carta que o rio Pará (hoje denominado Curú) era a principal referência para os sesmeiros e deveria ficar estrategicamente posicionado de tal maneira que servisse a ambas as propriedades. A forma como essas terras estavam sendo doadas era uma estratégia das próprias autoridades coloniais, cujo objetivo era fazer com que todos usufríssem de maneira igual desses recursos naturais, evitando contendas e disputas entre os próprios colonizadores.

Essas terras que estavam sendo ocupadas durante o processo de conquista eram conhecidas e habitadas por diversos autóctones. Assim, a expansão da pecuária pelo litoral cearense provocou uma série de conflitos entre colonos e nativos, onde diversas estratégias foram adotadas pela coroa portuguesa a fim de garantir a efetiva conquista da terra.

1.3- O avanço colonizador sobre as terras indígenas do litoral oeste de Fortaleza

As potencialidades naturais do litoral oeste da capitania do Siará Grande, principalmente quando comparado com o interior semiárido, logo despertou o interesse do colonizador, que procurou através das sesmarias garantir a posse da terra. No entanto, essa região não era desabitada, uma vez

que vinha sendo ocupada por diversos grupos indígenas, de matriz Tupy, que atribuíam valores e faziam diversos usos da terra e recursos naturais disponíveis. Assim, a incorporação de novos espaços ao domínio colonial português provocou forte embate entre os colonizadores e os grupos indígenas que habitavam essas áreas costeiras.

Ao analisar as cartas de sesmarias, viu-se que esse processo iniciou-se fortemente nas duas décadas finais do século XVII e perdurou até o final do século seguinte. No entanto, esse episódio teve picos em que se processou um maior movimento em direção as terras do litoral do oeste cearense.

Para o não índio, na figura de colonizador, as sesmarias foram o instrumento jurídico que lhe assegurava o direito à posse da terra. É bem verdade que grupos de nativos envolvidos nessa dinâmica também receberam doações de sesmarias. Isso funcionava até mesmo como uma forma de resistência e uma tática desse grupo frente à situação à qual estavam expostos. Segundo Manoel Coelho,

as lideranças indígenas, sobretudo os “principais” das Missões jesuíticas, sabiam bem dos direitos que a legislação colonial e especialmente a referente aos aldeamentos lhes proporcionavam. Por essa razão, recorriam às cartas de concessão de terras junto às autoridades da capitania.⁵⁰

Os conflitos advindos desse processo e a resistência nativa intensificaram-se a tal ponto que o rei de Portugal aprovou uma ação do capitão-mor do Ceará para dar armas aos homens brancos envolvidos com a pecuária a fim de que envidassem combate ao gentil.⁵¹ Essa medida auxiliou e legitimou o avanço colonizador através da violência física sobre as terras dos indígenas, e demonstra o caráter perverso e exploratório que teve a colonização cearense, como pode ser visto na carta de sesmaria doada a Francisco Pereira Chaves, em 27 de novembro de 1717:

⁵⁰ ALBUQUERQUE, Manoel Coelho. **Seara Indígena: deslocamentos e dimensões identitárias**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC, 2002, p. 116.

⁵¹ PINHEIRO, Francisco José. Op. Cit., p. 31.

Rezisto da data de e sismaria do Cappitam Mor Francisco Pereira chaves da terra da Aldeia da Japuara do Ceara.

Snor cappitam Mayor Dis o Cappitam Mor das Fronteras Francisco Pereira chaves q por hora se acha acituado e morador entre o cauype e Moriti por dentro da Legoa de terra q Sua Magestade que DE goarde mandou medir pelo Dezembargador christovão Soares Rejmao para o Gentio Anasse da Aldeia da Japuara e Como oditto Gentio Se alevantou contra Sua Magestade q DE goarde destruhindo e matando e roubando os moradores brancos desta Cappitania do Siara: e Como correm Sinco anos q oditto Tapuio esta Levantado por estes Sertoins e na ditta terra não torna estando esta legoa de terra deValuta e desaproveitada, sem redimento algum nem para Sua majestade que DE goarde, nem os seus Vassalos: portanto pede a Vossa mce. Seja servido atendendo o referido, conceder a ele Supplicante em nome deS. Magestade q DE goarde, toda a terra já medida, para ele Suplicante e Seus descendentes planatrem e Criarem gados Vacuns e Cavalares e mais criaçois q se costumão criar e de tudo receberá mce.⁵²

A leitura do documento permite levantar algumas questões. Primeiro, o título de “capitão de fronteiras” de Francisco Pereira Chaves é muito significativo para o período e o processo histórico vivido, pois está ligado diretamente ao processo de expansão do Império Português, onde se buscava novos domínios e inserção na economia colonial. Segundo, percebe-se que mesmo as terras delimitadas pela Coroa portuguesa para os nativos foram fruto do avanço e tomadas por parte dos colonos. No caso em questão, a terra solicitada pelo Capitão-mor estava situada dentro da aldeia da Japuara, pertencente aos índios *Anacé*. Não foi localizada nenhuma carta de sesmaria que faz referência à doação de terra a esse grupo indígena. No entanto, essa área provavelmente foi demarcada após 23 de novembro de 1700, quando “*um alvará em forma de lei concedendo a cada missão uma légua de terra em quadra para a sustentação dos índios e respectivos missionários com a declaração de que cada aldeia a de se compor ao menos de cem casais*”.⁵³

Esse procedimento adotado pelo Governo português objetivava apaziguar os grupos indígenas, pois no ano de publicação desse alvará a

⁵² APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03). Vol. 6, nº 368.

⁵³ STUART, Barão de. **Datas e factos para a História do Ceará**. Tomo I. Edição Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 126.

colonização através da pecuária estava em plena expansão. Grandes faixas de terra haviam sido incorporadas pelo colonizador, principalmente no litoral cearense por onde se iniciou esse processo, ocasionando uma série de conflito dos colonizadores com os nativos. Assim, para as lideranças coloniais, confinar os grupos indígenas em uma área delimitada seria fundamental para garantir o avanço da pecuária.

Percebe-se que enquanto o sesmeiro geralmente recebia uma faixa de terra, de 3 x 1 léguas, para os indígenas delimitava-se uma légua em quadro para no mínimo duzentas pessoas. O confinamento e a delimitação das famílias em uma área restrita foi uma medida malvista e pouco aceita pelos *Anacé*, porque, se antes estes tinham grandes espaços para sua sobrevivência, agora teriam áreas reduzidas dentro do território. O argumento utilizado pelo capitão ao requerer a terra, até então pertencente a esse grupo, dizia respeito a que os indígenas haviam se levantado contra a Coroa, além de terem abandonado a terra há uns cinco anos. Esse levante ao qual o documento faz referência ocorreu em 18 de agosto de 1713, quando “os *índios Jaguaribaras, Anassés, Paiacús assaltam a Villa de Aquiraz, fazendo grande mortandade nos habitantes*”.⁵⁴ Esse fato ficou conhecido na capitania como o “grande levante” e demonstra o quanto os grupos indígenas estavam insatisfeitos com a tomada de suas terras e outras medidas impostas pelas autoridades coloniais, na medida em que resistiram abertamente a esse processo.

Tal resistência tinha a ver com a insatisfação com a tomada das terras, no entanto, outras questões ligadas a essa também contavam, como a defesa do modo de vida que estava ligada aos recursos naturais e as práticas de violência implementadas pelos colonizadores contra os povos nativos. A tentativa de restringi-los a espaços físicos delimitados não seria o suficiente para apaziguá-los. Mais do que a sobrevivência física estava em jogo também toda uma vida simbólica e um sentimento de pertença estritamente ligado a terra – com efeito, perdê-la era também perder parte de sua cultura.

⁵⁴ Id. *Ibidem.*, p. 145.

Quanto ao argumento de que a terra estava desaproveitada, o capitão das fronteiras Francisco Pereira Chaves levava em consideração um alvará expedido pelas autoridades coloniais, no qual considerava que as terras doadas através de sesmarias e que no período de cinco anos não estivessem cultivadas deveriam retornar para a Coroa e serem concedidas a outros sesmeiros que desejassem receber essa concessão. Estava em questão nesse ponto o mais importante fundamento das sesmarias: a obrigatoriedade do cultivo.

Percebe-se que, quanto a esse quesito, concorriam visões de mundo totalmente opostas entre si. O nativo até cultivava a terra e utilizava os recursos disponíveis, posto que precisasse manter um sistema agroecológico para garantir sua sobrevivência material e espiritual. Já o colonizador e a Coroa portuguesa concebiam o uso da terra em termos de geração de riquezas, a partir de sua transformação e utilização de recursos dela provenientes para obtenção de mercadorias.

A terra então em disputa estava localizada entre o mar e a serra que ainda hoje leva o nome de Japuara. Essa região fica próxima a um importante rio denominado Cauipe, que possui em extenso lagamar. A fertilidade do solo e abundância de recursos naturais gerava ainda mais disputas por aquele chão, visto que não se prestasse apenas à pecuária, mas também seria bastante propício à agricultura, principalmente por conta da proximidade de reservatórios de água e do curso de um rio, além de está no sopé da serra que reserva em torno de si vales úmidos. Esse aspecto interessava diretamente ao Capitão, pois, diferente da maioria dos sesmeiros que ocupara o litoral oeste solicitando a terra para a pecuária, Francisco Pereira Chaves cuidou em desenvolver ali também a agricultura. Tanto assim que, essa é a primeira atividade econômica citada no documento. Só depois o mesmo informou empreendimento na criação de gado.

O avanço sobre as terras indígenas continuou nos anos seguintes. À medida que uma sesmaria era doada, as terras ocupadas por nativos eram invadidas. A sesmaria concedida ao Capitão-mor Bento Coelho de Moraes, no

ano de 1721, ajuda-nos a perceber melhor esse processo de tomada das terras, vejamos:

Registro de data e sesmaria do capitam Mor Bento Coelho de morais da lagoa capoam e Tapeba.
 (...) dis o capitam Mor das entradas Bento Coelho de morais morador nesta capitania que Elle suplicante tem seus gados vacuns e cavalares e não tem Terras Bastantes donde os possa acomodar e porque nas ilhargas da data do capitam Bernado coelho de Andrade entre o rio ceara e Joâ estão duas lagoas por nome capoam e outra tapeba devolutas e dezaproveitadas e se teme que aLgûa pessoa as pesa empreJuizo do SupiLcante por ser Logradouro de outra data sua portanto pede avm. Seja servido conceder lhe em nome de sua majestade que Deos goarde por data e sismaria meya Legoa de terra decomprido e o que se achar de Largo pegando a demarcação em hua das ditas Lagoas Tapebas e Capoam correndo para o rio joâ para onde mais convier ao suplicante para Elle e seus erdeiros aSendentos e descendentes e recebera mercê.⁵⁵

Bento Coelho de Moraes apresenta o título militar de capitão das entradas. Essa patente era dada àqueles que “*dirigiam excursões públicas, feitas por motivo de segurança dos moradores e inspecionarem particulares*”.⁵⁶ Na intenção de conhecer o interior da colônia, região ainda pouco explorada, as autoridades coloniais financiavam expedições que buscavam identificar áreas para a pecuária, além de combater o indígena que resistia à invasão das terras por eles ocupadas. Como a terra era vista como uma recompensa pelos serviços prestados à Coroa, o capitão buscava garantir o seu torrão.

No tocante à delimitação da sesmaria, é interessante analisar suas extremas, pois a área solicitada por Bento Coelho de Moraes avizinhava-se com a do capitão Bernardo Coelho de Andrade, que lhe havia sido concedida, em 1682, juntamente com a do seu irmão, capitão Francisco Dias de Carvalho, e as de Leonardo de Sá e Domingos de Mendonça da Câmara. Essas terras iam do riacho “*Joâ Correndo pelo Rio Siopê*”. Foram concedidas “*três legoas de*

⁵⁵ APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03). Vol.6, nº 491.

⁵⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar.Op. Cit., p.129.

*terra de comprido com outra tanta de largura a cada hum*⁵⁷. Em 1719, mais uma vez Bernardo Coelho de Andrade alegava estar “*há muito tempo de posse de três léguas*” e, “*para evitar dúvidas e contendas*”, solicitava nova confirmação dessa data.

Ainda na data solicitada, o capitão Bento Coelho de Morais, informa que as terras então já eram “*Logradouro de outra data sua portanto pede avm.*”. As terras que afirmavam serem suas eram frutos de “*herança paterna, por falecimento do capitão Filipe Coelho de Morais*”⁵⁸, conforme previa a legislação portuguesa. Ao pai do solicitante havia sido concedida, ainda no ano de 1680, “*dez léguas de terra do Cambebe pella alagoa do Gerarahu caminhando pelo Rio soSiupeathe donde chegarem as ditas legoas pella costa abaixo e outras tantas para o sertão*”⁵⁹. Dois anos depois, em 1682, o mesmo capitão Philipe Coelho de Morais solicitava juntamente com Hieronimo (Jerônimo) Coelho mais quatro léguas de terra “*na lagoa do caracu até a serra chamada marangoape*”⁶⁰.

Chama a atenção também o grau de parentesco entre esses sesmeiros, pois apenas nesse espaço foram doadas propriedades a cerca de quatro irmãos, todos eles soldados que se instalaram primeiramente no Forte que vieram para combater o nativo e posteriormente tornaram-se proprietários de terra. As sesmarias que eram concedidas pela coroa portuguesa seguiam quase sempre o curso dos rios. Todavia, quando esse curso estava ocupado, eram as lagoas que serviam de referência para a data solicitada. Assim, uma sesmaria sobrepunha-se à outra, e uma nova paisagem marcada pela pecuária ia se configurando nessa região.

⁵⁷ APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03). Vol. 1, nº 24.

⁵⁸ NOBRE, Geraldo da Silva. A Questão tapeba. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. 2001, p.12

⁵⁹ APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./ Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03). Vol. 1, nº 14.

⁶⁰ APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./ Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03). Vol. 1, nº 25.

Na fala transcrita no documento, Bento Coelho de Moraes, expressa a preocupação com a possibilidade das terras serem solicitadas por outro e assim tenha prejuízo. Nesse caso, o capitão refere-se às “*terras indivisas ou comuns*”⁶¹, que eram áreas entre uma sesmaria e outra que não pertenciam a nenhum; pelo contrário, eram usadas coletivamente por diversos proprietários, principalmente como pasto para o gado. Assim, com a confirmação dessa data, seria possível ao capitão expandir seus domínios, incluindo mais recursos naturais tais como as lagoas, o que lhe proporcionaria maior poder através da posse desses recursos.

Nesse registro não aparece explicitamente a tomada das terras, conforme visto na carta doada junto à Aldeia da Japuará. Se não lermos esse documento atentamente, podemos cair no discurso criado pelos colonizadores de que as áreas solicitadas eram sempre “*devolutas e desaproveitadas*”. Esse argumento era recorrente na redação dos documentos analisados. Segundo Márcia Motta,

O termo devoluto é, em sua acepção primordial, relativo à terra devolvida, não cultivada, que retorna às mãos do rei para ser dada novamente em sesmaria. Contudo, ele tornar-se-á uma referência às terras livres, coerente com a expansão em áreas não ocupadas. Por conseguinte, a palavra devoluta passa a expressar terras não aproveitadas, não povoadas, sem conhecimento de seu dono, sem vestígio de que fora algum tempo ocupada ou não se tem notícia da pessoa a quem pertença.⁶²

A paisagem descrita aparecia sempre com ausência de cultura, no duplo sentido: sem cultivo e sem a presença humana. Essa ideia fazia parte da “*decodificação de paisagem*”⁶³ do colonizador, o que, nesse caso, se a terra não fosse utilizada para uma atividade econômica, seria tida como desocupada. Esse argumento tinha como objetivo a consagração de seus

⁶¹ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Revista Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: 8 de abril de 1997, pp. 119-156.

⁶² MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009, pp.131-132.

⁶³ CORRÊA, Dora Shellard. Descrição de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Varia História**: Belo Horizonte, vol. 24, nº 39, pp. 135-152.

interesses, no caso a ocupação de áreas não doadas através de sesmaria. Nesse sentido, justificar que as terras não contavam com a presença humana ou com uma atividade em desenvolvimento justificou e validou sua apropriação. No entanto, não podemos aceitar esse discurso legitimador criado a partir dos interesses coloniais, porque da mesma forma que ele concorreu para validar a posse da terra, também foi responsável pela tomada de áreas até então ocupadas por nativos.

Ao olharmos a localização da meia “*legoa*”, solicitada no ano de 1721, podemos ver que ela se encontrava entre as “*lagoas Capoan e Tapeba*”. O interessante aqui é que os nomes das duas lagoas encontram origem na língua indígena. Esse é um primeiro sinal de que a região já era conhecida pelo nativo e tinha toda uma simbologia e significado para os mesmos, ao ponto do próprio colonizador se utilizar dos topônimos indígenas como referentes oficiais. Outro aspecto remete ao fato de que até hoje existem diversas comunidades identificadas como Tapeba, ocupando a mesma região entre as referidas lagoas.

Acredito ser possível concluir que, mais uma vez, se processou a tomada de terras dos nativos, mesmo que não legitimadas pela coroa portuguesa, como foi o caso da Aldeia da Japuara dos índios Anacé, mas foram terras que tinham um valor simbólico e com grandes recursos naturais, a exemplo da meia légua situada entre as duas lagoas. Se no passado utilizou-se como justificativa o discurso de vazio humano através do termo devoluto, hoje se utiliza a ideia de que não mais existem índios naquela região. O ponto em comum desses dois discursos reside no fato de que ambos têm como pano de fundo legitimar a tomada e o avanço sobre terras ainda ocupadas por grupos indígenas – ou que se reconhecem como tal.

1.4- De aldeia a Vila: Caucaia no contexto da colonização

As primeiras expedições colonizadoras que foram enviadas ao Ceará, ainda nos anos iniciais do século XVII, narram a existência de grupos nativos que ocupavam a foz do rio Ceará. Em sua passagem por essa região, o missionário Luís Figueira, assim como Martins Soares Morenos, tentou estabelecer uma aldeia próxima à foz desse rio, que posteriormente foi transferida para o local onde formou-se a aldeia de Porangaba.⁶⁴

Quando a pecuária começou a avançar por essa região, os conflitos entre colonizadores e nativos intensificaram-se, por conta das tomadas das terras e da resistência nativa a tal processo. Nesse sentido, a Coroa portuguesa, a fim de ver garantidos seus interesses, contou com o apoio da igreja católica, que atuou no processo de apaziguamento e convencimento do nativo.

Assim, foram criados os aldeamentos indígenas. Estes assumiram várias funções próprias do movimento de colonização. Serviam para confinar os nativos em uma área delimitada, possibilitando o avanço dos colonizadores com a pecuária, assim como servia como acampamento militar no qual os nativos junto aos colonizadores faziam guerra a tribos que resistiam no sertão. Além disso, concorriam como espaços onde se tentava impor ao índio o modo de vida europeu, sobretudo no que tange à fé católica e ao trabalho disciplinado.

Nas proximidades do entorno da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, foram criados os aldeamentos da Porangaba, Paupina e Caucaia. De sorte que, este último concorre aqui como objeto deste estudo e, por isso, ocupa a maior parte de sua atenção. De acordo com Bezerra de Menezes, esses aldeamentos que existiram no entorno de Fortaleza só foram criados após a expulsão dos holandeses.⁶⁵

⁶⁴ BEZERRA, Antonio. Algumas origens do Ceará. Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, 1903, p. 161

⁶⁵ BEZERRA, Antonio. Dúvidas históricas. Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, 1896, p. 9.

Quanto ao de Caucaia, existe grande imprecisão acerca do ano e local de sua fundação. O que se sabe, a esse respeito, é que essa aldeia foi mencionada regularmente por padres jesuítas entre os anos de 1741 e 1759⁶⁶, e que foi formada a partir da junção das etnias dos Tremembé, Potiguara, kariri e Jucá⁶⁷. Esses grupos foram confinados no mesmo espaço a partir dos chamados *descimentos*, denominados assim os deslocamentos dos jesuítas em direção ao interior da região, a fim de convencer os povos nativos a aceitarem a vida nas aldeias, trazendo-os, então, para perto do litoral e deixando o sertão livre ao desenvolvimento da pecuária.

Com o avanço da pecuária pelo litoral e pelo sertão, os conflitos intensificavam-se entre nativos e colonizadores. A fim de apaziguar os grupos indígenas, a coroa portuguesa fez uma doação de uma légua em quadra aos grupos aldeados. Acreditava, dessa forma, remediar o descontentamento dos nativos com o processo de colonização e expulsão das terras pelo conquistador.

Essa légua doada foi por muito tempo o único espaço ocupado pelas famílias indígenas. No entanto, em meio às diversas cartas de sesmarias concedidas aos colonizadores no litoral oeste de fortaleza de Nossa senhora da Assunção, encontra-se uma requerida pelo capitão-mor João Pereira, principal da aldeia da Caucaia, que foi concedida em 31 de março de 1723. Nesse sentido, os grupos indígenas, frente à situação de invasão das terras por eles ocupadas, passaram a utilizar o mecanismo jurídico instituído pelas autoridades coloniais para a concessão de terras na América portuguesa, pois, apesar da resistência, não haviam conseguido deter o avanço colonizador. De modo que, restava ao grupo tentar garantir pelo menos uma área delimitada para a sobrevivência de suas famílias.

Com esse fim, o principal dessa aldeia, e demais oficiais, solicitou terras através de pedidos de sesmarias, como pode ser visto a seguir:

⁶⁶ BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: Da etnogêneses como processo social de luta simbólica. **Cadernos de Antropologia**. Brasília: UNB: Série antropologia, 1994, p. 4.

⁶⁷ GOMES, Alexandre e VIEIRA, João Paulo. **Povos indígenas no Ceará**: Organização, memória e luta. Fortaleza, 2007, p. 42 (mimeografado).

Dizem o capitão Mor Joam Pereira, principal da Aldeã da caucaya, e os mais ofeciais da dita aldeã, e índios que elles não tem terras p.^a poderem plantar suas rossas, em lavouras, e porque de presente tem achado, húas terras capazes de suas plantas que comessam donde se acaba a demarcação das terras dos Anacês, pella fralda da serra da Japuará (Japuará) buscando a serra do Tohá (Juá) donde está um olho de agoa, em húas canavieiras, as quais terras estam devolutas e desaproveitadas, nas quais se podem elles suplicantes acomodar com três legoas de terra de comprido e húa de largo, meya p.^a cada banda, fazendo piam no olho dagoa chamado, o taboca, por tanto pedem a vossa mercê (...) Despacho: vista a informaçam, concedo aos Suplicantes as terras que pedem pera Susttentaçam de sua aldeã.⁶⁸ (grifo meu)

Pela leitura da fonte, percebe-se que, à época da escrita do documento, a aldeia da Caucaia já existia. Ao recorrer a essa solicitação, o índio se vale de uma instituição do colonizador, no caso, a sesmaria. O fato desse e de outros grupos utilizarem-se de tal mecanismo jurídico implantado no mundo colonial, não significa dizer que não resistiram à colonização, mas, ao contrário, já que esse ato funcionava como uma estratégia dentro do contexto de tomada das terras. Portanto, o que interessava ao indígena era pelo menos garantir a posse de certa extensão de chão, mesmo que de uma faixa estreita como eram as sesmarias.

Ao observamos esse pedido de sesmaria, solicitado por um grupo indígena, e confrontá-lo com o dos não índios, nota-se claramente o choque de valores atribuídos aos diversos usos da terra pelos dois grupos. Para os colonos, partindo de uma perspectiva mercantilista de acumulação de riquezas, a terra deveria ser um meio de produção de bens tendo em vista a geração de riquezas. Enquanto que, para os indígenas, a terra possibilitava a produção de bens necessários à “sustentação da aldeia” e ao seu modo de vida, na medida em que fortalecia seus vínculos e o sentimento de pertença.

A solicitação é encabeçada pelo principal da aldeia e capitão-mor, acompanhado dos demais oficiais. Esse ponto sugere a existência de uma

⁶⁸ APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave media 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03). Vol. 11, nº 70.

estrutura militar, hierárquica, dentro das aldeias, introduzida por parte da administração colonial, da ação missionária e do Estado português. Segundo Hoonart, os aldeamentos no entorno da Fortaleza serviam como acampamentos militares, nos quais os soldados colonizadores buscavam combatentes para a guerra principalmente no interior da Capitania.⁶⁹ Os indígenas desses aldeamentos participaram como aliados dos colonizadores no combate a outros grupos nativos, e, por isso, passaram a buscar a recompensa pelos serviços prestados à Coroa portuguesa. Nesse caso, solicitavam mais terras para as suas aldeias.

Um ponto em comum entre a aldeia da Japuara dos Anace e das terras solicitadas pelos indígenas da Caucaia, é sua localização, pois além de se avizinharem, ambas foram concedidas próximas às serras. Esse fato não é uma simples coincidência, e sim parte de um projeto colonial de expansão da pecuária pelo litoral e interior da capitania, pois essa atividade desenvolvia-se melhor em terrenos planos. As regiões nos sopés serranos prestavam-se melhor a atividade agrícola.

Para o indígena que conhecia bem essa região e como estava exposto ao processo de expropriação das terras, era interessante instalarem-se nesses locais, áreas que tinham muitas nascentes de rios e outros recursos de água, o que tornava o solo mais úmido, podendo esse recurso natural ser bastante aproveitável para lavoura. Portanto, sabiam que a posse dessas terras seria fundamental para a sustentação do grupo.

Por outro, colocar os grupos nativos nesse espaço atendia, também, a interesses das autoridades coloniais que buscavam combater o modo de vida indígena, tentando inseri-los na lógica mercantilista, transformando-os em produtores de alimentos que possibilitassem gerar um excedente para ser comercializado e abastecer as vilas. Para realização desse objetivo, a Coroa portuguesa contou principalmente com o apoio da Companhia de Jesus, que desde as primeiras tentativas de colonização e contato com os nativos se fizeram presente nesse projeto. Com a consolidação das aldeias, esses

⁶⁹ HOONAERT, Eduardo. Catequese e Aldeamento. In; SOUSA, Simone (org.) **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha, 1989, p. 46.

missionários buscaram controlar os nativos através da religião católica e do trabalho disciplinado.

Pouco mais de um mês depois da concessão de terras para a aldeia da Caucaia, no dia 7 de maio de 1723, foi solicitado pelo padre Manoel Coelho de Lemos, uma sesmaria vizinho a essa aldeia:

Elle Sulpicante tem seus gados vacuns, como Cavallares e não tem terra donde os possa criar; e por quanto junto da aldeia da caucaya se acha desde o poço do taipú até a passagem do rio se acha meya legoa de terra com suficiêcia pêra nella o poder fazer por ser terra de pastar, donde os Índios não plantam, por tanto pede a Vmerce seja servido concederlhe por dattas e Sismaria, a ditta meya legoa de terra acima declarada, pêra nella criar os sesu gados e recebera mercê.⁷⁰

A terra solicitada pelo padre deveria ser doada em nome dos seus serviços prestados, portanto seria uma mercê. Esse pagamento solicitado, provavelmente, se devesse a missões feitas junto aos nativos, especialmente aos da aldeia da Caucaia. Para as autoridades coloniais, seria interessante doar, a esses missionários, terras próximas às aldeias, como era no caso acima. Isso garantiria um maior controle através dos missionários católicos, que estavam imbuídos de adaptar os índios ao modo de vida do colonizador.

No momento de plena expansão da pecuária pelo litoral e interior da capitania, os aldeamentos indígenas foram fundamentais para garantir o sucesso desse projeto colonial. No entanto, em 1740, quando a colonização do Ceará estava consolidada e grande parte das terras no entorno oeste de Fortaleza havia sido doada a sesmeiros – e os jesuítas se opunham a utilização da mão de obra indígena na lavoura –, os aldeamentos passaram a ser um entrave para o avanço de colonos sobre as terras. Assim, os membros da Companhia de Jesus acabaram tornando-se inimigos ferrenhos dos proprietários de terras que almejavam a utilização do trabalho indígena em suas propriedades.

⁷⁰ APEC- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03). Vol. XI, nº 74, 7 de maio de 1723.

Em meio a essas disputas, em meados do século XVII, o marquês de Pombal assume como ministro e implanta uma nova política visando o desenvolvimento da Colônia. As medidas adotadas perpassaram a questão dos aldeamentos indígenas, quando os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses e as aldeias por eles missionadas foram transformadas em Vilas. Essa medida objetivava principalmente a “*supressão temporal dos jesuítas e demais religiosos sobre a vida dos índios e a emancipação e a integração destes a sociedade colônia*”⁷¹. Nesse sentido, em 1759, a aldeia da Caucaia foi transformada em Villa Real de Soure, com o intuito de iniciar uma nova fase na consolidação de uma zona agrícola.

Os indígenas passaram a ser controlados por um conjunto de leis que ficou vulgarmente conhecido como “Diretório pombalino” ou simplesmente “Diretório”. A figura do Jesuíta como administrador foi substituída pela de um laico, encarnada por um não índio que assumiria a vez de diretor da Vila. Dentre as principais medidas trazidas nesse documento, havia a tentativa de incentivar o casamento entre brancos e índios e massificar a presença dos primeiros nas aldeias.⁷²

A substituição do poder religioso nas aldeias por um laico, tendo à frente um não índio, foi bastante prejudicial para os povos indígenas, o que pode ser percebido na carta enviada, em 03 de março de 1786, pelo ouvidor do Ceará, Manoel de M. Pinto, na qual expõe a situação dos índios nas aldeias da seguinte maneira:

(...) porém não posso deixar, pellos deveres de homem, e ainda mesmo de magistrado, de pedir a V. Ex^a licença de na primeira ocazião lhe dar conta do estado infeliz e digno da comizaração de V. Ex^a e de toda humanidade de que vivem estas pobres Vilas e Aldeias dos miseravens índio, que ainda hoje, apesar dos santos, e pissimas leis de senhor D. Joze, são tiranizados pellos diretoras das ditas vilas, pelos Ouvidores, pellos Governadores e ainda mesmo particulares Europeus: mais escravos no tratamento que se lhes dá do que escravos africanos muito principalmente a respeito dos diretores que sendo eleito sem as qualidades que o sábio

⁷¹ SILVA, Isabelle Braz da. **Vilas de índios no Ceará Grande**: Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Tese- (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2003, p. 84.

⁷² Id. Ibidem., p. 85.

Diretório requer, em nada observão, e tratam essa sempre desgraçada nação como bárbaros que são os ditos diretores: donde resultam que elles vão fugindo para os matos, as Vilas se vão desertando, e abominando a sociedade, elles suspirão pello tempo em que eles erão escravos dos jesuítas(...)⁷³

Pela leitura do trecho percebe-se o quanto foi prejudicial para os povos nativos a transformação das aldeias em Vilas, não simplesmente por esse processo, que não implicou na perda das terras da aldeia que continuavam demarcadas e habitadas pelos indígenas, mas pela forma como passaram a ser administradas as Vilas por conta dos desmandos e violências praticadas pelos diretores contra os índios, tentando transformá-los em mão de obra nas lavouras dos produtores agrícolas, visto que a força de trabalho era o que mais interessava naquele momento, obrigando-os a viverem num “*regime de escravidão mascarada*”⁷⁴. Nesse sentido, explica-se a sua fuga para locais distantes da Vila.

Os diversos conflitos entre índios e diretores e o não cumprimento das leis pombalinas, que também não haviam surtido os efeitos esperados pela Coroa portuguesa, obrigou as autoridades coloniais a extinguirem o Diretório através de uma carta Régia expedida em 1798.⁷⁵

Assim, com a anulação do Diretório, novas medidas foram tomadas para o controle nos antigos aldeamentos. No entanto, a principal ação expressa no novo documento tratou da liberdade de comércio entre brancos e índios e da autorização para os indivíduos que quisessem se estabelecer dentro das terras das aldeias indígenas.

As decisões políticas alinhadas a mudanças econômicas no final do século XVIII e início do XIX provocariam intensas transformações na configuração social do litoral oeste da capitania do Siará Grande. A agricultura ganhou maior destaque no pensamento e nas políticas governamentais, pois a

⁷³ Carta do ouvidor do Ceará, Manuel de M. Pinto Avelar, sobre a situação dos índios das suas vilas, em 03 de março de 1786. Apud. PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011, pp. 245-246.

⁷⁴ XAVIER, Maico Oliveira. “**Cabocullos são os brancos**”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real-século XIX. Dissertação- (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social-UFC. Fortaleza, 2010, p. 89.

⁷⁵ Idem. Ibidem., p. 76.

base do progresso deveria ser buscada nos frutos da terra⁷⁶. Dessa forma, a produção agrícola passaria a concorrer com a pecuária como atividade econômica voltada para o mercado. O aumento na produção intensificaria o uso do solo e transformações na paisagem rural.

⁷⁶ PADUA, José Augusto. Op. Cit. p. 43.

CAPÍTULO 2: ESTRUTURA AGRÁRIA E PAISAGENS RURAIS

O século XIX é marcado por intensas transformações que provocaram mudanças no mundo rural em Soure. Na virada desse século, em 1799, o Ceará tornava-se Capitania autônoma, ficando independente de Pernambuco. Uma das principais mudanças com esse processo foi à liberdade de comercializar diretamente com a Metrópole, o que atendia aos interesses principalmente dos comerciantes locais.

Se no século XVIII havia uma grande crise com relação a mão de obra, onde o indígena era constantemente forçado a trabalhar nas lavouras dos proprietários de terra, no decorrer do novo século houve um aumento populacional ocasionado principalmente pela migração dos moradores do interior despossuídos da terra que buscavam nos períodos de estiagem a sobrevivência no litoral que funcionava como zona de refúgio.

Esse aumento populacional pode ser percebido ao compararmos os dados fornecidos por Luiz de Barba Alado de Menezes que Governou a Capitania do Ceará entre 1808-1811. Segundo os números apresentados por este, Soure tinha 33 brancos o que representava 4% da população, 546 índios (71%), 55 pretos (7%), 133 mulatos (18%) perfazendo uma população total de 767 habitantes⁷⁷.

Esses dados quando comparados com os apontados por Tomaz Pompeo de Sousa Brasil, para o final da década de 1850, possibilita perceber o vertiginoso crescimento populacional nessa região na primeira metade do século. Embora sejam apontadas algumas imprecisões nos dados coletados por esse intelectual, nos valeremos de suas informações quanto aos números apresentados em seu Ensaio Estatístico da Província do Ceará, onde Soure

⁷⁷ Apud. FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirrina minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê, Amaru mambirá”**: O Ceará no tráfico interprovincial. 1850-1881. Dissertação- (Mestrado em História Social). Fortaleza: universidade Federal do Ceará., 2005, p.30 Luiz de Barba Alado de Menezes. Memória sobre a Capitania do Ceará. Rio de Janeiro. RIHGB, T. XXXIV, parte primeiro, 1871, p.255. In, OLIVEIRA SILVA, Pedro Alberto de. O declínio da escravidão no Ceará.

tinha em 1858, 4.622 habitantes livres e 286 escravos totalizando, 4.908 e Siupé tinha 5.687 livres.⁷⁸

Grande parte dessa população não tinha acesso a terra, obrigando-os a trabalharem nas lavouras dos proprietários ou arrendando terras onde pagavam com parte da produção. Se no século passado a crise era sobre o trabalho indígena, o XIX a pressão passa a ser sobre as terras das aldeias, que segundo Maico Oliveira não deixaram de existir em 1759, quando foi elevada a Vila e tampouco em 1798 quando extinguiu-se o Diretório, pois a presença nativa continuou a existir nas terras das aldeias⁷⁹.

Frente a esse processo crescente da população e a necessidade de terras para aumento da produção, as elites políticas locais, imbuídas de maior autonomia dada pelo Governo Imperial, através da Assembléia Provincial, cria a Lei Nº 2, de 13 de maio de 1835 que no seu artigo primeiro colocava que “Ficção suprimidas as Villas dos Indios de Soure e Arroches, e seus municipios unidos ao da capital.”⁸⁰ Essa medida foi a que mais surtiu efeito com relação a tomada das terras das aldeias.

Assim em meados do século XIX, a área em estudo pertencia administrativamente a Freguesia de Fortaleza que era formada pela sede (área urbana) e pelos povoados de Mucuripe a Arronches e Soure. Essa ultima é marcada pela diversidade natural, pois apresenta paisagens típicas de litoral, de espaço serrano e de semiárido. Em viagem feita de Fortaleza a Serra Grande no ano de 1860, o naturalista Francisco Freire Alemão passa por Soure e descreve bem as características dessa região marcada por tal multiplicidade paisagística:

Andamos hoje cinco léguas, três da cidade a Soure, e de Soure a Juá duas. (...) Passamos o Boqueirão sem chuva (diz o Numa que sempre que por aí passou foi com chuva). Esta passagem é formada à esquerda pela serra do Juá, e à direita pela serra do [Cauípe], que aqui se denomina Japuará ou Câmara. (...) Todo o terreno por que temos andado estes

⁷⁸ SOUSA BRASIL, Thomaz Pompeu. **Ensaio Estatístico da província do Ceará- Tomo II**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p.25

⁷⁹ P.137

⁸⁰ Lei Provincial Nº 2, 13/05/1835. In: BARROSO, José L. Leis provinciais do Ceará. Tomo I (1835-1846). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863, p.8

dois dias é baixo, arenoso e arredado do mar duas léguas mais ou menos. Todo ele está cheio de carnaúbas, cujas árvores estão com flor e fruta verde. (...) Há um certo número de lagoas grandes como Pabuçu e Capuan etc., que servem de bebedouro para o gado. Por toda parte vimos muito pacoti com flor, e com fruta, e sem folhas, alguns paus-d'arco roxo, com flor. Juazeiros com flor, pau-branco com fruta, mororós com flor e fruta. Vimos uma rabugem com flor e fruta verde, uma maria-preta com flor e fruta. Catandubas com fruta e flor, um Gonçalo-alves com botões. Marizeiras sem flor nem fruta. Ao chegar no Angicos vimos muitas maniçobas inteiramente desfolhadas, e numa vargem muitas carobas (de folha miúdas) carregadas de lindas flores e sem folhas. As catingueiras estão com flor etc. etc.

Do Juá ao Angicos dizem ser quatro léguas. Em Angicos pousamos, para seguir no dia seguinte. Há em frente da casa, que está em lugar alguma coisa elevado, um bom açude que serve de bebedouro aos animais. A água de beber, que se toma num pequeno regato, não é má, a noite foi fresca, mas não tanto como no Juá. Estamos já no sertão⁸¹.

A descrição feita por Freire Alemão em sua passagem por Soure apresenta bem as características peculiares dessa região. Primeiro, a paisagem litorânea que chega aos sopés das serras e confunde-se muitas vezes com o próprio sertão. No entanto, existem algumas particularidades que precisam ser ressaltadas.

Partindo da sede de Soure e seguindo até a serra do Juá, a paisagem que predomina é a litorânea, pois esse povoado ficava distante cerca de cinco quilômetros do oceano. As características do ecossistema costeiro no Ceará fazem se sentir em média de 4 a 6 quilômetros do litoral em direção ao interior⁸². Essa região próxima à costa apresenta a maior densidade pluviométrica, o que possibilita a existência de grande número de reservatórios de água tais como lagoas e pequenos rios.

Sobre os terrenos na faixa litorânea, Thomaz Pompeu destaca que são "(...) naturalmente frouxos, ou pouco compactos, não criam grandes arvores,

⁸¹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Organização e apresentação: Antonio Luiz Macedo Silva Filho, Francisco Régis Lopes Ramos, Kênia Sousa Rios. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 302-305.

⁸² SALES, Vanda Carneiro de Claudino. Os litorais cearenses. In: BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Teciá; DANTAS, Eustógio. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 231.

mas arbustos e arvoredos acanhados”⁸³. A vegetação próxima à costa do Ceará não apresenta árvores de grande densidade como o litoral coberto pela mata Atlântica; apesar de ser abundante, é mais aberta e com predomínio de diversas espécies frutíferas.

Entre o litoral cearense e a região da caatinga existem alguns pontos elevados denominados de “tabuleiros pré-litorâneos” e os “maciços residuais”. Nos primeiros, de menor altitude, predomina a vegetação de “caatinga litorânea encraves de cerrado”. Os maciços residuais, por sua vez, são “áreas serranas dispersas pela depressão sertaneja, localizadas próximas ao litoral, com níveis altimétricos entre 600-900 m”⁸⁴. Esses maciços têm rede fluvial densa, um solo argiloso com fertilidade de média para alta e “revestimento vegetal com remanescentes de mata plúvio-nebulares”⁸⁵. A elevação das serras proporcionava o clima mais ameno, o que, associado à oferta de água e solo mais produtivos, tornava essa terra uma área propícia à atividade agrícola.

Ao chegar à fazenda Angicos, ainda nos limites territoriais de Soure, mas implantada em um ecossistema sertanejo, a temperatura eleva-se, o clima é mais quente, e a paisagem torna-se outra. Predomina aí a caatinga. De sorte que, chama a atenção do viajante grande quantidade de maniçobas desfolhadas. Essa planta é nativa e adapta-se muito bem a caatinga. Sua principal utilização pelo homem do campo concerne à alimentação dos animais, pois a folha é transformada em forragem para alimentar principalmente o gado assim como outros animais de pequeno porte.

A diversidade de ecossistemas e os recursos naturais disponíveis possibilitaram aos produtores diversificar as atividades econômicas, principalmente na produção agrícola. Essa questão pode ser mais bem percebida ao analisarmos os registros de terras da Freguesia de Fortaleza e os inventários *post-mortem* dessa circunscrição.

⁸³ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará-Tomo1**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p.134.

⁸⁴ NOGUEIRA DE SOUSA, Marcos José. Compartimentação geoambiental do Ceará. In: BOZARCCHELLO, José; CAVALCANTE, Teciá; DANTAS, Eustógio. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p.127-140.

⁸⁵ Id. *Ibidem*, p.137.

2.1 – Posse da terra

A sesmaria foi o instrumento jurídico que regulou a apropriação fundiária no Brasil durante todo o período colonial, sendo abolida apenas no ano de 1822, após a Independência. Durante a vigência do sesmarialismo, existiram muitos conflitos entre os sesmeiros em diversas partes do território colonial, provocados principalmente pela imprecisão dos limites territoriais cedidas pela Coroa portuguesa a particulares. Apesar da existência desse instrumento que regulava as concessões de terra, havia também aqueles que se apropriavam desse recurso através do apossamento. Assim, com a criação do Estado Brasileiro, surge também a necessidade de ter maior controle sobre o acesso a terra, procurando ordenar juridicamente as imprecisões e falhas existentes desde os tempos coloniais.

Nesse sentido, diversos debates e projetos foram postos em pauta pelas autoridades imperiais a partir de 1822, a fim de regular as forma de acesso a terra no Brasil. No entanto, as discussões estenderam-se por quase três décadas, até o ano de 1850, quando a Câmara e o Senado aprovam a Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de terras.

A aplicabilidade dessa lei deu-se após a aprovação do decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, pelo o qual o Governo Imperial criou os mecanismos que possibilitaram a execução da Lei Nº 601. Esse decreto previa a demarcação das terras devolutas e a declaração de posse das particulares. A fiscalização desse serviço estava diretamente ligada ao Governo da Província que delegaria aos vigários de cada freguesia a responsabilidade pelo recebimento dos registros de terras feitos pelos respectivos possuidores.

A partir dessas declarações, foram sendo produzidos os chamados Livros de Terra que consiste num *corpus* documental no qual se encontram coligidos os referidos registros. Para os pesquisadores que lidam com as questões do mundo rural, esse documento é extremamente importante, pois possibilita ter um melhor entendimento da estrutura agrária de diversas regiões do país.

Para este estudo, consultou-se o Livro de terras da Freguesia de São José de Fortaleza, pois a época da execução da lei e do regulamento, Soure

pertencia a essa freguesia. Esse fato deu-se a partir de 1835, quando o Governo Imperial através da Assembléia Provincial, cria a Lei Nº 2, de 13 de maio de 1835. A perda da autonomia política fazia parte do projeto de anulação das terras das aldeias ainda existente nessas Vilas, que acabaram sendo um empecilho para os produtores não índios que queriam se apropriar desses espaços. Essa lei colaborou ainda mais com expropriação das terras indígenas e a consolidando uma zona agropastoril cuja produção voltava-se prioritariamente para mercado.

O livro de terras original produzido na década de 1850 está depositado no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) e encontra-se bastante deteriorado, por isso, não tem condições de ser manuseado. Na mesma Instituição, existe uma cópia dessa compilação de registros. Feita no ano de 1940, tal réplica foi o material consultado para a elaboração deste trabalho. Os dados contidos no Livro de Fortaleza foram anotados entre os anos de 1855 e 1858. Apesar das declarações serem um retrato desses quatro anos, é possível perceber através do mesmo, como foi se configurando a estrutura agrária dessa região na primeira metade do século XIX.

Para a Freguesia de Fortaleza foram localizadas 715 declarações, dentre as quais, 44 diziam respeito a propriedades nos limites dessa Vila e suas povoações, e 671 aos distritos de Soure, Siupé e Trairi. Apenas as declarações dessas três últimas localidades serão analisadas doravante.

O decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, previa que as declarações feitas por particulares deveriam conter informações básicas tais como o nome do possuidor, a freguesia em que se situava a extensão e os limites da propriedade.⁸⁶ Quanto ao tamanho das terras declaradas, algumas dificuldades se apresentam, pois, do total de declarações feitas, quase metade mencionam apenas termos como “uma sorte de terra”, “uma porção de terra”, “sitio de terras” ou “escritura de terras”; dificultando o conhecimento acerca da extensão dessas propriedades.

⁸⁶ SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª Ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008, p.188.

A utilização dessas expressões muitas vezes está relacionada à parte de uma propriedade geralmente maior que era fruto de divisão entre herdeiros em uma mesma família, como pode ser percebido no registro feito por Joaquim Rodrigues D'Oliveira onde era “possuidor de sorte de terras, sita no Citio [sic] denominado São Pedro”⁸⁷. A partir da leitura desse trecho e da de outros registros, foi possível identificar que o termo sítio fazia referência a uma propriedade maior que poderia ser composta por diversas “sortes” de terra. Nesse sentido, o mesmo Joaquim D'Oliveira apresentou outra declaração onde dizia ser possuidor de

huma[sic] sorte de terras no cita (sitio) no lugar denominado Corgo que houve por herança de seu finado sogro Antonio dos Santos Correia (...) a qual extrema pela parte do nascente com terras dos órfãos do mesmo Antonio dos Santos Correia.⁸⁸

Para a localidade de Soure, incluindo os distritos de Siupé e Trairi, dos 671 identificados, 334 mencionaram a extensão das terras possuídas. No entanto, mesmo os registros que trazem essa informação mostram imprecisão acerca do tamanho real, como o Sr. Ignácio Ferreira da Silva, que declarou sua posse no lugar Praibinha com “meia légua de comprido e menos de largo”⁸⁹. Em alguns casos a extensão ora é declarada em léguas ora em braças, podendo ser as duas medidas acionadas de maneira combinada. Outros registros mencionam reiteradamente o comprimento e a largura, mas às vezes apenas uma dessas medidas.

As faixas de terra declaradas dificilmente tinham uma mesma medida de largura e comprimento, como foi o caso de Joaquim Bezerra Ramos⁹⁰, que registrou sua sorte de terras no “Alagadiço das Guaribas no lugar denominado Maracujá”, de cujas terras mediam “31 braças pelo alagadiço acima e hum

⁸⁷ APEC-Registro de terra de Joaquim Rodrigues de Oliveira, feito em 10 de julho de 1856. Livro de Terras de Fortaleza. APEC

⁸⁸ APEC- Registro de terra de Joaquim Rodrigues de Oliveira, feito em 28 de outubro de 1856. Livro de Terras de Fortaleza – APEC.

⁸⁹ APEC- Registro de terra de Ignácio Ferreira da Silva. Livro de Terras de Fortaleza (não consta data) – APEC.

⁹⁰ APEC-Registro de terra de Joaquim Bezerra Ramos. Livro de Terras de Fortaleza (não consta data) – APEC.

quarto de légua para o Sul”. Diante da situação presente nos documentos, tomou-se como referência dessas propriedades o maior tamanho apresentado no registro. No caso acima, a propriedade foi considerada como medindo um quarto de légua. Outra decisão metodológica tomada para o estudo foi transformar os registros que foram declarados em braças para léguas. Assim, tornou-se possível identificar os seguintes dados:

TABELA 2
Registro de propriedade da freguesia de Fortaleza
Tamanho da propriedade em légua

Tamanho	Quantidade
Mais de uma légua	16
Uma légua	60
Meia Légua	126
Um quarto de légua	45
Meio quarto de légua	87
Total	334

Fonte: APEC-Registro de Terras da Freguesia de Fortaleza, 1855-1858.

Existia um pequeno número de propriedades medindo acima de uma légua. Essas, quando comparadas com o total dos registros declarados, correspondem a apenas 2%. Quando a comparação passa a ser feita com as declarações que têm discriminadas as suas extensões, esse número sobe para 5%, o que é ainda muito baixo. As propriedades que medem uma légua também não são tão expressivas assim, pois, do percentual de todos os registros feitos, correspondem a 9%, e, levando em consideração as que declararam o tamanho, equivalem a 17%. Outro número importante é que 77% das propriedades que tiveram declarada sua extensão mediam meia légua ou menos. Esses dados deixam claro que, durante a primeira metade do século XIX, as grandes faixas de terras que foram sendo doadas através de sesmarias, ou que foram aos poucos apossadas, já estavam desmembradas em meados desse século.

Mesmo conhecendo a estrutura agrária da região no tocante ao tamanho das propriedades, cabe ainda buscar responder a outras questões tais como o nível de concentração fundiária para essa Freguesia. Desse modo, a descrição de números de proprietários por propriedades é fundamental para esse entendimento.

TABELA 3

Registro de propriedade da freguesia de Fortaleza
Número de propriedade e proprietário

Número de Propriedade	Número de Proprietário
1	586
2	52
3	16
4	10
5	3
6 á 10	3
Mais de 10	1
Total	671

Fonte: APEC – Registro de Terras da Freguesia de Fortaleza, 1855-1858.

Quando analisamos o nível de concentração fundiária, observa-se que existia um grande número de proprietário com apenas uma posse de terra (87%). No primeiro momento, esse dado pode passar a falsa idéia de que essa região combina a média propriedade com a baixa concentração fundiária. No entanto quando comparamos esses dados com o índice populacional tem-se uma melhor visão acerca dessa questão.

Segundo Thomaz Pompeu em seu Ensaio Estatístico, Soure e Siupé juntos tinham uma média de 12.000 pessoas⁹¹. Quando se divide o número de habitantes pelo de propriedade tem-se a quantidade média de 18 pessoas⁹² nas unidades produtivas. Esse número deixa claro que havia sim uma concentração fundiária, pois apenas 5% da população nesses distritos tinham a posse da terra, ficando a grande maioria subjugada a esses proprietários.

⁹¹ BRAZIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da província do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p.25-26

⁹² Número arredondado.

Outro dado relevante na tabela é as grandes propriedades, principalmente medindo mais de uma légua, poucas ainda existiam. As próprias sesmarias que haviam sido doadas até os anos finais do século XVII nessa região deveriam ter colaborado para que prevalecessem propriedades de tamanho médio e grande. Que fatores explicam esse contexto?

Primeiro, no tocante às sesmarias que foram doadas ainda no período colonial, muitas delas haviam sido partilhadas entre os herdeiros dos sesmeiros como previa a legislação portuguesa. Outro ponto talvez ainda mais importante com relação a essa questão está ligado ao crescimento populacional e as secas que ocorreram na primeira metade do século XIX, em especial as de 1809 e 1845 que, segundo Thomaz Pompeu de Souza Brasil⁹³, foram as mais prejudiciais à criação de gado nos primeiros cinquenta anos desse século. Os períodos de estiagem obrigavam diversas famílias moradoras do sertão a partirem para as zonas de refrigerios, em especial as serras e o litoral, em busca de refúgio, pois nesses locais, graças à maior oferta de água, os efeitos das secas eram mitigados. Os migrantes ao chegarem primeiro a essas áreas, muitos se deparavam com terras públicas e devolutas e passavam a ocupar as mesmas⁹⁴.

A ocupação dessas terras sem proprietário declarado foi facilitada pela falta de uma legislação que regulamentasse as formas de aquisição, principalmente entre os anos de 1822, período em que foram suspensas as doações de sesmarias, e 1850, quando a Lei de Terras é então aprovada e posteriormente regulamentada pelo decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 – que estabelece que a compra passe a ser a única forma de aquisição de terras devolutas.

Nesse período em que não houve normas legais que regulamentassem o processo de aquisição de terra, a posse foi um dos principais meios utilizados para adquirir esse recurso produtivo. Por isso, foi possível que uma camada de

⁹³ SOUZA BRAZIL, Thomaz Pompeu. Estado do Ceará na Exposição de Chicago (documento fac-similar). In **Documentos**: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia. Fortaleza: APEC, v.1-2005 pp. 31-32.

⁹⁴ SANTOS, Martha S. Honra. Terra e Violência: O mundo dos homens pobres e livres do sertão cearense do século XIX. In: **Trajetos**: Revista do programa de Pós-Graduação em História Social da UFC. Fortaleza: Departamento de História, vol. 6, n.11, 2008, p.12.

homens pobres e livres pudesse ser possuidora de uma determinada faixa de terra, como ocorreu com Cosme Pereira de Sousa que fez um único registro de terra em Soure, argumentando ser:

morador nesta freguesia de Fortaleza, no lugar denominado Sedro [sic], dá a registrar um sitio de terras próprias de criar e plantar no referido lugar de sua moradia com meia légua pouco mais ou menos que as houve por posse que fez a mais de vinte annos, extremado para o nascente no riacho Sedro e para o poente com José Rufino, para o Sul com terras devolutas e para o Norte com terras de herdeiros de Adriano José de Almeida, cujas terras registra na forma da lei.⁹⁵

A Lei de Terras, de 1850, estabeleceu a compra como única forma de aquisição de terras devolutas. No entanto, essa mesma lei legalizou o direito dos possuidores de terras sem título comprobatório, como é o caso dos apossamentos, legitimando as posses feitas até aquela data. Amparado pela lei, e utilizando-se dessas prerrogativas, o Sr. Cosme Pereira buscou garantir a legalização de sua única posse. Nessa mesma declaração, aparece implícito o cumprimento de uma exigência posta na lei para que o posseiro legitimasse sua propriedade, já que o artigo 5º colocava que:

Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havida do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro⁹⁶.

Foram exatamente essas obrigatoriedades que o Sr. Cosme buscou informar em seu registro a fim de garantir a posse da terra ocupada. Essas quase três décadas do século XIX, em que houve uma lacuna na legislação fundiária brasileira, possibilitou não apenas pessoas como no exemplo mencionado, mas diversas outras assim fizeram e apropriaram-se de terras tidas como devolutas e regularizaram sua situação após a concorrência da lei e do seu respectivo decreto.

⁹⁵ APEC-Registro de terras de Cosme Pereira de Sousa feito em 10 de março de 1857. Livro de Terras de Fortaleza, APEC.

⁹⁶ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1970**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TABELA 4

Livro de terras de Fortaleza: 1855-58
(formas de aquisição das propriedades)

Compra	104
Herança e doação	66
Posse	4
Não mencionada	497
Total	671

Fonte: APEC Registro de Terras da Freguesia de Fortaleza, 1855-1858.

A questão da ocupação de terras devolutas fica mais clara quando são analisadas as formas de aquisição mencionadas nas declarações feitas pelos proprietários. Apesar da região em estudo ter sido uma das primeiras áreas ocupadas durante o processo de colonização, havia, ainda no início do século XIX, diversos terrenos devolutos que ao logo dos anos foram sendo ocupados por homens pobres e livres que não tiveram acesso a terra através das sesmarias.

Analisando a tabela anterior, chama a atenção o grande número de propriedades que não mencionam a forma como foram adquiridas. Essas correspondem a um número percentual de 74% dos registros de terras da Freguesia de Fortaleza referente à Soure e localidades. O fato de não informar a modalidade de aquisição da terra é um claro indicativo de que muitos proprietários que fizeram declaração após o decreto de 1854, primeiro ocuparam as terras ditas devolutas e posteriormente garantiram o direito de posse sobre elas utilizando-se da possibilidade de legalizar a “posse mansa e pacífica” oferecida pela Lei.

Os que mencionam a compra como modalidade de aquisição da terra aparecem como a segunda maior justificativa daqueles que fizeram declarações. Esse número corresponde a 15% dos registros. A ausência de uma legislação fundiária abriu brecha não apenas para os apossamentos, mas também para que outros mecanismos como a compra pudessem ser aplicados. E assim agiu Manoel José de Goes, que registrou sua posse de terra no lugar Salgadinho em Soure, onde,

principia esta posse pelo lado do sul com terras de Francisco da Chaga Rangel extremando no tabuleiro do boi, e para o norte no lugar xamado[sic] Pajeu extremando com José Agostinho Pinheiro e para o nascente no riacho Salgadinho, extremando com o mesmo Pinheiro, e para o Poente no rio Cauipe. Esta posse foi comprada a Vicente Ferreira da Silva e Sua Mulher Francisca Thereza das Maravilhas e calcula-se em hum quarto pouco mais ou menos de comprido e menos de largo e foi comprada no ano de 1842.⁹⁷

A existência de um mercado de terras antes mesmo da regulamentação da Lei de 1850 é mais um ponto que veio a colaborar com o predomínio de pequenas e médias propriedades nessa região. Dos 104 declarantes que mencionaram ter adquirido as terras através da compra, 84 foram feitas a outros proprietários, enquanto 20 adquiriram das antigas terras dos aldeamentos indígenas ou arrematadas a fazenda nacional.

Das terras compradas a outros proprietários, 43 mencionaram ter comprado “sítios”, “uma sorte de terras” e “porções”. Outros 5 adquiriram terrenos que mediam uma légua, 1 comprou terreno que media duas légua e 1 media três légua. O restante declarou em braças que também podem ser consideradas como pequenas propriedades. Muitos dos que venderam terras faziam essas transações apenas de parte dos sítios, esfacelando os mesmos e colaborando ainda mais para a predominância de pequenas e médias propriedades no século XIX.

Esse mercado, mesmo que não regularizado pelas leis imperiais até 1850, existia independente de sua legalização por parte das autoridades que compunham o Governo. No entanto, se for certo que ainda houvesse terras disponíveis – que seguiram sofrendo ocupação ao longo da primeira metade do século XIX por homens pobres e livres –, o que explicaria a necessidade de realizar a sua compra, sendo que as mesmas poderiam ser ocupadas através da posse mansa e pacífica? Uma das respostas a essa questão pode ser dada ao buscarmos identificar a localização das terras negociadas.

⁹⁷ APEC-Registro de terra de Manoel José de Góes realizado em 15 de março de 1856. Livro de terras de Fortaleza. APEC.

Dos 84 terrenos comprados a particulares, 38 deles têm como marco referencial os rios, onde os mais citados são o Cauipe, São Gonçalo e seus afluentes. Esses rios, juntamente com o Curú, são os maiores em volume e extensão na região. Outros 15 terrenos negociados mencionam algumas lagoas como extremas. Percebe-se que o mercado existente antes da regulamentação da Lei de terras de 1850 foi impulsionado principalmente pela busca de propriedades que estivessem situadas próximas aos recursos naturais, em especial a água, haja vista esse constituir um elemento de suma importância não apenas para a pecuária, mas também para a agricultura que aos poucos ganhava novo fôlego desde as décadas finais do século XVIII. Assim,

Joaquim José Barbosa tem um quarto de terra no lugar denominado Tauape na freguesia da cidade de Fortaleza que faz de Antonio de Olanda, extremado pelo lado do Sul com terras de meu falecido pay[sic], capitão-mor Joaquim José Barbosa, na estrada do mesmo Tauape e alagoinha, e pelo norte com a estrada de Baturité principiando nos cajueiros até confrontar com a mesma alagoinha.⁹⁸

O mesmo fez, ainda, outro registro (Ver mapa em anexo):

Joaquim José Barbosa tem um sitio de terras de plantar e criar denominado Genipabu ou Juá desta freguesia da cidade de Fortaleza, na estrada que vai de Soure para o Boqueirão d'Arara havido por compra a Manoel José de Albuquerque, cujas terras principião de Norte a Sul no riacho do Juá para a serra até o lugar chamado Ipú e d'ahí em direção ao Saco do Cajueiro rumo ao Tapeba, e deste ao Tabuleiro Alto.⁹⁹

Analisando os dois registros feitos pela mesma pessoa, percebe-se que no primeiro o Sr. Joaquim José Barbosa não menciona como adquiriu a propriedade. Apesar da terra do Tauape estar localizada nas extremidades da do falecido pai, não há informação se foi obtida por herança. De sorte que, essa propriedade pode ter sido adquirida através da posse “mansa e pacífica”, já que se tratava de uma estratégia utilizada amiúde para aumentar o domínio

⁹⁸ APEC-Registro de terras de Joaquim José Barbosa-26 de fevereiro de 1857- Livro de Terras de Fortaleza – APEC.

⁹⁹ APEC-Registro de terras de Joaquim José Barbosa-25 de fevereiro de 1857- Livro de Terras de Fortaleza – APEC.

familiar, apossando-se de terras devolutas vizinhas às propriedades legítimas. Essas mesmas partes de terrenos que eram adquiridas através da posse necessitavam muitas vezes da legitimação dos vizinhos a fim de evitar desavenças. E como o registro acima menciona, já que o terreno se avizinhava ao do falecido pai, e, além disso, parecia estar devoluto, seria mais fácil apossar-se do mesmo para aumentar o patrimônio familiar sem criar contendas com vizinhos.

No segundo registro, o declarante informa que obteve a terra através da compra além de mencionar a realização de atividades econômicas. As terras do Genipabu ou Juá eram locais de plantar e criar, conforme qualificação constante na fonte, mas, para as terras do Tauape, nada é informado a esse respeito. O fato de a segunda propriedade extremar com o rio Juá e com algumas serras tornava viável, ali, o desenvolvimento da pecuária e da agricultura. Nesse sentido, aquelas pessoas que tinham recurso financeiro disponível buscaram aplicar em terrenos que poderiam ser mais produtivos, como foi o caso mencionado acima.

Buscar terreno próximo a rios e lagos não é suficientemente necessário para o aumento da produção. Em uma sociedade agrária, cujas técnicas ainda eram bastante rudimentares, havia uma imensa necessidade de mão de obra disponível para trabalhar na lavoura. Nesse sentido, muito se tem escrito na historiografia brasileira, acerca do domínio da terra pelos grandes proprietários para manter sobre controle os trabalhadores pobres e livres. A própria Lei de Terras, de 1850, aprovada em meio à crise do trabalho escravo, transformou a terra em mercadoria, ao passo que a tornou acessível somente a poucos, o que contribuiu para gerar um excedente populacional disponível para trabalhar na lavoura. No entanto, o domínio desse recurso produtivo não é o único mecanismo necessário para subjugar a mão de obra pobre e livre sempre necessária à agricultura.

Desde os tempos coloniais quando se doavam as sesmarias, muitas das que eram concedidas tinham seus limites estipulados de modo que seguissem o curso de rios. Essa medida era adotada tendo em vista beneficiar os sesmeiros, facilitando o acesso à água por parte de todos, desse modo,

evitava-se disputas em torno desse recurso natural. No entanto, essa questão gerava a dependência dos despossuídos de terra e, também, daqueles que não tinham acesso à água. De acordo com Kênia Rios, ao analisar as relações sociais nos sertões, “quem tem o poder não é somente o dono da terra, mas o dono da água”¹⁰⁰. Nesse sentido, a posse de uma propriedade é mais significativa quando apresenta, dentro de seus limites ou extremos, reservatórios de água tais como lagoas ou rios. A posse desse recurso produtivo poderia ser um mecanismo a mais de domínio e relação de dependência entre o proprietário e o despossuído de terra; mas também entre aqueles que dispunham de propriedade e não tinha acesso a esse recurso.

Essa dependência expressava-se de diversas maneiras. Em muitos casos, uma parte da colheita era trocada por água, em outros, o detentor desse recurso permitia o acesso a determinadas pessoas, geralmente eleitores¹⁰¹ aos lagos e rios que estivessem dentro de sua propriedade. Assim não só os homens pobres e livres sem acesso a terra se tornariam reféns, mas também aqueles pequenos e médios proprietários que não dispunham desse recurso produtivo em suas propriedades, funcionando essa questão como um fator de dominação não apenas de uma classe sobre outra, mas, inclusive, dentro da própria classe de proprietários.

Esses registros de terras mesmo que feito de maneira autônoma por cada proprietário, deveria levar em consideração os costumes existentes entre os donos, principalmente no que diz respeito aos seus limites. Quando se tratava de rios, córregos e lagoas, estas não eram apenas áreas de disputas, mas pontos de consenso entre os possuidores de terra, como pode ser visto a seguir:

Posse de Maria Cypriana Gomes, na Lagoa d'Araticuba, desta freguesia da cidade de Fortaleza, pegando dos primeiros campestres da dita lagoa – Araticuba do lado do poente, extremado com a posse de Theodora Ferreira Gomes, e José Pedro, no caminho que sai dos Paos[sic] Brancos em três pés de cajueiro; pelo lado do Norte a extremar com a posse de Francisco Soares Lima na beira da dita Lagoa, pelo nascente extrema com a posse de Agostinho Francisco na estrada que sai do Garrote de traveça[sic] para o Córrego do

¹⁰⁰ RIOS, Kênia Sousa. Por água abaixo. p. 2. mimeografado

¹⁰¹ Id. Ibidem., p 3

Alexandre em um pé de cajueiro que tem acostado uma cassimba [sic] velha na beira da estrada; e daí para o Sul a extremar com a posse de Francisco Moreira Góis, no córrego do Alexandre acima dito, seguindo por este acima para o poente até contestar com a posse da mesma Thedora Ferreira Gomes e José Pedro, tendo de comprimento e largura meio quarto de légua pouco mais ou menos¹⁰².

No caso em questão, havia um consenso acerca dos limites, que não se expressavam apenas no tocante a divisas com outros proprietários, mas também a uma lagoa, um córrego e uma cacimba. Assim, esses recursos naturais e produtivos tão fundamentais à propriedade agrícola, não aparecem como pertencentes a apenas um dos declarantes, pois era uma área de usufruto coletivo. Em meio ao predomínio de pequenas e médias propriedades e de uma massa de agricultores pobres, negociar o uso desses espaços através da tradição e consenso dos limites era uma necessidade entre os produtores, pois sabiam que, para garantir a reprodução e não depender exclusivamente de grandes proprietários, os mesmos necessitariam negociar e dividir esses espaços. Portanto, mais do que um espaço de conflito e disputa, os rios e lagoas eram também áreas de uso comum por todos aqueles que tinham propriedades nesses limites.

A formação da zona agropastoril em Soure, não se deu apenas através das doações de sesmarias, dos apossamentos das terras devolutas ou compras a particulares. A consolidação desse espaço enquanto área produtora de alimentos e criação de animais ocorreu também com o avanço sobre as terras dos antigos aldeamentos indígenas. Esse processo pode ser percebido a partir da leitura do livro de terras de Fortaleza, onde foi possível identificar a apropriação por não índios das terras dos antigos aldeamentos indígenas.

No caso do aldeamento da Caucaia, que em 1759 havia sido elevado à categoria de Vila e denominado Vila Nova de Soure, apesar dessa transformação ocorrida na segunda metade do século XVIII, as terras das

¹⁰² APEC-Registro de terra de Maria Cypriana Gomes- (não consta data). Livros de Terras de Fortaleza – 1855-1858. APEC.

aldeias não deixaram de existir¹⁰³, pois continuavam demarcadas e ocupadas pelos grupos indígenas ainda nas primeiras décadas do século XIX.

A existência das terras das aldeias vinha causando desconforto principalmente para as autoridades locais. Segundo Maico Xavier, a extinção dos aldeamentos era tema corrente nas falas das autoridades provinciais nas décadas iniciais do século XIX¹⁰⁴. A existência desses aldeamentos dificultava o acesso a terra por parte dos não índios.

Buscando resolver essa questão, o Governo da província criou a Lei de nº 2, de 13 de maio de 1835, suprimiu as vilas de Soure e Arronches e anexou as mesmas à Fortaleza, ficando as terras dos aldeamentos pertencendo à fazenda nacional e sob a jurisdição da Câmara da capital. Essa medida veio a corroborar ainda mais com a tomada dos territórios indígenas por não índios e legitimou a tomada das terras dos antigos aldeamentos.

A principal justificativa alegada pelas autoridades no Ceará para a desestruturação dos aldeamentos indígenas era que os grupos não cultivavam as terras, doadas em forma de sesmaria, que continuaram a existir durante os primeiros anos no período imperial. Essas terras, aos olhos das autoridades imperiais, por não serem cultivadas para fins comerciais estariam devolutas, portanto, passíveis de serem vendidas ou aforadas.

Poucos anos depois da extinção da Vila, as terras dos antigos aldeamentos encontravam-se na posse de não índios, pois, em fala a Assembleia Provincial no ano de 1839, o presidente da Província, João Antonio de Miranda, mencionava essa questão da seguinte maneira:

(...) Meo antecessor vos pediu por enquanto o restabelecimento das aldeias de Soure e Vila Viçosa, e não me parece desvantajosa essa medida, uma vez que attentos os diversos negócios que occupão o tempo aos juizes de órphãos, se (lhe dê também um advogado, ou solicitador que promova a medição, restituição, demarcação e conservação de suas terras e que requeira a tudo mais que convier a bem delles. (grifo meu)

¹⁰³ XAVIER, Maico Oliveira. “**Cabôcullos são os brancos**”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Villa Viçosa Real-Século XIX. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em História-UFC, 2010, p. 126.

¹⁰⁴ Id. Ibidem., 134.

Senhores a primeira tentativa que fizemos, para empregarmos em nossa Província introdisirmos(sic) braços colonos, foi plenamente mallograda: não temos escravos suficientes: não pode progredir a industria, deve acanhar-se a agricultura, onde falta o auxilio do homem. Cumpre olhar para os índios com vista também de seu interesse: o aldeamento(sic), e alguma providencia mais que a seu respeito decretardes, pode ser muito profícuo incentivos para ofim(sic) á que me refiro (...).¹⁰⁵

Esse trecho deixa claro que poucos anos após a extinção da Vila de Soure as terras dos antigos aldeamentos que existiram mesmo com a transformação política ocorrida em 1759 logo deixaram de pertencer aos indígenas. Ainda na mesma fala, percebe-se a preocupação por parte das autoridades provinciais para promover o restabelecimento desses espaços. Essa política contraditória implementada pelo Estado para com os povos indígenas implicava sempre em perdas para esse grupo, pois se a anexação de Soure à Vila de Fortaleza possibilitou a invasão das terras, a tentativa de demarcação e restituição desses espaços não visava apenas à melhoria no modo de vida do grupo como sugere a fala do presidente da Província e, sim, como é colocado no mesmo trecho, que o agrupamento desses para que pudessem servir como mão de obra principalmente na lavoura dos não índios.

No livro de terra de Fortaleza foram identificados vinte registros que mencionam certas formas de aquisição de terras. Ali estão presentes as modalidades de terrenos “arrematados a fazenda nacional”, “foreiro da extinta Vila” e “terra da extinta Vila”, como pode ser visto na tabela seguinte:

¹⁰⁵ Fala do presidente da província Doutor João Antonio de Miranda em 1º de agosto de 1839, p. 24-25. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial>

TABELA 5

Terras aforada da Vila de Soure

Localização	Tamanho	Atividade econômica
Serra da Tiuvira- Soure	Um sítio de 400 braças de fundo e 300 de comprido	Plantado de laranjeiras e Bananeiras
Tainbí- extrema com a Vila de Soure	Um lote de terras de 400 braças	Não cita
Corgo[sic] do Beija Bode	Uma posse de terra (400 braças)	Plantar
Lagoa do carro quebrado	Uma posse de terra (50 braças para o poente e 100 para o norte)	Plantar
Córrego do Camurupim	Uma posse de terra (400 braças)	Plantar
Casa Nova	Uma posse de terra	Criar e plantar
Terra do antigo aldeamento	600 braças	Não cita

Fonte: APEC Registro de Terras da Freguesia de Fortaleza, 1855-1858.

Acredita-se que grande parte dessas terras declaradas pertencia aos antigos aldeamentos que continuaram a existir dentro das Vilas de índios até as primeiras décadas do século XIX e que posteriormente foram extintos, sendo aquelas anexadas a Vila de Fortaleza.

As terras que foram aforadas do antigo aldeamento existente em Soure eram todas de pequena extensão. Mesmo assim, a légua em quadra que antes pertencia aos indígenas, estava quase completamente ocupada por não índios que desenvolviam atividades agrícolas. Assim, a medida de extinguir as Vilas havia atendido aos interesses, principalmente, de produtores locais que viam as terras das aldeias como promissoras para atividades econômicas.

A criação da Lei de Terras, de 1850, previa demarcar terras para os indígenas como é colocado em seu artigo 12, onde se diz que o “Governo reservará, das terras devolutas, as que julgar necessária: 1º, para a

colonização indígena (...) ¹⁰⁶. No caso de Soure e de outros aldeamentos no Ceará, nada foi feito nesse sentido. Ao contrário, pensando em resolver fácil esse problema, o Governo provincial, através de relatório de 1863, informa que aqui não mais existiam índios e que estes estavam confundidos a massa geral ¹⁰⁷. Ora, se não mais houvesse índios, não precisaria reservar terras para os mesmos.

A questão indígena que há muito tempo incomodava tanto o Estado Brasileiro quanto os proprietários de terra entra em um novo contexto com o decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, que buscava mais uma vez regular a administração dos grupos indígenas. Segundo Lígia Osório,

o decreto tinha por finalidade transformar o índio em trabalhador (mão-de-obra para as fazendas) e, ao mesmo tempo, tornar disponíveis suas terras. Seu único aspecto positivo constituiu-se na recomendação de que as populações indígenas fossem “civilizadas” por métodos brandos. A Lei de 1850 acentuou os aspectos negativos do decreto de 1845, na medida em que atribuiu ao governo a faculdade de “reservar terras para a colonização dos indígenas” em vez de garantir aos índios a suas terras. ¹⁰⁸

Desse modo, os casos das antigas vilas de índios, como fora Soure, que haviam sido extintas em 1835 e anexadas à Fortaleza agravou-se ainda mais com essa lei que possibilitou o aforamento das terras indígenas por aqueles que quisessem assim proceder.

Pode-se dizer que após a Lei de Terras, de 1850, grande parte das terras até então tidas como devolutas estava nas mãos de alguns poucos proprietários. Essa lei, que concorreu para transformar a terra em mercadoria, promoveu uma corrida para a regularização e demarcação dos limites territoriais. Apesar de muitos declarantes desconhecerem o tamanho métrico de seus terrenos, eles buscavam sempre informar os limites de suas

¹⁰⁶ Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1500-1850)**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 289

¹⁰⁷ VALLE, Carlos Guilherme. Aldeamentos indígenas no Ceará no século XIX: revendo argumentos históricos sobre o desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, p. 142.

¹⁰⁸ SILVIA, Lígia Osório. *Op. Cit.*, p.186.

propriedades com as extremidades das de outros, o que não deixaria espaços livres para as contendas e demais ocupações. Pode-se dizer que na metade do século XIX a fronteira nessa região estava fechada.

2.2- PAISAGENS AGRÁRIAS E LEITURAS DA NATUREZA

Dos 63 inventários *post-mortem* identificados, apenas 10 não deixavam alguma propriedade de terra entre os bens de raiz. Mesmo assim esses inventariados foram incluídos como produtores agrícolas, pois outros bens arrolados caracterizavam o desenvolvimento de atividades agropastoris e a ligação com o mundo rural como foi o caso da Sra. Luiza Martins das Virgens¹⁰⁹, que não deixava nenhuma propriedade de terra, mais “hum roçado com mandioca (30\$000)”, e ainda “cinco vacas solteiras (175\$000)”, “quatro novilhotes (80\$000)”, “duas garrotas (24\$000)”, “hum garrote (12\$000)”, “dois cavalos quartões (80\$000)” e “huma egoa parida (50\$000)”. Nesse caso, é provável que a família da inventariada morasse como agregada ou arrendatária de algum proprietário de terra, o que não era incomum, pois a concentração de terras e o grande número de trabalhadores pobres e livres propiciavam esse tipo de relação.

Dos 53 inventariados que deixavam terras, quase metade (43%) declararam apenas um faixa de terra, enquanto que 41% eram possuidores de mais de uma propriedade, como pode ser visto na tabela a seguir:

¹⁰⁹ APEC-Inventário *post mortem* de Luiza Martins das Virgens. Cartório de Órfãos de Fortaleza-Siapé. Caixa 01, nº 12, 1858, APEC.

TABELA 6

Número de propriedade por proprietários

Nº de propriedade	Proprietários	%
0	10	16
1	27	43
2	5	8
3	12	19
4	2	3
5	1	1,5
6 á 10	5	8
Acima de 10	1	1,5
Total	63	100

Fonte: APEC Inventários *post-mortem* de Soure, Suipe e Trairi contidos no Cartório de Órfãos de Fortaleza: 1823-1867.

Seguindo as informações acerca das unidades produtivas mencionadas nos sessenta e três inventários analisados, foi possível identificar as paisagens agrárias que se constituíram em Soure na primeira metade do século XIX. Esses documentos apontam para a existência de propriedades destinadas exclusivamente para a criação de animais, outras para a agricultura e ainda algumas que desenvolviam a pecuária e a agricultura simultaneamente em uma mesma unidade produtiva. Nesse sentido, os próprios inventários faziam menção à existência das “terras de criar”, “terras de plantar” e “terras de criar e plantar”.

Tabela 7

Número de propriedades de acordo com a atividade econômica

Terras de criar	Terras de Plantar	Terras de Criar e plantar	Não especifica finalidade	Total
22	17	29	69	137

Fonte: APEC Inventários *post-mortem* de Soure, Suipe e Trairi contidos no Cartório de Órfãos de Fortaleza – 1823-1867.

Sobre os dados acima, é preciso ressaltar que o número de terras é maior que o de inventários por conta de que esse documento traz entre os

bens de raiz de alguns proprietários mais de uma propriedade, por isso, a quantidade de 137 propriedades para 63 inventários.

Do total de inventários que trazem terras entre os bens arrolados, grande maioria utilizava a terras para a agricultura e pecuária, simultaneamente. No entanto, destaca-se a existência das terras destinadas apenas para a agricultura e outras para a pecuária, como foi o caso do Sr. Antonio Gomes da Silva que deixava como única propriedade “huma sorte de terras próprias de criar, com trinta e sete braças na Ribeira do Rio São Gonçalo, tendo caza de telha e taipa, junta a mesma terra hum cercado (100\$000)”¹¹⁰.

É preciso ressaltar que mesmo a terra tendo uma finalidade especificada, como nesse caso em que era utilizada para a criação de animais, é provável que esses produtores mantivessem pequenas plantações para o sustento da família. No que toca o inventariado mencionado acima, os indícios de que cultivava a terra pode ser percebido entre os bens de ferro onde o mesmo deixava “dois machados velhos (\$600)” e “uma foice (\$300)”, instrumentos utilizados principalmente no trabalho agrícola.

O fato de mencionar as terras como sendo de criar dá-se por conta de que esta era a atividade voltada para atender a demanda fora da unidade produtiva, ou seja, era um produto voltado para fins comerciais. No entanto, não podemos deixar de considerar a importância que a atividade agrícola tinha para esses criadores de animais, pois a preocupação maior não estava em vender o produto e sim na necessidade de alimentar o grupo familiar. A própria venda de animais vinha para suprir essa necessidade. Por isso, a existência de plantações nas chamadas “terras de criar”.

A idéia de que o cultivo agrícola é voltado apenas para a alimentação do grupo familiar é reforçada ao mencionar esse espaço apenas como cercado e não especificar a cultura agrícola desenvolvida. Outro ponto que precisa ser destacado é que, como o inventariado desenvolvia a criação de animais, era necessário preservar a plantação do rebanho para que não houvesse danos à

¹¹⁰ APEC-Inventário post mortem de Antonio Gomes da Silva. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Caixa 38, nº 02, 1860, APEC.

colheita e prejudicasse o consumo do grupo, pois o fato de usar cercas na área cultivada não era comum entre os produtores agrícolas, havendo essa necessidade apenas quando se praticasse pecuária e agricultura em uma mesma propriedade – principalmente nos casos em que essas atividades fossem circunscritas a pequenas proporções, como o caso mencionado.

Esclarecida a importância da atividade agrícolas para esse produtores, vejamos o mapa de como se configurou a paisagem agrária nessa região na primeira metade do século XIX: (VER MAPA C EM ANEXO).

A partir da localização geográfica das unidades produtivas, foi possível identificar as paisagens agrárias em Soure na primeira metade do século XIX. Assim, as propriedades especificadas pelos donos como sendo “terras de plantar” localizavam-se em sua grande maioria próximo ao litoral, ainda no ecossistema costeiro. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, ao mencionar as características e potencialidades do litoral cearense, considera que

toda a zona portanto do litoral, na largura variável de duas a seis léguas, é terreno agrícola próprio para a cultura de mandioca, de legumes e de canna, aqueles cultivam-se por toda a parte e estes nas mais baixas chamados alagadiços, posto que a terra não seja tão substanciosa como a dos ypús e a das coroas dos rios: sendo que por isso ordinariamente que estrumam a dos alagadiços do litoral.¹¹¹

A zona costeira de Soure é caracterizada pela presença de diversos rios de pequeno e médio porte. Alguns deles, a exemplo do Juá, Cauipe e São Gonçalo que nascem nas serras próximas e deságuam no mar, tinham sua foz obstruída pela ação dos ventos nas dunas que impedem que as águas escoem para o mar, formando próximo ao oceano extensos reservatórios de água doce, que têm as margens e as zonas alagadiças utilizadas pelos produtores para desenvolvimento de atividades agrícolas.

Utilizando-se dos recursos naturais disponíveis, como solo e as áreas alagadiças, os produtores que tinham terras na zona costeira, buscavam desenvolver principalmente a agricultura como foi o caso do senhor Francisco

¹¹¹ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Op. Cit.*, p.135.

Gomes da Costa, que, ao registrar sua propriedade nos livros de terras da Freguesia de São José de Fortaleza, declarou ser

senhor e possuidor de um sitio de terras frouxas próprias de plantação com mais benfeitorias no lugar denominado Canto na praia do parazinho (...) que estrema pelo Sul com o alagadiço das amuabas e para o norte com terrenos marítimos¹¹²

O sítio do Sr. Francisco Gomes, localizado em “terras frouxas” e vizinho a um alagadiço, pela informação do próprio declarante, prestava-se especificamente à agricultura. A criação de gado em grande número nessa área era inviável por conta das areias frouxas e dos brejos, que poderiam dificultar a locomoção dos animais. Aproveitando-se, então, das potencialidades da terra molhada para a atividade agrícola, o declarante desenvolvia a agricultura em sua única propriedade.

Outro produtor que tinha terras em áreas alagadiças era a Sra. Gertrudes Pacheco Medeiros, que deixava entre seus bens inventariados

um sitio no lugar Alagadiço Grande, com cerca, caza de vivenda, engenho de pao(sic) de moer cana, aviamento de fazer farinha com poucas laranjeiras novas, com cinqüenta pés de coqueiros pequenos, e mais outras árvores (800\$000). Um cercado do lado do Norte da estrada Nova de Soure no Alagadiço Grande com plantação de cana e sessenta pés de coqueiro pequenos mais ou menos (240\$000).¹¹³

Entre os bens deixados pela Sra. Gertrudes, é possível identificar a presença de plantações de cana e beneficiamento desse produto, assim como o aviamento de fazer farinha. Apesar de não aparecer discriminado entre os bens, a existência desse maquinário na unidade produtiva pressupõe o cultivo da mandioca. Estar próximo ao litoral e a solo úmido possibilitava diversificar a produção como fez a inventariada que tinha também plantações de coqueiros e laranjeiras.

¹¹² APEC-Registro de terra de Francisco Gomes da Costa.(não consta data) Livro de Terras de Fortaleza-1855-58- APEC.

¹¹³ APEC-Inventário *Post mortem* de Gertrudes Pacheco Medeiros. Cartório de Órfãos de Fortaleza – Soure,1839. cx 18, nº 10- APEC.

A Sra. Gertrude mantinha ainda entre seus bens “quarenta cabeças de gado vacum que tem no lugar Juá (400\$000)” e mais “trinta cabeças de cabras de todo o tamanho no lugar Tabopuá em poder de José da Rocha (19\$200)”¹¹⁴. A criação de gado e a caprinocultura seriam inviáveis no mesmo espaço da produção agrícola pelo fato de serem culturas danosas principalmente à atividade canavieira desenvolvida pela inventariada. Por isso, buscavam-se alternativas para desenvolver a pecuária em outros espaços, o que ocorria quando se delegava o rebanho a terceiros em outras regiões. Assim, as unidades produtivas no ecossistema costeiro e com alagadiços foram se tornando espaços destinados para a agricultura, caracterizando essa região como “terras de plantar”.

A qualidade do solo foi fundamental para as escolhas desses produtores agrícolas. No entanto, é preciso ressaltar que as características físicas desse espaço, não determinaram a atividade agrícola, mas foram os produtores que se utilizaram do conhecimento de mundo para buscar suprir suas necessidades através da agricultura, desenvolvendo atividades que melhor se adaptassem ao meio e possibilitassem seu cultivo.

Outras áreas onde surgem propriedades qualificadas como “terras de plantar” são as serras localizadas em Soure, em especial a do Juá e a do Camará. Dentre os que tinham terras nas serras, estava o Sr. José Chavier de Góis, que deixava “légua e meia na Serra do Juá ou butões, citio(sic) denominado Santa Rosa(...) sendo estas terras de criar”¹¹⁵. Essas serras localizam-se próximo ao litoral e tinham nos seus sopés pontos úmidos e férteis, portanto propícios à atividade agrícola.

As “terras de criar”, cuja vocação era obviamente a pecuária, localizam-se, em sua grande maioria, distantes do litoral, próximo aos sopés das serras e principalmente no sertão, na região semiárida de Soure, como era a situação em que se achava a propriedade de Maria de São José da Conceição, que em seu inventário deixava

¹¹⁴ Id. *Ibidem*.

¹¹⁵ APEC-Inventário *post mortem* de José Xavier de Góis. Cartório de órfãos de Fortaleza, 1854, cx 35, nº 05.

um pedaço de terra de criar na Ribeira do Cauipe denominado Varge do Poço das Pedras que pega em seu comprimento a parte de baixo do meio da varginha do Juá, extremando com terras de seu pai Estevão da Rocha Mota dahi(sic) pelo rio acima até confrontar com a Cacimba da pomba e da beira do rio a parte do poente cortando debaixo que faz na ponta da serra a parte da nascente de topar a beira do riacho Caparia fundo de fora o pao(sic) das pedras.¹¹⁶

A propriedade deixada pela inventariada tinha por limite espacial dois rios que desaguavam direto no mar e um riacho – geralmente chamado desse modo por ser afluente de rios de maior extensão. Para a criação de animais, era fundamental que as unidades produtivas estivessem próximo ao leito dos rios. Primeiro, pela oferta de água para saciar a sede dos animais e, segundo, para suprir de alimento o rebanho, pois as margens dos rios eram mais abundantes em plantas que serviriam para a alimentação do gado.

A localização das fazendas de criar próximo ao leito dos rios foi se constituindo desde os tempos coloniais, período em que as sesmarias foram doadas aos sesmeiros que já desenvolviam essa atividade econômica e buscavam legitimar a posse da terra e, também, aos que ainda buscavam novos espaços para a criação de animais. Mesmo no século XIX, com o esfacelamento das propriedades que foram sendo repartidas entre herdeiros ou, igualmente, das que foram vendidas, persistiu essa paisagem agrária, na qual as terras destinadas à pecuária encontravam-se localizadas mais ao interior e ao longo do leito dos rios.

Essa configuração espacial pode ser mais bem percebida ao confrontarmos os inventários com os registros de terras produzidos na década de cinquenta do século XIX. Assim, das 671 declarações feitas para Soure, 72 mencionaram a atividade econômica desenvolvida na propriedade; destas, 23 informaram utilizar os terrenos exclusivamente para a criação de animais. Todas essas propriedades tinham suas extremas seguindo os leitos dos rios, dentre os quais, destacam-se o São Gonçalo e Anil (afluente do primeiro) com 10 propriedades; o Cauipe com 9; o Curu e Mundaú com duas cada um. Essas fazendas estavam localizadas em sua grande maioria em direção ao interior,

¹¹⁶ APEC-Inventário *Post mortem*-Cartório de Órfãos de Fortaleza-Soure, 1823. cx 01, nº 11 – APEC.

na região onde predominava a caatinga, já que esse ecossistema é mais propício à criação de gado, principalmente por conta da vegetação aberta e das forragens, que nos anos chuvosos são mais abundantes e servem de alimento para o gado.

Apesar da existência de terras destinadas exclusivamente para a pecuária e outras para a agricultura, grande maioria dos produtores buscava combinar a criação de animais com o cultivo agrícola. Assim, a partir da leitura dos inventários, foram identificadas vinte e nove “terras de criar e plantar”. Já quanto aos registros de terras, dos setenta e dois que mencionaram a atividade desenvolvida, dezenove desses praticavam a pecuária e agricultura simultaneamente.

Essas unidades produtivas estavam mais bem distribuídas pelo território de abrangência de Soure. No entanto, grande maioria localizava-se no ecossistema costeiro. Alguns terrenos do litoral proporcionavam a utilização da terra para o desenvolvimento de ambas as atividades, em paralelo, visto que, além da oferta de água, a vegetação do litoral não diferia tanto da do sertão, pois a mata aberta e a incidência de plantas que poderiam ser utilizadas na alimentação facilitaria a associação das atividades agropastoris em uma mesma propriedade.

As propriedades que desenvolviam agricultura e pecuária, concomitantemente, tinham também seus limites demarcados pelos diversos rios da região. Mais uma vez, destaca-se o Cauipe com 4 propriedades deitadas às suas margens, o Juá com 3, São Gonçalo com 2, Mundaú e Cedro com 1 cada. Diferentemente dos proprietários que desenvolviam a pecuária, esses donos de terras que faziam criavam gados diversos e, ao mesmo tempo, tocavam em certa medida a agricultura tinham suas propriedades no sistema costeiro e nos terrenos próximos às serras. Esses terrenos eram marcados pela abundância de água e solo fértil.

O poder público municipal, através do Câmara da Vila de Soure, buscou regular essa configuração espacial das propriedades agrícolas através do Código de posturas de 1883. Sobre a pecuária colocava que:

96º São consideradas próprias para criação de gados todas as terras de município da Villa de Soure com exceção das serras compreendidas no mesmo município.¹¹⁷

A criação dessa postura, buscava regular os espaços para a criação de animais em Soure. A possibilidade de criação de gado em todas as terras da Vila dava-se principalmente pelo fato que além de compreender o sertão, a parte litorânea tinha terras e pastagens propicias a essa atividade visto que apesar de certa diferença da vegetação com a caatinga havia algumas semelhanças entres as plantas nativas. Já as serras também se prestavam a criação de animais, no entanto essa área voltava-se prioritariamente para a agricultura, visto o clima e solo serem propicio ao cultivo principalmente de plantas cuja produção era voltada para o mercado como era o caso do café e legumes.

Os proprietários de mais de uma unidade produtiva buscavam aproveitar as particularidades do ecossistema de cada lugar, de cada tipo de solo, desenvolvendo as atividades de acordo com as potencialidades ofertadas pelo aspecto geográfico característico de onde estivesse localizada a sua propriedade. Tanto assim que, a Sra. Maria da Luz, cujo inventário fora aberto em 1841, deixava entre os bens de raiz “meia légua de terra no lugar denominado Tapuio, terras de criar e plantar com casa de telha e hum aviamento de fazer farinha (150\$000)”, deixava também outro “sitio de terras de criar gado no lugar denominado Pedra Branca (150\$000)” e um terceiro “sitio com meia légua de terras no lugar Guaribas, com duzentos pés de coqueiro, com hum aviamento de fazer farinha, algumas toceiras de cana e hum engenho velho, uma casa de telha velha (500\$000)”.¹¹⁸

Das três propriedades inventariadas, a mais bem avaliada foi aquela próxima ao litoral, ou seja, o sítio da Guariba, no qual se desenvolvia a agricultura. O fato de este ter mais “benfeitorias” do que os demais sítios da inventariada pode ter influenciado a sua valorização, mas não se pode descartar o solo alagado daquela localidade (Guariba) como o critério decisivo

¹¹⁷ APEC- Código de Posturas de Soure-1883. Fundo: Câmara Municipais. Serie: Correspondências expedidas. Soure. 1879-1915

¹¹⁸APEC- Inventário *Post mortem* – Cartório de Órfãos de Fortaleza, Siupé1841. cx 01, nº 06 – APEC.

para o resultado dessa avaliação assim como a maior abundância de água, que era um meio que melhor qualificava a terra para as atividades agropastoris, assim outros proprietários enfatizavam as áreas alagadiças na hora de avaliar a propriedade como foi o caso da inventariante Francisca Thereza de Jesus, que deixava “hum sitio no Gereraú de terra própria, com brejo, um coqueiro novo com casa de palha¹¹⁹.”

Nesse caso, a inventariada, Maria da Luz, tinha a primeira propriedade localizada em uma zona de transição do ecossistema litorâneo para o semiárido e buscava desenvolver a pecuária com a agricultura, pois as características físicas possibilitavam a prática combinada dessas atividades. Na segunda propriedade, esta já no semiárido, criava-se gado. E, na terceira, apesar de não ser qualificada como terra de plantar, percebe-se pelos bens descritos que a principal atividade era a agricultura. Esta última propriedade, localiza-se em uma região caracterizada pela presença de áreas alagadas – principalmente, nas proximidades dos dois grandes lagamares ali existentes –, possibilitando o melhor desenvolvimento da agricultura.

Situação semelhante a essa é a do senhor José Xavier de Góis, que deixava duas propriedades. Uma delas, tinha “meio quarto de légua de terras próprias no sertão em lugar extremado com a ribeira do São Gonçalo, terras de criar (25\$000)”¹²⁰. E mais,

Légua e meia na serra do Juá ou Butões, citio (sic) denominado Santa Rosa, cujas terras comprou a Rafael de venda ou escriptura(sic) tem as extremas seguintes- parte do Norte do meio do assude extremado com terras de Antonio Rodrigues da parte e dahi em procura do Sul pegando da serra té(sic) descer na parte da mesma serra no Boqueirão da Arara, donde principia a subir a ladeira, extremado com terras de Rodrigues Domingues da Cunha, e para o nascente extremado com os índios da Vila de Soure em pé da ladeira donde principia a subir a serra no Camará ou Japuara, e para a parte do poente extremado com terras da Ribeira do Cauipe de Antonio Ribeiro Guimarães, ao pé da dita ladeira

¹¹⁹ APEC- Inventário *Post mortem* de José Ferreira da Silva– Cartório de Órfãos de Fortaleza, CX. 31, nº 04

¹²⁰ APEC-Inventário *Post mortem*- de José Xavier de Góis. Cartório de Órfãos de Fortaleza, 1854. cx 35, nº 05- APEC.

d'onde também principia subir a dita serra sendo estas terras de plantar (400\$000).¹²¹

Acerca das duas unidades produtivas do Sr. José Xavier de Góis alguns pontos merecem ser destacados. Primeiro, o inventariante tinha uma unidade produtiva no “sertão” voltada para a pecuária e outra nos sopés das serras destinada a agricultura. Apesar de a primeira unidade produtiva extremar com o leito de um rio, sua utilização era voltada para a pecuária, pois estava mais ao interior, numa região semiárida, onde apesar da oferta de água o solo era menos propício ao plantio. A segunda propriedade, de maior extensão quando comparada a primeira, oferece diversos recursos naturais pelo simples fato de estar localizada na extrema de um rio e conter em seus limites metade de um açude. Esses elementos associados à fertilidade dos sopés serranos tornavam essa propriedade propícia à atividade agrícola.

Para os produtores que tinham pelo menos duas propriedades localizadas em ecossistemas diferentes, havia a possibilidade do desenvolvimento e diversificação das atividades agropastoris. No entanto, apesar dessas unidades produtivas estarem situadas em regiões de paisagens naturais e potencialidades físicas diferentes, ambas não podem ser vistas como dissociadas, pois as “terras de criar” poderiam ser complementares às “terras de plantar”, principalmente nos períodos de estiagem na região do sertão, onde a dificuldade de criar animais torna-se latente. Para o produtor que tinha terra no sertão e propriedades no litoral ou nas serras, estas últimas poderiam servir como zona de refúgio durante os períodos de seca, sendo complementares principalmente nos momentos de dificuldade.

Outros produtores associavam atividades agrícolas e pecuária com as possibilidades oferecidas pelo ecossistema, como no caso de Alexandre Barbosa Amorim, cujo inventário foi aberto em 1841 e deixava entre os bens de raiz “um sitio com terras próprias, casa de vivenda de telha com vinte pés de coqueiros e 1 de laranjeira”, além de deixar instrumentos para a lavoura

¹²¹ Idem. Ibidem.

como “ três foices, três machado e duas enxadas”, legava também animais tais como “oito vacas, três egoas paridas, dois quartões” e ainda “um curral de pescaria na praia da Flexeiras”¹²². Nesse caso, as atividades agropastoris eram complementadas pela pescaria, pois o fato da propriedade do inventariante estar localizada no litoral, bem próximo à zona costeira, possibilitava essa diversificação das atividades.

Já o Sr. André Simplício¹²³, deixava sessenta e três gado vacum, 10 cavalos, e mais “ dois roçados de mandioca (40\$000)”, e “um serrão com um alqueire de feijão (2\$000)” em seu único sítio que media “hum quarto de légua de terra de criar e plantar no Curú(30\$000)”.

Alguns inventariados não deixaram propriedade nos bens de raiz, mais pela descrição de outros itens é possível perceber que desenvolviam atividades ligadas ao mundo rural, como o Sr. José Acácio de Menezes, inventariado no ano de 1865, que reunia entre seus bens “um aviamento de fazer farinha velho”, “um cavalo alação de carga”, “um cavalo castanho velho”, “uma besta castanha nova”, “oito ovelhas e oito cabeças de novilhões” e “uma tarrafa”¹²⁴.

A ligação do Sr. José Acácio com o mundo rural dava-se com a criação de animais, mas também através da prestação de serviços, haja vista ter aviamentos de fazer farinha e um cavalo de carga. A pescaria complementaria a alimentação de seus quatro filhos, relativos ao seu segundo matrimônio, além de possibilitar ampliar a renda familiar.

Analisando novamente o mapa acerca das paisagens agrárias, percebe-se que um leito de um mesmo rio poderia servir para diversas atividades econômicas, pois a existência de reservatórios de água na propriedade agrícola era fundamental para o desenvolvimento de atividades agropastoris. No entanto não era esse recurso produtivo que influenciava de maneira decisiva na escolha da atividade prioritária a ser desenvolvida, e sim o tipo de

¹²² APEC-Inventário *Post mortem*- Cartório de Órfãos de Fortaleza-Trairi,1841. cx 01, nº 10-APEC.

¹²³ APEC- Inventário *Post mortem* André Simplicio – Cartório de Órfãos de Fortaleza, 1838- cx. 16, nº 3

¹²⁴ APEC-Inventário *Post mortem*- Cartório de Órfãos de Fortaleza-Trairi,1841. cx 01, nº 11-APEC.

solo apresentado na região, pois um mesmo rio a exemplo o São Gonçalo, que é uns de maior extensão em Soure, durante seu curso abrigava mais ao sertão as fazendas de criar e mais ao litoral as de plantar.

Essa multiplicidade de paisagens geográficas, além de contribuir para a diversidade de paisagens agrárias, foi também muito importante socialmente considerando, tendo em vista que possibilitou uma maior diversidade na produção agropastoril, como será visto a seguir.

CAPÍTULO 3 – Produção Agropastoril e Paisagem Transformada.

As paisagens agrárias que foram se configurando desde o processo de colonização e consolidaram-se no século XIX seguiam as potencialidades das regiões de Soure. Assim, as “terras de criar” situavam-se mais ao interior, na região com predominância de características do semiárido; as “terras de plantar” localizavam-se, em sua grande maioria, na região costeira, principalmente próximo aos diversos alagadiços formados pelas águas dos rios que eram obstruídos pelas dunas, proporcionando a existência de grandes reservatórios de água doce próximo ao mar, tornando o solo úmido e fértil, propício à agricultura; as “terras de criar e plantar”, que se configuravam como faixa intermediária às duas primeiras, eram favoráveis à agricultura e ao pastoreio, sendo espaço onde se encontrava a maioria dos produtores que buscavam desenvolver essas duas atividades em uma mesma unidade produtiva. Havia, ainda, uma complementaridade entre essas áreas, não apenas na produção, mas nos períodos de estiagem, quando as propriedades próximas ao litoral, com maior oferta de água, poderiam funcionar como zona de refrigério para os homens e animais.

A relação de trabalho predominante nas diversas atividades na agricultura, no pastoreio, nas fábricas de farinha e nos engenhos de moer cana era a familiar, com a presença de pequenas escravarias. Dentre os 63 inventários analisados, em 33 deles (52 %), foram arrolados escravos. Todavia, predominavam pequenos plantéis, onde 23 inventariados possuíam de um a cinco escravos, como pode ser visto na tabela a seguir:

TABELA 8
Escravos por inventário e idade

Nº da escravaria	Inventário	Idade						
		0-10	11-20	21-30	31-40	+ 41	N/E	Total
1-5	23	18	09	15	03	14	03	62
6-10	07	16	13	08	12	04	05	58
11-15	02	13	03	05	02	02	01	26
16-20	01	10	04	01	00	02	00	17
+ 20	00	00	00	00	00	00	00	00
Total	33	56	29	29	17	22	09	163

APEC- Inventários *post-mortem* do Cartório de Órfãos de Fortaleza. Documentos referentes a Soure, Siupé e Trairi. 1823-1867.

Analisando os dados, percebe-se que, entre os 163 escravos arrolados, 58 são crianças (35%). Embora algumas delas fossem envolvidas na atividade doméstica, o número de cativos aptos ao trabalho era diminuto para a demanda que se fazia necessária nos tempos de colheita e beneficiamento de produtos tais como a farinha de mandioca. Ressalta-se, ainda, que apenas em um registro o plantel de escravos chegou ao número de 18, pertencendo à Sra. Ana Teresa de Azevedo, que foi inventariada no ano de 1848.¹²⁵ Entre os bens deixados pela inventariada, estavam 4 unidades produtivas, sendo 3 dessas destinadas à atividade agrícola e uma para a criação de animais. Posteriormente, no ano de 1865, era o marido dessa senhora que aparecia na condição de inventariado e o plantel, após as divisões de acordo com a legislação vigente, havia sido reduzido a seis escravos. Assim, pode-se dizer que a mão de obra presente nas atividades agropastoris em Soure era compartilhada por cativos e livres, predominando o trabalho familiar e de agregados das unidades produtivas, visto o grande contingente populacional que não tinha a posse da terra.

¹²⁵ Inventário *post-mortem* de Ana Teresa de Azevedo e Sá. Cartório de Órfãos de Fortaleza - Soure. Caixa 01, nº 5, 1858.

3.1- A pecuária e as terras de criar

Apesar da existência de terras destinadas à criação de animais, esse fato não permite que se descarte a existência de pequenos rebanhos em meio aos produtores que não possuíam propriedades denominadas como “terras de criar”. Nesse sentido, dos 63 inventários analisados, 55 (87%) apresentam, entre os bens, gado *vacum* (bois, vacas, bezerros, novilhos e garrotes) e cavalari (cavalos, potro, égua e bestas) e apenas 21 inventários (33%) citam “*ovelhum e cabrum*”. A partir desses dados, foi possível perceber a importância que a pecuária, principalmente dos *vacuns*, tinha para esses produtores agrícolas, pois, da quantidade de inventários que traziam esses arrolados entre os bens, foi possível identificar um rebanho de 2.229 animais, o que dá uma média de 49 animais por inventário.

A criação de animais, junto à atividade agrícola, pode-se configurar como prejudicial em alguns casos, pois muitas vezes o rebanho pode invadir as plantações e destruí-la por completo. No entanto, apesar das dificuldades, a utilização dos animais tornava-se mais necessária do que danosa. Assim, grande parte de donos de terras buscavam ter, também, pequenos rebanhos, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 9
Quantidade de gado vacum e cavalari

Número de animais	Gado Vacum	Cavalari
0	08	08
1 á 20	23	46
21 á 40	12	06
41 á 60	09	02
61 á 80	07	0
81 á 100	01	01
101 á 200	01	00
acima de 200	02	00
Total de inventários	63	63

Fonte: APEC - Inventários post-mortem do Cartório de órfãos de Fortaleza relacionados a Soure, Siupé e Trairi. 1823-1867.

Pelos dados acima, percebe-se que a criação de gado aparece como primordial para os produtores agrícolas, pois, mesmo não havendo interesses comerciais, sua utilização era a mais diversa possível, pois auxiliaria na alimentação familiar, fornecendo principalmente o leite que poderia ser transformado em queijo e manteiga, que, armazenados, poderiam ser consumidos durante boa parte do ano. Os bovinos eram utilizados também como força de trabalho, fosse como tração para os engenhos de moer cana, fosse para o transporte de mercadorias, como era o caso do Sr. Vicente Ferreira Façanha, que deixava entre seus bens “onze bois mansos de carro (275\$000)”.¹²⁶

Dos inventários analisados, em doze documentos foi identificada a presença de 32 carros de boi, sendo que 12 destes pertenciam a um único

¹²⁶ Inventário *Post mortem* de Vicente Ferreira Façanha. Cartório de Órfãos de Fortaleza-Trairi, 1838. cx 18, nº 07- APEC

proprietário, a Sra. Luisa Francisca,¹²⁷ que possuía entre os bens inventariados “seis carros com seus acessórios (32\$000)” e “seis carros velhos (48\$000),” que por certo atendia às diversas necessidades da inventariada, que deixava a quantidade de 15 unidades produtivas, sendo uma das maiores proprietárias da região. A existência dos carros de boi deixa claro que a produção não atendia apenas ao consumo da família, pois a presença desse transporte era fundamental para o carregamento de mercadorias destinadas para o mercado local.

Por outro lado, a existência desses equipamentos em um pequeno número de inventários leva a crer que os grandes proprietários, como a Sra. Luisa Francisca, poderiam concentrar a compra da produção daqueles menores e agregados e colocá-la à venda no mercado, tornando, assim, a posse de carros e juntas de bois num mecanismo de controle e dependência para a distribuição de produtos agrícolas.

Apesar da grande importância que o gado tinha no cotidiano do trabalhador rural, auxiliando a alimentação, o beneficiamento da produção nos engenhos e no transporte de mercadorias, é possível afirmar que o próprio animal era comercializado. Nesse sentido, alguns inventários apresentam dimensões de rebanho compatível com a atividade comercial, como se percebe em pelo menos quatro inventários que apresentam 100 cabeças de gado ou mais.

Assim, destaca-se o Sr. Francisco de Castro Moura¹²⁸, que deixava “oitenta e oito vacas paridas (1\$050:000)”, “quarenta e quatro vacas solteiras (440\$000)”, oito novilhas (64\$000)”, “vinte garrotes (120\$000)”, dezesseis bois mansos (256\$000), “dez bois capados (90\$000)”, “quatro novilhos grande (48\$000)” e “vinte garrotas (150\$000)”, perfazendo um total de duzentos e dez animais. Esse rebanho foi o maior identificado nos inventários *post-mortem* de Soure. Pelos números, percebe-se que o gado não se destinava apenas à alimentação familiar ou ao auxílio no trabalho agrícola.

¹²⁷ APEC- Inventário *Post mortem* de Luisa Francisca. Cartório de Órfãos de Fortaleza-,1841. cx 22, nº 04- APEC

¹²⁸ APEC- Inventário *Post mortem* de Francisco de Castro Moura. Cartório de Órfãos de Fortaleza-1834. cx 11, nº 01- APEC

Entre os bens de raiz desse senhor, foram arrolados:

Um quarto de terras denominado Tigre na Ribeira do Curú, com casa, currais, cercado com meia légua de terra de fundos, com mais roçados já velho(150\$000).

Huma sorte de terras de criar e plantar no lugar denominado Poço Velho (60\$000).

Duas sortes de terras de criar na Ribeira do Curú denominado ? (40\$000)

Huma sorte de terra de plantar no lugar denominado lagoinha (25\$000)

Huma sorte de terras denominado Jardim (10\$600)¹²⁹

Apesar da existência de terras de plantar entre os bens descritos anteriormente, no inventário do Sr. Francisco de Castro Moura, não aparecem nem instrumentos utilizados na lavoura, nem locais de beneficiamento do produto, tais como engenhos de moer cana e casas de farinha. Assim, dedicava-se primordialmente à criação de animais, pois, entre todos os bens, esses eram os de maior valor em seu inventário.

A grande quantidade de propriedades em posse do inventariado era fundamental para a manutenção da pecuária, pois, para manter esse grande número de animais, era necessário ter as terras para pastagem e alimentação do rebanho.

A família do inventariado tomou o cuidado de discriminar as propriedades por ordem decrescente de valor. Nesse caso, a melhor avaliada era uma terra de criar com diversas benfeitorias, tais como casa, currais e plantações. Percebe-se, ainda, que as terras de criar estavam localizadas nas ribeiras de um rio, o Curú. Desde os tempos coloniais, esse recurso foi de suma importância para o desenvolvimento da pecuária. Assim, as estruturas das fazendas de criar eram comumente orientadas pelo leito do rio, como afirma Thomaz Pompeu Sobrinho, ao colocar que:

A casa da fazenda ficava a pequena distância do rio, sobre uma eminência de onde se pudesse descortinar um horizonte amplo e ao abrigo das enchentes extraordinárias. Deste modo, o abastecimento d'água para os usos

¹²⁹ Id. Ibidem

domésticos e para a bebida dos gados estava garantido, e a fiscalização das reses, que se dessedentam forçadamente na cacimba do leito do rio, durante o verão, tornava-se muito cômoda.¹³⁰

Os cavaleares aparecem discriminados, também, em cinquenta e cinco inventários, num total de 604 animais listados nos documentos. Grande maioria dos produtores tinha pequenas quantidades desses animais, mas, em meio a esses, destaca-se o Sr. Vicente Ferreira Nojosa¹³¹, que tinha cem animais do tipo cavalari (38 éguas paridas, 16 cavalos quartões, 1 cavalo pai de besta, 11 poldras, 19 poldro, 10 poldretes e 5 poldretas). Essa quantidade de animais era provavelmente distribuída em suas seis propriedades, o que dá a quantidade de 16,6 animais por unidade produtiva, inserindo-se na mesma média de concentração de cavalari de outros proprietários.

A utilização do cavalo dava-se principalmente no auxílio ao vaqueiro, nas terras de criar, onde predominava a caatinga, adentrando a mata, em busca das reses soltas. No entanto, os do tipo cavalari eram também utilizados no transporte de mercadorias, principalmente por aqueles que não tinham condições de adquirir os carros e juntas de bois.

A criação de gado era feita livremente nos campos destinados a esse fim. Segundo Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, “O methodo de criação é o mais primitivo; o gado nas e cresce nos campos em liberdade, sem receber o mínimo cuidado do homem¹³²”, No caso de Soure, A pecuária, apesar do crescimento da atividade agrícola, configurava-se como importante atividade no século XIX. O código de postura de Soure de 1883, expressa bem essa importância ao colocar que:

Art. 118º- Por ser a industria de criação de gado tão conveniente n'este município, quanto a da agricultura, aos agricultores compete:

1º- Proteger suas plantações por meio de cercas suficientes e fortes, de páo appique ou caiçara com altura de 7 palmos e

¹³⁰ SOBRINHO. Thomaz Pompeu. Alguns aspectos da geografia humana cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, LIV-1940, p.157

¹³¹ APEC-Inventário post-mortem de Vicente Ferreira Nojosa. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Caixa 19, nº 2. APEC

¹³² SOUSA BRASIL, Thomaz Pompeu. Estado do Ceará na exposição de Chicago. In: **Documentos**: revista do Arquivo público do Estado do Ceará-APEC. V. 1, 2005, p.128

meio, a fim de prevenir o ingresso de gados grosso, ou miúdos em suas lavouras.

2º- o lavrador que, não tendo suas cercas nas condições acima estabelecidas, maltratar o gado que encontrar, destruindo suas plantas será responsável pelo dano causado para com o dono do animal destruidor¹³³.

As levando-se em consideração que as leis são baseadas no costume e surgem do conflito, havia uma disputa entre os criadores de gado e agricultores. No caso como o animal era criado solto, ameaçava as plantações. Mais diferente do que se pode pensar, quando o gado que provocava a destruição e seu dono deveria ser punido, era o produtor agrícola que sofreria sanções caso desrespeitasse o código de posturas. A confecção de cercas era algo dispendioso para os homens do campo. No caso seria mais fácil cercar os roçados que seguiam padrões delimitados pelo costume e leituras da natureza, do que cercar as áreas de criação de animais, pois esse precisavam de maiores espaços para pastagem e locomoção. Assim a responsabilidade dos danos na lavoura era dos próprios produtores agrícolas, Essa medida expressa uma vitória dos pecuaristas para com os agricultores.

Esse tratamento era dado aos agricultores das áreas mais planas, já os da serra tinham outras obrigações:

Art. 19- Aos agricultores da serras é permitido afugentar os gados em suas lavouras, açullandolhes cachorros ou por qualquer outra maneira, com tanto que não os maltrate, a ponto de morrerem sob pena de ficarem sujeitos para com os danos aos donnos causados¹³⁴

No caso das serras, áreas propicias a atividade agrícola mais diversa, e onde estava-se produzindo café, o produtores agrícolas tinha autorização pelo menos para afugentar e não tinha obrigação de cercar suas roças. Assim com essas medidas proibitivas expressas no código de posturas de Soure, o poder público tentava controlar as atividades no campo reordenando o espaço agrícola. Em Soure mais do que o código de posturas, o próprio meio-

¹³³ APEC- Código de postura de Soure de 1883. Fundo: Câmaras municipal. Correspondências expedidas(Soure). Cx 01- 1878-1915- APEC

¹³⁴ APEC- Código de postura de Soure de 1883. Fundo: Câmaras municipal. Correspondências expedidas(Soure). Cx 01- 1878-1915- APEC

ambiente corroborava para uma fixação desses criadores, reordenando os espaços e redesenhando a paisagem, mesmo que com conflitos.

3.2- Produção agrícola e transformações ambientais

Para análise acerca da produção agrícola em Soure na primeira metade do século XIX, foram tomados como referência os sessenta e três inventários *post mortem* identificados com essa região, produzidos entre os anos de 1823 a 1867. Muitos deles não são claros quando mencionam o desenvolvimento de uma atividade agrícola pela família do inventariado, pois informam apenas terem deixado “terras de plantar” ou “terras de plantar e criar”. Outros mencionam apenas a existência de roçados, não especificando a planta cultivada, como foi o caso da Sra. Quitéria Maria de Jesus, que deixava entre seus bens, “hua casinha com aviamentos de fazer farinha e hum roçado de roça novo com duzentos passos (40\$000).”¹³⁵

Segundo Gustavo Barroso, escrevendo no início do século XX, toda e qualquer plantação no “Norte” era chamado de roçado. Esses eram medidos em “passos”, onde cada um tinha em média cem a duzentos passos em quadra.¹³⁶

Apesar de grande parte das propriedades de terra declaradas nos registros paroquiais e nos inventários medirem menos de uma légua, pode-se afirmar que essas não eram completamente utilizadas pelos produtores agrícolas. Dentre os inventariados que mais declararam possuir roçados, estava o de João Batista de Azevedo e Sá, que possuía:

Meia légua de terras no lugar Juá deste distrito com dez roçados de cem passos cada um deste anno, com mandioca e algodão, e mais sete roçados de cem passos cada um só com algodão e alguns cafeeiros (400\$000).
Hua légoa de terra de comprido com meia de largo no lugar Avença deste districto com cinco roçados de cem passos

¹³⁵ Inventário de Quitéria Maria de Jesus. Cartório de Órfãos de Fortaleza- Siupé. Caixa 01, nº 14, 1858

¹³⁶ BARROSO, Gustavo. Terra do sol: Natureza e costumes do Norte. 6ª Ed. Fortaleza: imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 53

cada hum plantado de algodão e roça e outro com duas capoeiras de café e mais benfeitorias (400\$000).¹³⁷

Apesar dessa quantidade de roçados, as áreas cultivadas não cobriam toda a extensão da propriedade. O inventariado tinha oito filhos e deixava, entre os bens, seis escravos com idade entre doze e quarenta anos e mais seis com idades abaixo de dez anos. A presença de escravos em idade de trabalho, associada à mão de obra familiar complementada com possíveis agregados, era suficiente para dar conta das lavouras mencionadas, em especial nos períodos em que mais se necessitava de força trabalho, que dava-se no preparo da terra para o plantio e na colheita. Assim, pode-se deduzir que a não utilização de toda área da propriedade agrícola dava-se não apenas pela falta de mão-de-obra – pois, no caso mencionado, havia disponibilidade para isso – e sim objetivando preservar espaço dentro das unidades produtivas para novos plantios, pois, após sucessivas colheitas, a terra necessitava de um tempo sem ser utilizada devido ao desgaste da utilização anterior.

Interessante observar que os roçados do Sr. João Batista de Azevedo e Sá eram compostos por mais de uma espécie de planta. No primeiro deles, “mandioca e algodão”, e no segundo “algodão e roça”. Ao processo de cultivo de mais de uma planta em um mesmo espaço, Ellen F. Woortmann e Klaas Woortmann denominaram de consorciamento.¹³⁸

De acordo com os autores, essa lógica de organização da lavoura camponesa segue o princípio da alternância, onde os produtores colocam, em um mesmo roçado, plantas cujos tempos de cultivo são de longa e curta duração. No caso do roçado de mandioca e algodão, o primeiro tem um tempo de cultivo maior que o segundo. Enquanto a mandioca pode ficar até dois anos para ser colhida, o algodão leva um tempo em torno de cinco meses. Assim, mesmo após o algodão ser colhido, no ano seguinte, pode-se plantar novamente em meio aos roçados de mandioca.

¹³⁷ Inventário de João Batista de Azevedo e Sá. Cartório de Órfãos de Fortaleza-Soure. Caixa 01, nº 07, 1865

¹³⁸ WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p.91-92

Na segunda propriedade, onde se especifica apenas a existência do roçado de “algodão e roça”, é provável que o consorciamento tenha sido com uma planta de cultivo mais curto que o algodão e não voltado para o mercado, mas apenas para o consumo familiar. Nesse caso, a escolha poderia ser o feijão, que demanda cerca de dois meses, ou o milho, que, plantado em março, é colhido no mês de junho.

Em ambos os casos, leva-se em consideração não apenas o princípio da alternância, mas, também, está em questão a otimização do espaço da lavoura, pois mesmo tendo terras disponíveis dentro da propriedade, a abertura de campos para o roçado demandava dispendioso trabalho que poderia ser adiado utilizando-se essa técnica de plantio.

A constituição do roçado tinha basicamente duas etapas. Primeiro, a escolha do terreno dentro da propriedade e sua limpeza, incluindo a derrubada de árvores e queimada da vegetação. Em seguida, dava-se o plantio propriamente dito. Essas etapas eram marcadas pela presença masculina.¹³⁹

Os instrumentos agrícolas mais difundidos e utilizados nesse processo pelos produtores agrícolas em Soure eram o machado, a foice e a enxada. O primeiro aparece em vinte e oito inventários, numa quantidade de setenta e quatro. A foice aparece em vinte e cinco, num total de setenta e três, e a enxada em vinte e um inventários, num total de cinquenta e sete unidades. Havia a concentração desses instrumentos em posse de um pequeno número de proprietários. O machado e a foice eram utilizados para cortar as árvores e arbustos, a enxada para fazer as covas e a limpeza do terreno quando necessário.

Nas unidades produtivas estudadas, foi identificada, ainda, a presença de outros instrumentos, tais como a alavanca (2 unidades), o ferro de cavar (4 unidades) e o serrote (5 unidades). A alavanca e o ferro de cavar são instrumentos que estão diretamente ligados à produção rural, pois poderiam ser utilizados principalmente para fazer as cercas que protegiam o roçado do gado, como também na feitura dos currais e para cavar buracos para estruturas maiores como as das casas. O serrote, mesmo podendo ser utilizado no corte

¹³⁹ Id. Ibidem., p.54

dos troncos das árvores, é mais provável que estivesse ligado à transformação dessas em utensílios aproveitados nas unidades produtivas e dentro das próprias casas.

Segundo Maria Sylvia Porto Alegre,

nas fazendas da região algodoeira-pecuária cedo desenvolveu-se uma indústria caseira destinada, de fato, a suprir a necessidade dos moradores e suas famílias, de forma semelhante, à agricultura de alimentos. Utilizando processos e equipamentos rudimentares, essa indústria rural doméstica se expandiu incorporando à estrutura da propriedade da terra, com uma função complementar à produção agrária, á qual estava intimamente vinculada.¹⁴⁰

Entre essas indústrias caseiras, estava o fabrico da farinha de mandioca, comum entre os moradores da área em estudo. Nesse caso, destacava-se em Soure, na primeira metade do século XIX, o cultivo de plantas voltadas para abastecer o mercado, tais como algodão, café e cana, associada ao plantio de espécies destinadas ao consumo do grupo familiar. Essa produção principalmente voltada para o abastecimento externo à propriedade impunha novo ritmo de apropriação do solo e transformação da paisagem local. É essa produção que analisarei a seguir.

3.2.1- Mandioca e produção de farinha

Essa planta era cultivada pelos nativos antes mesmo da chegada dos colonizadores. Transformavam-na em farinha, produto logo inserido no cotidiano alimentar da população, assim como a macaxeira não venenosa, incorporada à diária alimentar. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, ao referir-se à plantação dessas espécies no Ceará, afirma que “(...) ellas formam como que

¹⁴⁰ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, agricultores, artesãos: origens do trabalho livre no Ceará colonial. **Rev. de C. Sociais**. Fortaleza: v. 20/21, nº1, p.18, 1989/1990

o apêndice de todas as casas de campo, de todas as lavras. E, como o algodão, a cultura do pobre (...).”¹⁴¹

Nos inventários analisados, foi identificada a existência de 14 roçados destinados ao cultivo dessa raiz. É importante frisar que muitos desses documentos citam apenas a existência de roçados, não especificando a planta cultivada. A menção genérica desse termo dava-se provavelmente por conta de muitas dessas plantações não estarem voltadas para o abastecimento do mercado, mas, em especial, para atender as necessidades familiares, daí não serem especificadas nos inventários.

Nesse sentido, é possível afirmar que a quantidade de plantações de mandioca nessa região era bem maior, pelo fato de que discriminavam apenas a existência dos roçados entre os bens. Outro ponto que colabora com a ideia da existência de mais propriedades voltadas para esse cultivo devido sua popularização e baixo custo, é que muitos produtores agrícolas não foram capazes de deixar inventário, principalmente por questões financeiras, dado o fato de que esse processo gerava custos que muitas vezes não poderiam ser pagos pela família do falecido, o que leva a crer que o número de propriedades onde se plantava mandioca e fazia-se farinha era bem maior.

Se os inventários não são claros quanto a essa produção na região em estudo, outros documentos apresentam melhor tais números. No que se refere à Província, vejamos os dados:

¹⁴¹ **Documentos:** revista do Arquivo Público do Ceará. Dossiê: Ciência e Tecnologia. Arquivo Público do Ceará, 2005. p.104

TABELA 10**Produção de Farinha de Mandioca por Freguesias no ano de 1862**

Freguesias	Estabelecimentos (roçados)	Produção em Alqueires
Fortaleza	460	60:000
Crato	4.054	70:000
Jardim	1.828	38:000
Santana (Meruoca)	600	40:000

Dados extraídos do Relatório do Presidente da província de 1862. Apud: GUABIRABA, Célia. Ceará: a crise permanente do modelo exportador. 1850-1930. Fortaleza: Instituto de memória do Povo Cearense, 1989.

A freguesia de Fortaleza, que incluía o distrito de Soure, apesar de ser a quarta na província com maior número de roçados, quando se trata da produção da farinha, aparece como a segunda maior produtora, perdendo apenas para a do Crato, que tinha quase dez vezes mais o número de roçados e chegava a superar Jardim, que tinha quase quatro vezes mais a quantidade de unidades produtivas ocupadas pela mandioca.

Esses números mostram a grande capacidade que tinham os terrenos desse litoral para produzirem principalmente a mandioca, que, segundo Thomaz Pompeu, por conta do “húmus, que nelle depositam as alluviões, e as vertentes que ahi abundam, tornam-no prodigiosamente productivo de canna, mandioca e de toda sorte de hortaliça.”¹⁴²

O cultivo da mandioca era feito de maneira rudimentar. Após a preparação do terreno, derrubada e queimada da vegetação, o plantio era feito em covas com cerca de um palmo a um pé, deixando entre elas um espaço médio de 80 centímetros a um metro. Durante o processo de crescimento, que poderia durar até dois anos, davam-se duas limpas para retirar outros matos que cresciam em meio ao roçado.

A mandioca geralmente era cultivada de forma consorciada com outras espécies, buscando-se, assim, a otimização dos espaços utilizados para

¹⁴² BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará-Tomo1**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p.134

lavoura. Nesse sentido, o inventário de Manoel Francisco Pereira é esclarecedor, já que deixara, “hum roçado novo plantado de milho e mandioca (30\$000)”¹⁴³. Embora a colheita pudesse ocorrer em qualquer período do ano, não precisaria ser feita de imediato, pois a própria terra poderia funcionar como local de armazenamento¹⁴⁴.

Se a quantidade de roçados voltados para esse cultivo foi pouco discriminado nos inventários, o número de casas de farinha com seus respectivos aviamentos aparecem em maior número. Assim, em dezoito inventários analisados, foi possível identificar a presença desses. Chama a atenção nesses dados a quantidade de “fábricas” descritas, superior ao número de roçados de mandioca, o que leva a crer que uma casa de farinha não servia apenas ao dono do equipamento, podendo os agregados e vizinhos utilizarem o espaço e darem, como pagamento, parte da produção ao proprietário. Há de se crer, portanto, que as roças de mandioca e macaxeira eram mais usuais do que consta nos registros.

Os equipamentos descritos nos inventários para a produção de farinha, onde se encontram a roda, a prensa e o forno, eram bastante simples, a começar pela casa que abrigava os utensílios, geralmente apenas um espaço coberto de telha, para os mais abastados, ou de palha, para os que tinham menos condições.

A mão de obra para esse tipo de cultivo era necessária em maior escala apenas para o período de transformação da mandioca em farinha. Esse processo, ainda hoje, é denominado de farinhada, que, apesar de ser um período de trabalho, era, e é, também, um momento de sociabilidade entre diversas famílias. Na raspagem da mandioca aparece em destaque o trabalho feminino, que, pouco utilizado no plantio, era aproveitada no beneficiamento. Nesse momento, além do trabalho, havia espaço para diversão, pois uma pessoa raspava a mandioca até o meio e a outra acabava de raspá-la,

¹⁴³ APEC- Inventário de Manoel Francisco Pereira. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Caixa 15, nº04, 1838

¹⁴⁴ Documentos: revista do Arquivo Público do Ceará. Dossiê: Ciência e Tecnologia. Arquivo Público do Ceará, 2005.

disputando-se quem fazia esse processo mais rápido. Chamava-se essa brincadeira de “jogar capote”¹⁴⁵.

Após a raspagem e lavagem da mandioca, fazia-se a rala. A massa era prensada para sair a manipueira, um líquido venenoso da planta. Em seguida, peneirava-se a mandioca espremida para ser torrada em forno de barro, de ferro ou de latão. Nesse processo, desde a prensa da mandioca até o momento de levar ao forno e torrar, predominava o trabalho masculino.

Apesar da predominância de casas de farinha simples, alguns proprietários investiam bastante nesse espaço, como se observa na narrativa do naturalista Francisco Freire Alemão, que, em passagem por Soure no ano de 1861, descreveu suas impressões ao ver “uma fábrica de fazer farinha” no Juá, pertencente Joaquim José Barbosa:

Levantados quase às seis horas, o senhor Barbosa nos mostrou a sua fábrica de farinha, que diz ele, e acredito, que o Ceará não tem segunda. É uma boa casa de telha ampla, de boas madeiras lavradas, de paredes de tijolo, em parte caiadas. Tem uma grande bolandeira, ou antes um engenho, com [almanjarra], e tocada por animais trabalha dentro dum espaço circular, bordado dum parapeito de tijolo e ladrilhado, com algum declive de sorte, que a manieira [manipueira?] corra e se dirige para um carro, que a leva parte para um poço, ou sumidouro, e parte para uma espécie de taxa [tacho], onde fervida dá uma sorte de papas que serve de alimento aos porcos. Do cercado está também próximo ali o poço, e [a] taxa [tacho] de que falei fica fora da casa de engenho. A prensa é grande, bem feita de grossas madeiras, tem dois fornos de mexer farinha, de onze palmos de diâmetro, um de tijolo como são geralmente aqui, e outro com fundo de ferro. Tomamos café e partimos era seis e meia.¹⁴⁶

Pela descrição, o Sr. Joaquim José parecia ser uma pessoa abastada. Nem todos aqueles que plantavam mandioca eram proprietários desse equipamento de beneficiamento, principalmente em meio a um grupo de pequenos produtores pobres e livres. Assim, surgia muitas vezes uma

¹⁴⁵ BARROSO, Gustavo. Terra de Sol. (natureza e costumes do norte). 6ª edição. Fortaleza: Imprensa Universitária. 1962, p.58

¹⁴⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Organização e apresentação: Antonio Luiz Macedo Silva Filho, Francisco Régis Lopes Ramos, Kênia Sousa Rios. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p.302

dependência entre os possuidores do equipamento e aqueles que não tinham condições financeiras para tê-lo.

A farinha produzida na comarca de Soure era destinada ao consumo doméstico e ao mercado local, em especial, o da capital da província.

3.2.2- O plantio de algodão

Segundo Thomaz Pompeu, “a cultura do algodão é a mais antiga e a que mais floresceu desde o principio deste século até 1822¹⁴⁷”. O contexto internacional, as décadas finais do século XVIII foram favoráveis à expansão desse cultivo na Capitania do Ceará. Nesse período, os Estados Unidos, até então colônia inglesa, eram um dos principais fornecedores dessa matéria prima para o mercado Inglês.

Com a guerra de independência da colônia, houve uma desestruturação na produção americana, fazendo surgir uma demanda crescente desse produto em outras regiões. Assim o Ceará insere-se no mercado mundial atuando como fornecedor desse produto para a Inglaterra. No entanto, com o fim da guerra e a reestruturação americana, essa voltou a fornecer o produto para o mercado europeu, o que ocasionou uma diminuição na produção brasileira.

Em meados do século XIX, a cotonicultura volta a figurar como destaque na produção e exportação cearenses. Mais uma vez a demanda desse produto vinha do mercado europeu, que, devido à desestruturação da produção norte-americana causada, agora, pela Guerra da Secessão (1661-1865), colocava a produção das províncias do Norte em evidência novamente, como grandes fornecedoras do produto para a Europa.

Em 1862 a produção de algodão estava assim distribuída na província do Ceará:

¹⁴⁷ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. Op. Cit., p.353

TABELA 11
PRODUÇÃO DE ALGODÃO POR FREGUESIAS CEARENSE NO ANO DE 1862

	Estabelecimentos ou roçados	Produção em lâ
Fortaleza (só de Soure)	70	—
Maranguape com Pacatuba	60	9:500
Baturité com Acarape	—	20:000
Imperatriz	320	17:000
Santa Quitéria	22	—
Santa Ana	10	—
Acaraú	9	400
Cascavel (só Sucatinga)	3	—
Aracati	50	12:000
Maria Pereira	50	—
Jardim	33	6:000
S. Matheus	15	-
Assaré	13	—
Riacho do Sangue	10	—
Canindé	18	1:100
Russas, Pereiro, Iço e Lavras (presume-se pela exportação do Aracati)	—	59:000
Freguesias de que faltam mapas	—	10:000

	613	135:000
--	-----	---------

Dados extraídos do Relatório do presidente da Província de 1862. Apud: GUABIRABA, Célia. Ceará: a crise permanente do modelo exportador. 1850-1930. Fortaleza: Instituto de memória do Povo Cearense, 1989

Apesar de não apresentar a quantidade de lã produzida, o distrito de Soure, então pertencente à freguesia de Fortaleza, era a segunda localidade com o maior número de propriedades destinadas ao plantio de algodão, ficando atrás apenas de Imperatriz, região com características paisagísticas semelhantes, contendo em seus limites territoriais os ecossistemas litorâneo, serrano e sertanejo.

Os inventários de Soure não apresentam clareza com relação ao plantio de algodão nas unidades produtivas. Muitos declaram possuir terras de plantar, mas não especificam a atividade agrícola desenvolvida. No entanto, ao que parece, esse cultivo veio realmente ganhar novo impulso apenas na segunda metade do século XIX, como pode ser percebido segundo o inventário de Ana Teresa de Azevedo, aberto em 1858, onde se lê que a mesma deixava, entre os bens de raiz, “huma légua de terras na Serra do Juá, deste termo própria de plantar, que herdou de sua mãe, com caza de palha, prensa, rodete de fazer farinha (200\$000)”.¹⁴⁸

Em 1865, o marido de Ana Thereza de Azevedo e Sá, o Sr. João Batista d’Azevedo e Sá, que, em 1858, estava na condição de inventariante, agora aparecia como o inventariado. A légua de terras deixada no inventário da mulher, após a partilha, tornou-se “meia légua de terras no Juá, com dez roçados de mandioca e algodão e mais cinco roçados de cem passos só com algodão e alguns cafeeiros (400\$000)”,¹⁴⁹ além de deixar outros terrenos com “huma legoa de terra de comprido com meia de largo no lugar Avença deste distrito com cinco roçados de cem passos cada um plantado de algodão (400\$000)”.¹⁵⁰

¹⁴⁸ APEC- Inventário *Post mortem*- Cartório de Órfãos de Fortaleza-Soure,1858. cx 01, nº 5-APEC

¹⁴⁹ APEC- Inventário *Post mortem*- Cartório de Órfãos de Fortaleza-1865. cx 01, nº 7- APEC

¹⁵⁰ Id. *Ibidem*.,

Percebe-se que, no curto período de sete anos, houve uma rápida transformação na paisagem com a introdução de diversas plantações, especialmente o algodão, que era um produto que estava em evidência principalmente no mercado externo.

O algodão é uma planta que se adapta fácil a diversos tipos de solo, por isso não encontrou empecilho e espalhou-se por diversas partes da Província. De acordo com Thomaz Pompeu,

Os ensaios de sua aclimação mostraram por toda parte que sua zona de cultura abrange os climas acima de 16 a 18 graus centígrados, produzindo em terrenos húmidos ou seccos, arenosos ou calcareo-argiloso, de aluvião ou sedimentários, altos ou baixos, pantanosos, etc. menos nas terras completamente argilosas e compactas que não oferecem profundidade de 80 centímetros a 1 metro¹⁵¹.

Assim, compatibiliza-se à área em estudo em razão de sua ambiência, sendo cultivado por pequenos produtores no entorno oeste da capital da Província, provocando mudanças intensas na paisagem local.

O cultivo do algodão, segundo Thomaz Pompeu, era feito de maneira rudimentar e dava-se da seguinte maneira:

Em covas feitas a enxada, superficiais, lança-se a semente. Pouco depois dá-se uma limpa, isto é corta-se a vegetação que o rodeia, e mais tarde, no tempo da colheita faz-se a capina a foice para facilitá-la. A colheita opera-se de agosto a outubro.

Todo esse processo feito pelos agricultores é fruto das leituras acerca da natureza que leva em consideração os fatores climáticos, especialmente as chuvas. No caso do Ceará, essas são mais abundantes no primeiro semestre do ano. É nesse período que o algodão é plantado e recebe as primeiras águas da chuva. As limpezas são feitas por conta do aparecimento de ervas silvestres que se desenvolvem melhor nos períodos chuvosos. Quando as cápsulas desabrocham, no segundo semestre, no verão, em que

¹⁵¹ Id. Ibidem, p. 71

as chuvas tornam-se mais escassas, possibilitando um melhor aproveitamento da colheita e secagem do algodão.

Essas atividades não requerem um grande número de mão de obra, principalmente nos pequenos roçados, pois um trabalhador com habilidades nessa função poderia colher de 20 a 25 quilos em sete horas e meia de trabalho. Após a colheita, o algodão deve ser exposto ao sol para secagem e retirada de toda a umidade, para em seguida ser ensacado e disponibilizado ao mercado.¹⁵²

Com a retração do mercado externo e as grandes secas, a produção volta-se para o mercado local, tendo pouca importância na balança das exportações provinciais, assim como o café, que, bastante cultivado no Ceará na segunda metade do século XIX, retraiu sua produção no século seguinte.

3.2.3- CAFÉ

A introdução do café no Ceará deu-se ainda no século XVIII, na serra da Meruoca, mas sua disseminação por outras regiões da província ocorreu principalmente na segunda metade do século XIX, período em que se consolidava a expansão e produção cafeeira no Sul do Brasil.¹⁵³ A historiografia cearense destaca o desenvolvimento dessa cultura principalmente nas serras, por conta da temperatura, pluviosidade e dos terrenos favoráveis a esse cultivo, destacando-se as de Maranguape, Aratanha, Meruoca, Serra Grande, Chapada do Araripe, Serra do Machado e a de Baturité, onde o plantio era feito à sombra das ingazeiras.¹⁵⁴

Apesar das áreas de maior destaque no cultivo e produção de café serem Baturité e Maranguape, respectivamente, o distrito de Soure, que não é

¹⁵² LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial- 1850-1880.** Fortaleza: Secult, 1994, p. 58-59

¹⁵³ LIMA, Pedro Airton Queiroz. **A sombra das Ingazeiras: o café na serra de Baturité- 1850-1900.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado- IFCS, 2000, p.105

¹⁵⁴ LIMA, Pedro Airton. Id.Idem, p.105-106. **STUDART, Barão.** Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará.** Tomo XLII, 1926, p.96.

citado pela historiografia, aparece nos anos finais da década de 1850 e início dos anos 60 com a terceira maior concentração em propriedades ocupadas com essa atividade.

TABELA 12
Produção de café no Ceará em 1862

	Nº de fazendas	Arrobas
Fortaleza (distrito de Soure)	50	6.000
Maranguape com Pacatuba	140	102.000
Baturité com Acarape	240	125.000
Imperatriz e Santa Cruz	35	6.000
Canindé (falda da serra do Baturité e a serra do Machado)	32	4.000
Ipú, Serra Grande	29	2.000
Crato e Barbalha	21	800
Jardim	13	200
Vila Viçosa	40	4.000
Total	600	250.00

GUABIRABA, Célia. Ceará: a crise permanente do modelo exportador. 1850-1930. Fortaleza: Instituto de memória do Povo Cearense, 1989, p.25

O café produzido no Ceará era destinado a atender o mercado interno e, em pequena escala, era vendido para outras regiões. A partir de 1860, as exportações começaram a crescer, ocasionando também a necessidade de mais áreas voltadas ao cultivo do produto, o que provocou maiores alterações na paisagem, em especial, nas zonas de serra. Em Soure, de acordo com os inventários analisados, as plantações de café ocorriam, principalmente, nas do Juá, Tucunduba e Carauçanga.

Dentre os que produziam café em Soure, estava a Sra. Joana Francisca da Conceição, que deixara

“hum sitio denominado Boa Esperança na serra Crauçanga foreiro a José da Rocha Mota, com casa de taipa, com trinta mil pés de café novo ainda que não botam fruto, porção de laranjeiras novas e com quatrocentos touceiras de cana nova (1\$000:000)¹⁵⁵”

A Sra. Ana Teresa D’Azevedo, por sua vez, deixou “huma sorte de terras no lugar Serra da Conceição na ribeira do Cauipe com sete roçados pequenos de café e bananeira (200\$000)”,¹⁵⁶ e a Sra. Antonia Francisca Rodrigues, da qual ficava, entre os bens de raiz, “um sítio na serra da Tucunduba, terras foreiras a Martinho de Borges, com oito roçados, sendo seis cafeeiros, uma com bananeira e outra por plantar (700\$000)”¹⁵⁷

Pela leitura dos bens deixados pelas inventariadas, é possível perceber que a expansão da cafeicultura iniciou-se de fato após a segunda metade do século XIX, pois grande parte dos cafeeiros ainda estava em fase de crescimento, não produzindo frutos.

Se levarmos em consideração os números da tabela anterior, que discriminava no ano de 1862 a quantia de cinquenta roçados em Soure destinados ao cultivo do café, é possível afirmar que essa atividade agrícola estava concentrada em poucas unidades produtivas, pois, dos inventários que discriminam o número de roçados com café, havia treze voltados para esse cultivo, não sendo levado em consideração os trinta mil pés informados pelos inventariantes da Sra. Joana Francisca da Conceição.

O pequeno número de propriedades voltadas a esse cultivo e a concentração do mesmo se devem principalmente a duas questões: primeiro, que a plantação de café necessitava de mais gastos e mão de obra que as do algodão e da mandioca, por isso, para os produtores menos abastados, tornava-se inviável a montagem das estruturas necessárias ao seu plantio e

¹⁵⁵ APEC- Inventário *Post mortem*- de Joana Francisca da Conceição-Cartório de Órfãos de Fortaleza-1856. cx 36, nº 10- APEC

¹⁵⁶ APEC- Inventário *Post mortem*- de Ana Teresa D’azevedo –Soure- Cartório de Órfãos de Fortaleza-1858. cx 01, nº 05- APEC

¹⁵⁷ APEC- Inventário *Post mortem*- de Antonia Francisca Rodrigues-Soure-Cartório de Órfãos de Fortaleza-1856. cx 36, nº 07- APEC

beneficiamento; segundo, que as terras que melhor prestavam-se à cultura cafeeira eram as serras, sendo acessíveis apenas àqueles proprietários que tinham terras nessa região ou que poderiam arrendar terrenos e implantar as unidades produtivas destinadas ao café.

Um dado que chama a atenção nos inventários é que, num curto espaço de tempo, as terras na serra da Conceição, que no ano de 1858 tinham seis roçados pequenos de café, apareciam em 1865 no inventário de João Batista de Azevedo¹⁵⁸ como existindo, nesse mesmo local, duas capoeiras de café, ou seja, essas áreas haviam-se degradado em um curto período de tempo. De acordo com Warren Dean, “o café é uma planta perene - leva quatro anos para atingir a maturidade e pode permanecer produtiva por trinta anos”.¹⁵⁹ No entanto, não era o que acontecia nessas unidades produtivas, pois o solo desgastava-se rapidamente.

Assim, com esse espaço desgastado, o Sr. João Batista buscou outras áreas para cultivo da planta e deixava em seu inventário “meia légua de terras no lugar Juá (...) com sete roçados de cem passos cada um só com algodão e alguns cafeeiros (400\$000)”.¹⁶⁰

O inventário acima foi aberto no ano de 1865. Percebe-se nele meia légua de terras no lugar Juá, com dez roçados de cem passos cada, com mandioca e algodão e mais roçados de cem passos cada um com algodão e alguns cafeeiros. O desgaste do solo não permitia que outros cafeeiros fossem replantados, provocando a busca por novos espaços para o plantio do café. No entanto, inexistia uma preocupação com a preservação do solo e da mata, pois buscava-se lucro a médio prazo, obrigando a procura por outras áreas para o plantio e o conseqüente desgaste do solo e destruição das matas nativas em substituição de árvores exóticas que teriam vida produtiva de curto prazo.

¹⁵⁸ APEC- Inventário *Post mortem* de João Batista de Azevedo e Sá-Soure- Cartório de Órfãos de Fortaleza-1865. cx 01, nº 7- APEC

¹⁵⁹ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira.** Tradução:Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p196

¹⁶⁰ APEC- Inventário *Post mortem* de João Batista de Azevedo e Sá-Soure- Cartório de Órfãos de Fortaleza-1865. cx 01, nº 7- APEC

As técnicas desse cultivo seguiam a mesma lógica de outras lavouras, onde, a ferro e fogo, limpavam-se os terrenos para introdução dos pés de café. No Ceará, diferente de outras partes do país, o plantio de cafezais dava-se à sombra de Ingazeiras, uma planta exótica introduzida na região, fazendo um sombreamento sobre os cafeeiros e evitando a maior incidência dos raios solares, que eram prejudiciais ao desenvolvimento da planta. Essa técnica, aparentemente, recompunha a vegetação das serras que havia sido devastada para a criação dos roçados, mas não o bioma que havia sido alterado em razão das derrubadas para a formação dos cafezais.

Nos bens descritos nos inventários onde havia plantações de café, em especial a do Sr João Batista de Azevedo, foi possível identificar objetos que se associam às técnicas desse cultivo. Assim, aparecem “seis foices usadas”, “seis machados em bom uso”, “cinco enxadas em bom estado” e “nove ferros de cavar em bom estado”. Os três primeiros objetos descritos são típicos das propriedades agrícolas, pois são instrumentos comuns usados em diversas lavouras tais como algodão, cana e mandioca. Pedro Airton, ao estudar as propriedades de café na serra de Baturité, afirma:

(...) tais instrumentos estavam perfeitamente adequados às técnicas relativas ao preparo do terreno e ao cultivo naquele sistema agrário. A foice para o corte das plantas mais tênues, o machado para a derrubada da mata e a enxada para a capina¹⁶¹.

No entanto, outro objeto descrito no inventário do Sr. João Batista D’Azevedo e Sá, que não foi observado nas propriedades de café de Baturité e que aparece aqui, é o ferro de cavar. Esse instrumento também era empregado no cultivo do café ainda no período do plantio, facilitando a abertura do solo para receber as mudas. A introdução de mudas dava-se geralmente no período anterior à estação invernososa.

De acordo com Barão de Studart, era feito da seguinte maneira:

o preparo do terreno é feito por processos os mais rudimentares. Estando a terra prompta para receber as

¹⁶¹ QUEIROZ, Pedro Airton. Op. Cit., p. 124

mudas, isto é, roçado e queimado o terreno, retiram-se dos canteiros as plantas e se as mette nas covas ou sulcos previamente abertos¹⁶²

Assim como outras atividades agrícolas, o cultivo do café dava-se também de maneira predatória do solo. Levando-se em consideração que esta atividade centrava-se principalmente nas serras, os danos às matas nativas eram irreversíveis, principalmente por conta da derrubada da vegetação e das queimadas, técnicas usuais no cultivo dessas plantas, o que não se aplicava à cana-de-açúcar, que era plantada em solo molhado, assim como às árvores frutíferas, em especial nas áreas mais úmidas, de brejos e alagadiços.

3.2.4- Cana-de-açúcar

Os espaços constituídos por terras alagadiças localizavam-se principalmente nas margens e foz de rios e lagos existentes próximo ao litoral. Na documentação analisada, destaca-se o distrito de Siupé, principalmente a localidade de Guaribas, por conta da grande quantidade de reservatórios de água no lugar, em especial o lagamar do Gereraú e a barra do rio São Gonçalo, esse último por conta das ações dos ventos nas dunas, que entupiam sua foz, formando extenso reservatório de água doce próximo ao mar, possibilitando aos produtores desenvolverem principalmente a atividade agrícola na região, como foi o caso do Sr. Joaquim Francisco de Oliveira¹⁶³, que deixava entre os bens de raiz “vinte braças de terras no lugar denominado Guaribas deste termo e districto, terras de alagadiço (20\$000)” e mais “huma sorte de terras de plantar no mesmo alagadiço das Guaribas comprado a mesma Francisca Maria de Brito (25\$000)”.

O cultivo da cana era feito principalmente nessas áreas de solo úmido, como os alagadiços e as serras, como é o caso da Sra. Gertrudes

¹⁶² STUDART, Barão. Op. Cit., p. 96

¹⁶³ APEC- Inventário Post-mortem de Joaquim Francisco de Oliveira. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 27, nº 05, 1846

Pacheco,¹⁶⁴ deixava em seu inventário, entre outros bens, “hum cercado do lado do Norte da estrada Nova de Soure no Alagadiço Grande com plantaço de canna(...) (240\$000)” e o Sr. João Ferreira Braga¹⁶⁵, que deixava, entre as lavouras, “uma cerão de cana” e mais “trezentas e sete covas de roça no Alagadiço”.

Dos 63 inventários analisados, apenas seis discriminavam a existência de plantações de cana. Diferente de outros cultivos, essa planta não seguia a lógica dos roçados medidos em passos, pois, nas áreas de brejo, nas margens dos lagos, não era possível seguir sempre essa lógica, pois aproveitava-se, muitas vezes, de forma circundante, as águas, e não em quadra como outros plantios.

Nos engenhos, locais de beneficiamento da cana, produzia-se principalmente a rapadura. Esses locais aparecem discriminados em nove inventários. Interessante observar que esse número supera o de plantações de cana informado nos mesmos documentos, ou seja, nem todos que eram proprietários desses equipamentos mantinham plantações. Isso se dava por que o plantio da cana seguia não só a estação chuvosa, mais também os períodos em que o solo ficava brejado.

Como o plantio era feito nas margens de lagos, isso seria possível para aqueles que tinham esses recursos naturais dentro de suas propriedades. Por fim, pressupondo que os produtores mais abastados detinham os instrumentos de beneficiamento do produto, moendo a cana produzida por proprietários menos aquinhoados, criava-se, assim, uma relação de dependência entre eles.

Esses equipamentos, mesmo pertencendo a pessoas mais abastadas, como a Sra. Gertrudes Pacheco Medeiros, eram bastante simples, pois a mesma tinha apenas um “engenho de pao de moer cana” e “três pivores de ferro de engenho”.¹⁶⁶ A mesma inventariada deixava também “aviamentos de

¹⁶⁴ APEC- Inventário Post-mortem de Gertrudes Pacheco Medeiros. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 19, nº 10, 1839

¹⁶⁵ APEC- Inventário Post-mortem de João Ferreira Braga. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 36, nº 16, 1857

¹⁶⁶ APEC- Inventário Post-mortem de Gertrudes Pacheco Medeiros. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 19, nº 10, 1839

fazer farinha” e “hum braço de balança com caixa e correio de latão e peso até oito libras”.

Pela descrição dos bens e existência de instrumentos de medição de peso, é possível presumir que os proprietários dos equipamentos de beneficiamento recebiam uma quantidade do que era beneficiado e ainda controlavam a distribuição desses produtos no mercado, pois a citada inventariada deixava ainda “uma carro grandes, três cargas e cinco juntas de bois mansos (220\$000) e um “carro já velho (10\$000)” e “um outro carro pequeno tão usado (5\$000)”.

Assim, a posse de casas de beneficiamento, dos carros pra transporte e de balanças pressupõe que havia uma concentração da produção nas mãos de alguns proprietários, que acabavam controlando a distribuição dos produtos do campo.

Outro indicativo de que existia um número maior de produtores voltados para o cultivo da cana percebe-se quando analisados os bens móveis deixados pelos falecidos, pois foi arrolado uma grande quantidade de instrumentos ligados à produção dos derivados da cana. Assim, foram localizados, em dezenove inventários, 39 tachos de cobre, que são instrumentos utilizados não só nas casas de farinha, mais também nos engenhos. Os produtores menos abastados dispunham apenas desses acessórios, obrigando-se a beneficiar os produtos nos equipamentos daqueles que os detinham, o que gerava a necessidade de pagamento de parte da produção para outros proprietários.

De acordo com Tomaz Pompeu, no Ceará, até 1845, da cana, só se produzia a rapadura. Foi após esse período que se passou a fabricar, também, a aguardente e o açúcar.¹⁶⁷ Esses últimos produtos necessitavam de mais equipamentos técnicos e recursos, tornando-se mais dispendiosos aos produtores. Todavia, nos inventários analisados, foi possível identificar a presença de instrumentos de produção de aguardente antes mesmo de 1845. Vicente Ferreira Nojosa¹⁶⁸ deixou em 1838 “dois tachos de cobre

¹⁶⁷ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. Op. Cit., p.360

¹⁶⁸ APEC- Inventário Post-mortem de Vicente Ferreira Nojosa. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 19, nº 02, 1838

(20\$000)” e “hum alambique pequeno de cobre (24\$000)”, “seis garrações (7\$680)” e a Sra. Gertrudes Pacheco Medeiros, em 1839, deixara “hum alambique” (487\$000), “hum tacho grande em bom uso (16\$640)”. Entretanto, essa produção era pouco disseminada, principalmente porque demandava mais custos tanto com a compra de utensílios para beneficiamento quanto para o seu armazenamento.

Em meio à produção voltada para o mercado, existiam inúmeras atividades que ora funcionavam como complementares à agricultura, ora eram complementadas por esta. Assim, ganham destaque as árvores fruteiras existentes nos sítios, assim como outras formas de interagir com a natureza.

3.2.5- Árvores fruteiras e outras atividades complementares nas unidades produtivas

Nas unidades produtivas existia também uma quantidade razoável de árvores frutíferas destinadas, em sua grande maioria, para consumo interno familiar. Nesse sentido, destacam-se os “pés de coqueiros”. Essa planta que marca hoje fortemente a paisagem do litoral cearense, no entanto, assim como diversas outras, insere-se dentro de um contexto colonizador, onde predomina não apenas o domínio pela força, mas um “imperialismo biológico” com a introdução de plantas exóticas ao território colonizado.

Nesse caso específico, as primeiras mudas do coqueiro foram introduzidas no Ceará ainda no ano de 1603, por Pero Coelho, que recebeu essa incumbência de semeá-las no local onde julgasse mais conveniente. O ponto escolhido foi o Siupé, e na passagem dos padres jesuítas Luis Figueira e Francisco Pinto em direção à Ibiapaba, no ano de 1706, essas plantas já estavam germinando.¹⁶⁹

¹⁶⁹ Relação do Ceará. Introdução, Notas e Comentários de Th. Pompeu Sobrinho. In: **Três documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, p.123

O coqueiro adaptou-se bem ao litoral e hoje compõe fortemente a paisagem local. Na primeira metade do século XIX, já era bastante valorizada pelos produtores agrícolas, pois a planta, que produz frutos comestíveis, foi discriminada em dezoito inventários (28%), como no do Sr. Bento Alves Ferreira, que possuía,

hum sitio de terras próprias no lugar Boa Esperança com casa de morada feita de taipa e coberta de telha com aviamentos de fazer farinha, engenho velho de moer cana, com laranjeiras, onze pés de coqueiros que já dão fruto e noventa e nove pequenos (800\$000).¹⁷⁰

Os coqueirais localizavam-se geralmente nas áreas próximas à zona costeira, onde abundavam, também, as carnaúbas. No entanto, sua coleta aparecia quase sempre como atividade complementar a outras produções agrícolas. Sua utilização fazia parte da dieta alimentar principalmente das populações litorâneas, fosse na produção do leite de coco, muito utilizado no preparo de peixes, ou da tapioca e de outros pratos típicos da culinária local.

Outras árvores frutíferas aparecem de forma recorrente nos inventários analisados, como no de Vicente Ferreira Façanha, dono de

hum sitio denominado Muritipiá, com casa de telha coberta com cinco portas de frente, hum quarto e meio de terras de plantar com benfeitorias seguintes: vinte e cinco pés de laranjeira, quarenta pés de coqueiro, nove pés de mangueira, oito pés de bananeira e mais goiabeiras, ateiras, cajueiros e genipapeiros (1\$050:000).¹⁷¹

As terras deixadas pelo inventariado eram de plantar. Entretanto, o coqueiro, que aparece em maior número juntamente com outras árvores fruteiras, é descrito como benfeitoria na propriedade, o que indica que a existência de um pomar introduzido na unidade produtiva era voltada para a alimentação da própria família e, quiçá, para venda no mercado local. Todas

¹⁷⁰ APEC- Inventário Post-mortem de Bento Alves Ferreira. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 33, nº 13, 1859

¹⁷¹ APEC- Inventário Post-mortem de Vicente Ferreira Façanha . Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 18, nº 07, 1838

as propriedades que apresentavam esse tipo de planta foram localizadas próximo ao litoral ou nas serras, áreas propícias a esse tipo de cultivo.

Assim insere-se a propriedade de Manoel José de Miranda, que fez o seguinte registro no livro de terras:

Possuo no lugar monte alegre(sic) na serra da Tiuvira, desta freguesia da capital, um sitio com plantação de laranjeiras e bananeiras, nas quais ali forão plantadas em agosto de 1843 para cá,(...) sendo dita posse do quadro da extinta vila de Soure(...)¹⁷²

Em meio à produção de alimentos voltada para o mercado e para o sustendo do grupo familiar, os produtores agrícolas buscavam complementá-la com outras atividades econômicas, como foi o caso da Sra. Gertrudes Pacheco Medeiros,¹⁷³ que tinha propriedades em terras alagadiças, além de deixar plantações de cana que se adaptavam bem a esse tipo de solo, aproveitando dessa mesma possibilidade para fabricar tijolos. Deixa entre os bens arrolados “hum seleiro que serve de olaria coberto de telha no lugar Murtijucá”.

Outra família que buscava complementar as atividades agropastoris com as possibilidades oferecidas pela natureza era a da Sra. Ana Moreira de Sousa,¹⁷⁴ que deixava entre seus bens “três cavalos”, “três vacas”, “um novilho pequeno”, “oito cabeças de cabras”, “uma casa de taipa e telha com quatro portas de frente tendo quintal e algumas fruteiras no “Paracurú (120\$000)”, “uma sorte de terras com cem braços de frente e cinqüenta de fundo o Pecém com uma cozinha de palha (70\$000)”. Desenvolvia também atividades de pescaria, pois em seu inventário foi identificado “um curral de pescaria na costa do Paracurú no lugar Camará (50\$000)”, um outro “curral de pescaria na dita costa lo lugar denominado Imbriaça (100\$000)”, e mais um “curral de pescaria na dita costa no lugar Tapui (50\$000).”

¹⁷² APEC- Registro de terras de Manoel José Miranda. 7 de março de 1857. Livro de Terras de Fortaleza, APEC.

¹⁷³ APEC- Inventário Post-mortem de Gertrudes Pacheco Medeiros. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 19, nº 10, 1839

¹⁷⁴ APEC- Inventário Post-mortem de Ana Moreira de Sousa. Cartório de Órfãos de Fortaleza. Cx. 39, nº 01, 1862

Nesse caso, os currais de pescaria, pelos valores a eles atribuídos, apareciam como atividade principal, enquanto as agropastoris eram as complementares. Assim como os casos mencionados acima, os produtores agrícolas buscavam diversificar as atividades econômicas complementares a outras. A escolha do que desenvolver levava em conta as possibilidades ofertadas pelos recursos naturais, principalmente o solo e a água. No entanto, esses fatores não determinavam a vida rural. Essa era determinada pelos produtores agrícolas, que, a partir das leituras da natureza e das vivências adquiridas através de gerações, aproveitavam-se da melhor forma das possibilidades ofertadas pela natureza, mesmo que isso acarretasse problemas ambientais, impondo assim transformações na paisagem local.

A diversificação na produção agrícola continuou a existir nas décadas seguintes, pois, em um relatório enviado à Presidência da Província em 8 de outubro de 1884, a Câmara de Soure respondia o seguinte:

- 19- Qual o gênero de industria predominante no município? Canna, café, algodão, mandioca e cera de Carnaúba.
- 20- Qual o ramo mais explorado do lavoro? Cana, algodão e mandioca.
- 21- Os produtos explorados na lavoura são explorados e exportados? São.¹⁷⁵

Apesar do ofício ser datado fora do período desse estudo, sua análise é válida no sentido da permanência dessa produção, pois a diversificação continuava a existir. Chama a atenção que o café continuava sendo produzido, mas não aparecia entre os ramos mais explorados. Essa queda dava-se não só por conta dos gastos dispendiosos com plantio e beneficiamento, mas também pelo rápido esgotamento do solo que essa planta provocava, impossibilitando sua expansão, já que apenas as serras eram propícias ao seu cultivo.

Apesar dos camaristas não conseguirem especificar a quantidade exportada, esses produtos abasteciam as unidades produtivas, mas eram

¹⁷⁵ APEC- Ofício enviado pela Câmara municipal de Soure a Presidência da Província em 8 de outubro de 1884. Fundo: Câmaras Municipais; Serie: Correspondências expedidas. Local: Soure; Data: 1879-1915. APEC

direcionados também ao mercado, colocando a região em ligação com outras, principalmente as cidades, onde eram vendido os produtos do campo e consumidos bens manufaturados não produzidos por eles, que eram principalmente joias, que aparecem em pequena quantidade, além de roupas e utensílios de ferro. Expressa-se uma longa relação de dependência entre campo e cidade, onde ambas se complementam.

3.3 - A paisagem (re)desenhada

O processo de formação e consolidação de um “sistema agroecológico” em Soure com vistas à produção, fosse para o consumo familiar ou para o mercado local, implicou em profundas transformações na paisagem local, que foram provocadas principalmente pela constituição dos roçados e introdução de plantas exóticas aos ecossistemas, onde o ferro e o fogo foram letais contra a natureza.

A formação dos roçados tão prejudiciais aos ecossistemas mais necessários a esses homens tinha basicamente duas etapas. Primeiro, escolhia-se uma faixa de terra dentro da propriedade para, em seguida, fazer-se a limpeza, que incluía a derrubada de árvores e a queimada da vegetação para, em seguida, ser feito o plantio propriamente dito.

Gustavo Barroso descreve esse primeiro momento da seguinte maneira:

demarcado o terreno, aceira-se o mato em quadro com cuidado e vagar. Entram, então, naquele quadro, seis, oito homens, de foice em punho. Começa a broca, que é cortar dos galhos e dos ramos grossos. Após a broca, vem a derruba. Entra o machado em cena, rebrilhante, feroz, impiedoso, rangendo ao entalar-se nos troncos fortes, de onde ressaltam hastilhas ainda úmidas de seiva, lascas de córtex pontudas e finas. A mata geme, e- como guerreiros que tombam chapeados, de ferre aos golpes dos montantes- as árvores vão caindo com fragor. Por fim, nenhuma árvore, nenhum arbusto fica em pé. E ainda, incansáveis e encarniçados, os sertanejos golpeiam e mutilam os troncos e

galhos já mortos pelo chão, dividindo-os em curtos toro e finos taliscas.¹⁷⁶

Apesar de narrar a forma como os sertanejos preparavam o terreno para o plantio, essa prática estende-se também aos agricultores que habitavam áreas próximas ao litoral, pois a técnica era disseminada em todas as regiões do Brasil desde os tempos coloniais.

Derrubada a vegetação, deixava-se secar alguns dias ao sol e, em seguida, ateava-se fogo na mata caída. Nessa fase, havia o cuidado para que as chamas não se espalhassem para fora da área delimitada para o roçado. Medida essa iniciada ainda no período de derrubada das árvores, quando “aceirava-se o mato”, que consistia no ato de deixar espaços vazios entre a vegetação separada em quadra para o roçado e a circundante, para que o fogo não se alastrasse por outros espaços que não seriam utilizados naquele momento para a constituição das roças.

Nesse caso, não se constituía uma preocupação preservacionista com a mata que estava em jogo, e sim a necessidade de garantir reservas dentro da propriedade para serem aproveitadas nos anos vindouros, pois, caso as chamas alastrassem-se por outras áreas, poderiam perder-se outros espaços, comprometendo também áreas destinadas ao pasto do gado, bem como as benfeitorias existentes. Vale ressaltar, entretanto, que sempre a estratégia do acero funcionava e geralmente o fogo escapava ao controle, fazendo estragos maiores.

Pela narrativa feita por Gustavo Barroso, é possível perceber ainda que havia uma preocupação com a preservação, aparente, do solo e não com a mata. A utilização das queimadas reduzia as plantas em cinzas e enriquecia temporariamente a terra. Assim, esta era parceira, pois, se bem cultivada, viriam os frutos. Já a mata era vista como empecilho para cultivo, portanto, era o inimigo a ser batido.

Todavia, se as queimadas fertilizavam temporariamente o solo, a técnica provocava desequilíbrio no ecossistema por conta erosão do solo, matança e

¹⁷⁶ BARROSO, Gustavo. **Terra do sol**: Natureza e costumes do Norte. 6ª Ed. Fortaleza: imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 53

afugentamento de pequenos animais.¹⁷⁷ A destruição das matas e alterações no ecossistema através das queimadas não passou despercebida aos olhos e canetas de intelectuais da época e foram bastante criticadas no século XIX.

Na região Sul do Brasil, onde existiram grandes propriedades monocultoras voltadas para a produção de café com forte presença do trabalho escravo, a crítica ambiental estava centrada na associação de técnicas rudimentares à escravidão, que era vista com representante do atraso brasileiro.¹⁷⁸

No caso do Ceará, apesar da existência do trabalho escravo, esse não ocorreu de forma marcante como nas regiões monocultoras. Assim, a crítica ambiental foi pautada principalmente contra as técnicas de plantio que envolviam as queimadas e no uso de instrumentos vistos como ultrapassados como, era o caso do machado, da foice e enxada.

Nesse sentido, destaca-se Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, que publicou obras importantes, tais como o “Ensaio Estatístico da Província do Ceará”, em diversos textos publicados no jornal *Cearense*, na década de 1850, onde coloca que:

a destruição das Matas entre nós nas serra, e nas praias; os incêndios dos campos todos os annos no sertão tem concorrido visivelmente a nossos olhos para a diminuição da agoas, e desaparecimento de muitas fontes; não terá igualmente concorrido para as secas que tem assolado esta província do Ceará, e suas vizinhas?¹⁷⁹

Thomaz Pompeu associava as técnicas empregadas na destruição das matas para o plantio ao problema das secas.¹⁸⁰ Os fundamentos e propósitos de sua crítica, assim como de diversos outros intelectuais brasileiros no século XIX, não apresentavam uma preocupação preservacionista, mais sim uma percepção utilitarista acerca da natureza e as potencialidades dos recursos

¹⁷⁷ DEAN, Warren. Op. Cit., p.121

¹⁷⁸ PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

¹⁷⁹ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará**. Fortaleza:Tipografia Brasileira, 1859, p.21.

¹⁸⁰ PADUA, José Augusto. Op. Cit., p. 198.

naturais que poderiam ser aproveitados para o desenvolvimento da Província e da Nação. Assim, o autor não era contrário à produção, mas às técnicas que eram empregadas para chegar-se a ela.

As técnicas agrícolas difundidas no século XIX eram as mesmas desde o período colonial. Apesar das críticas, feitas principalmente por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, a não utilização do arado, que segundo o intelectual, era “(...) o primeiro instrumento civilizador de um povo, ainda é desconhecido entre nós!”¹⁸¹

Essa ferramenta agrícola, bastante difundida em determinadas regiões da Europa, não foi identificada em nenhum inventário de Soure. Seu uso era inviável na região principalmente por conta do solo, pois o grande número de raízes que ficavam mesmo depois da limpeza do terreno impedia sua utilização. Assim, os instrumentos mais empregados, tais como a foice e enxada, mesmo que questionados, eram o que melhor se adaptava ao cultivo terra.

No entanto, o que se pode observar, ao longo dos anos, é a difusão de alguns objetos, como o serrote e o martelo, ferramentas empregadas principalmente na transformação da madeira em utensílios domésticos para serem aproveitados tanto no trabalho diário das fazendas quanto dentro das moradias simples. Objetos confeccionados pelos próprios agricultores, que alternavam a lida do campo com o tempo ocioso entre o plantio e a colheita para dedicarem-se à fabricação de utensílios, ou por marceneiros que atendiam às demandas do mercado.

Nesse sentido, árvores que durante a constituição do roçado eram identificadas como madeira de lei, ou aquelas da serra, eram transformadas em objetos que aparecem maciçamente nos documentos analisados. São “baús de cedro”, “mesas de cedro”, “cofres de madeira”, “camas de dormir de jacarandá”, “camas de pau amarelo”, “caixões grandes de botar farinha”, “bancos de cedro”, “casas de taipa cobertas de telha” e “currais de pao apique”, dentre tantos outros exemplos que podem ser citados.

¹⁸¹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. Op. Cit., p.377

Algumas dessas madeiras, como no caso do cedro, são consideradas nobres e não são típicas da caatinga, mas podem ser encontradas em algumas serras e tabuleiros que, segundo Thomaz Pompeu Sobrinho, “(...) fornecem madeira para pequenas construções e para o lar dos habitantes do litoral (...).”¹⁸²

A vegetação das zonas elevadas próximo ao litoral, apesar da semelhança com a caatinga, apresentam espécies de plantas mais densas, passíveis de serem transformadas em objetos utilizados no cotidiano das unidades produtivas. Em passagem pela serra do Juá, no ano de 1861, o naturalista Francisco Freire Alemão descreveu as transformações na paisagem empreendidas pela ação do homem:

todo o terreno por que temos andado estes dois dias é baixo, arenoso, e arredado do mar duas léguas mais ou menos. Todo ele está cheio de carnaúbas, cujas árvores estão com flor e fruta verde. As serra do Juá e [Cauipe] são muito secas, pedregosas e sem grandes matas, bem que tinham em si boas madeiras de pau-d’arco, de jatobás, maçarandubas, e anjicos e de cedros do meio para baixo.¹⁸³ [grifo meu]

A transformação da paisagem a partir da derrubada de árvores e plantio de outras espécies fez-se sentir não apenas na lavoura, mas em todo o cotidiano das unidades produtivas. A madeira que não serviria para transformar-se em utensílios era utilizada como lenha para uso doméstico. Nesse sentido, trabalho, produção, moradia e utensílios domésticos estavam intimamente ligados aos recursos naturais disponíveis aos produtores agrícolas.

Assim, a ferro e fogo, eliminava-se o verde, cor da mata nativa que representava o empecilho para o desenvolvimento agrícola, transformando a madeira derrubada em material para ser queimado, aproveitado nas unidades produtivas. Com esse processo, buscava-se a constituição da “paisagem ausente”, para, em seguida, sobrepor-se outra, constituindo-se uma nova,

¹⁸² SOBRINHO, Tomaz Pompeu. Alguns aspectos da Geografia humana cearense. **Revista do Instituto do Ceará-RIC**, LIV, 1940, p.172

¹⁸³ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. Cit., p.303

marcada pela agricultura de plantas domesticadas e de certa forma controlada pelo homem.

No Ceará, o cultivo do café sob a sombra das ingazeiras, uma planta introduzida na região, como o mulungu, configura-se num exemplo claro redesenho da paisagem local, em particular das serra onde os cafeeiros floresciam. Nesse sentido, Thomaz Pompeu de Sousa Brazil não poupou críticas à destruição predatória da vegetação serrana:

recorrendo aos factos contemporâneos, e tradições de nossos antigos nesta terra tão nova ainda para experiência dos fenômenos desta ordem, acha-se por toda parte a confirmação do principio de que o corte imprudente das matas, principalmente das que guarnece as faldas das montanhas, e fontes dos ribeiros, tem feito diminuir as águas nesta província, e quiçá concorrido poderosamente para as suas repetidas secas.

As pessoas que conhecerão algumas de nossas serras ainda no principio deste século, recordão que nellas havia muito mais humidade, mananciais, correntes d'agua etc. do que presentemente.

A serra da Uruburetama há 50, ou 60 annos atraz, antes da cultura do algodão, tinha vários mananciais, cujas águas correndo do coração da serra, descião até o sertão adjacente por algumas legoas. Hoje apenas o corrente do Mundahú desse até em baixo, mas já não corre pela seca até o mar.

A cultura do algodão que se começou ali desde o principio deste século em maior escala, fez desguarnecer as faldas da serra, descobriu as fontes dos mananciais, e agoa foi desaparecendo por muitas partes, e redusindo os poucos correntes que restão para mais tarde também desaparecerem tudo.

O que aconteceu na Uruburetama, succedeo nas serras visinhas desta capital, Maranguape, Aratanha, Jubaís, e Baturité, e até nos alagadiços de nossas praias.¹⁸⁴

A associação da destruição das matas com as secas era algo recorrente na escrita de Thomaz Pompeu. Nesse trecho, produzido ainda na década de cinquenta do século XIX, o autor faz críticas ferrenhas à forma predatória da produção algodoeira, principalmente nas serras. É importante ressaltar que esse intelectual não se posicionava contra a produção de algodão, e sim contra as técnicas empregas no plantio, pois era um dos

¹⁸⁴ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Op. Cit., p.17-18

grandes defensores da introdução do arado em meio aos produtores agrícolas da Província do Ceará.

Como se vê, na década de sessenta do século XIX, a fronteira agrícola em Soure encerrava-se e a marca mais significativa desse processo era a alteração da paisagem, fosse no ecossistema costeiro, fosse nas serras onde as poucas manchas de mata atlântica existentes no Ceará eram colocadas a pique. Pelos dados do relatório do Relatório da Província do Ceará, em 1862, Soure tinha 70 roçados dedicados ao algodão, 50 ao café, além dos de farinha e das áreas destinadas ao plantio da cana, que associado a tantas fazendas de criar, que mesmo constituídas algumas vezes em espaços diferentes, eram atividades complementares para o homem do campo.

Esses roçados eram constituídos com espécies domesticadas em substituição às plantas nativas. Os roçados constituídos eram formados a partir de plantas com aceitação no mercado consorciadas àquelas para o consumo familiar. Embora para muitos importasse a busca do lucro, para outros, era apenas a sobrevivência que interessava. Ali, o homem parece ter aprendido a ler a natureza, mas não aprendeu a lidar com ela, não mediu esforços para concretizar os desejos colonizadores, domar o ambiente, transformar paisagens. Todavia, paisagem transformada expressa cultura, a da natureza dominada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de uma zona agropastoril voltada para abastecimento no entorno de Fortaleza, na região oeste, precisamente em Soure, iniciou-se com o processo de colonização ainda no século XVII tendo a pecuária como principal atividade econômica e consolidou-se na primeira metade do século XIX.

No entanto, o processo de formação de uma zona agropastoril não se deu de forma pacífica. A ocupação das terras por soldados, que vieram para combater os holandeses e nativos, gerou forte resistência por parte dos grupos indígenas que habitavam o litoral cearense.

Os embates travados entre nativos e colonizadores não foram apenas pela terra, mas também por outros recursos naturais disponíveis, principalmente os rios, referências utilizadas para a doação de sesmarias, e caminhos seguidos pelos colonizadores para adentrar o território. Quando os leitões já estavam ocupados por algum sesmeiro, buscavam-se as existentes [as o quê? sesmarias], pois, mesmo em uma região com maior abundância de água como era o litoral oeste cearense, a posse desse recurso seria fundamental não apenas para o desenvolvimento de atividades agropastoris, mas também para manter parte da população subjugada aos detentores desses recursos.

O processo de doações de sesmarias em Soure encerrou-se nos anos finais do século XVIII, no entanto, no século seguinte ainda havia terras disponíveis e sem proprietários declarados que foram sendo aos poucos ocupadas principalmente através da “posse mansa e pacífica”.

O mercado de terras foi instituído oficialmente no Brasil após a Lei de terras, de 1850, que estabeleceu a compra como única forma de aquisição de terras devolutas. Entretanto, independente das leis provinciais, essa modalidade já era utilizada por produtores para adquirirem propriedades. Nesse sentido, as faixas de terra que eram comercializadas antes da referida

lei extremavam em sua grande maioria com rios e lagos, o que as tornavam mais propícias às atividades agropastoris, por isso eram mais procuradas.

Os documentos analisados, especialmente os inventários *post-mortem* e o Livro de Terras da Freguesia de Fortaleza, apontam para um grande número de proprietários de terras com apenas uma posse e um pequeno número com concentrando mais de uma posse de terra. No entanto, apesar da grande maioria apresentar apenas uma propriedade, existia uma concentração fundiária nessa região, pois havia uma considerável quantidade de despossuídos obrigados a vender sua força de trabalho ou arrendar pedaço de propriedades daqueles que as detinham. E, nesse caso, o pagamento era feito através de certa parcela da colheita, o que mesmo assim gerava uma dependência entre ambas os lados interessados.

Aqueles proprietários que detinham mais de uma faixa de terra buscavam diversificar as atividades agropastoris, de modo a explorar as potencialidades de cada ecossistema. Assim, nas terras próximas ao litoral ou em serras, onde o solo era propício ao cultivo, os produtores desenvolviam a agricultura, em especial plantas voltadas para a alimentação do grupo familiar, principalmente a farinha de mandioca – que fazia parte da dieta alimentar dessa população – consorciada à outra planta domesticada e de grande aceitação no mercado, como podia ser o caso do algodão, do café e dos derivados da cana – em especial, a rapadura. Estas, enfim, eram as “terras de plantar”.

Nas terras situadas mais ao interior, onde predomina o clima semiárido, existiam as “terras de criar”, onde se desenvolvia a pecuária. O “sertão” possibilitava a criação de animais, principalmente por conta da mata aberta e da abundância de plantas que serviam de forragens existentes durante os anos chuvosos, quando a exuberância da caatinga era então vista, facilitando a alimentação principalmente do gado.

No entanto, o que predominou enquanto paisagem agrária foram as “terras de criar e plantar”, nas quais os produtores consorciavam agricultura e pecuária em uma mesma unidade produtiva. Essas propriedades, em sua grande maioria, ficavam em uma zona de transição entre o litoral e o sertão.

Além disso, a pesquisa demonstrou também que, apesar de que houvesse terras destinadas à criação de animais e outras para plantações, essas atividades eram complementares e ficavam nas áreas exclusivas a uma [a uma o quê? A uma região? A uma propriedade?], mesmo que em pequena escala. Assim, aqueles que tinham as “terras de plantar” mantinham pequenos rebanhos de gado necessários à complementação alimentar, pois os bovinos forneciam leite e queijo. E, nas “terras de criar”, existiam pequenas roças voltadas para abastecimento do grupo familiar. A denominação atribuída a essas se dava principalmente pelo ecossistema ao qual estavam inseridas e, também, devido à atividade predominante estar voltada para o abastecimento externo à unidade produtiva.

O cultivo de plantas exóticas em relação a esses ambientes era feito de maneira predatória, principalmente através das técnicas de plantio utilizadas pelos produtores agrícolas, nas quais imperara o “ferra e o fogo” para a destruição do verde das matas, que, nesse caso, era visto como o inimigo a ser batido, a fim de sobrepor à vegetação nativa espécies exóticas e domesticadas. Esse processo não apenas provocou mudanças na paisagem, como também ocasionou transformações ambientais logo sentidas pelo solo; em especial, no esgotamento de sua capacidade produtiva e, aqui, sobretudo, no cultivo do café – este um plantio que desgastava o solo mais rapidamente.

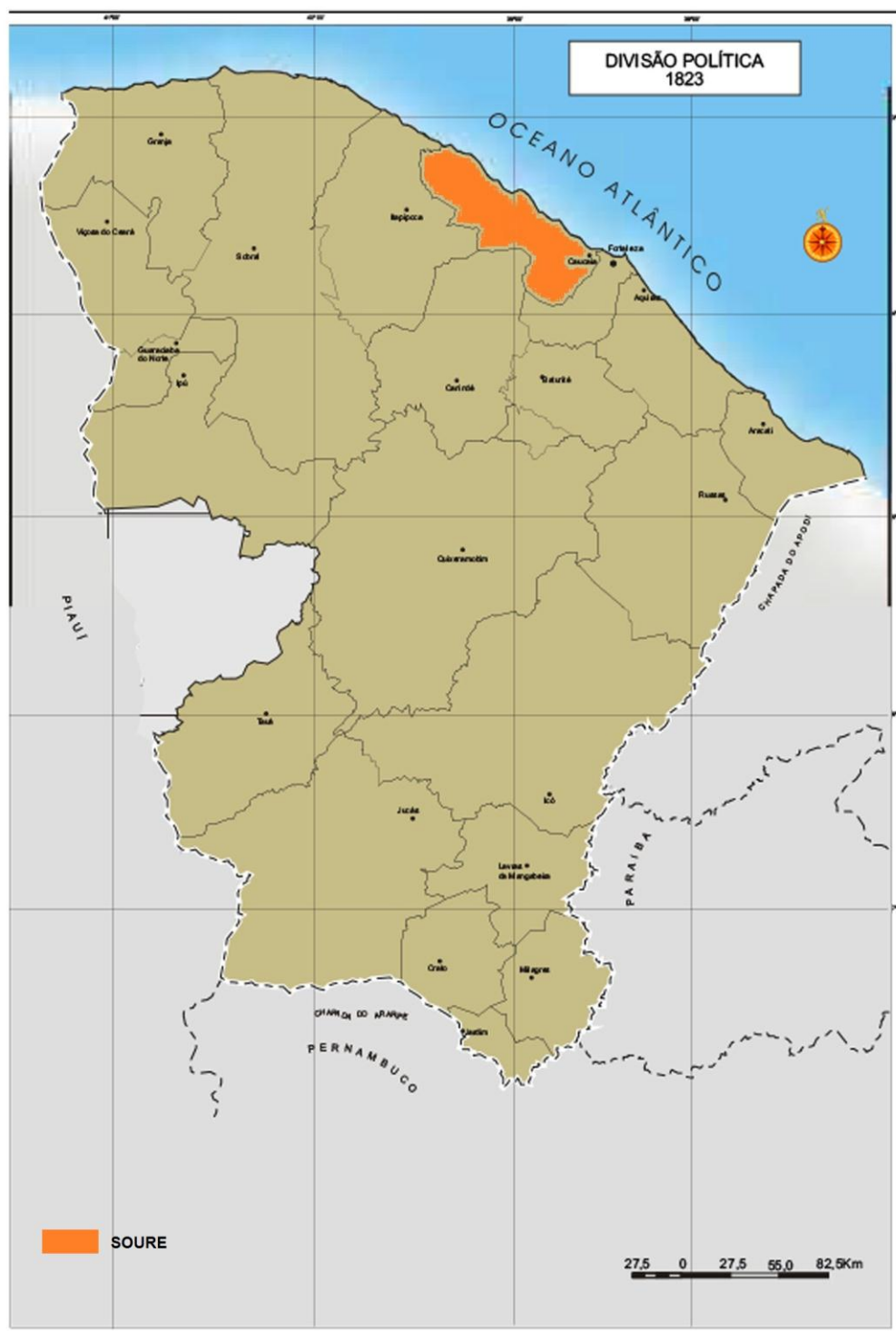
No entanto, essa relação do homem com os recursos naturais disponíveis, apesar de provocar mudanças na paisagem e nos ecossistemas, eram uma relação feita principalmente a partir da leitura da natureza. O período de derrubada da mata, para fazer o roçado, o plantio e a colheita, dava-se a partir dos conhecimentos acumulados durante diversas gerações, que levavam em consideração principalmente o ciclo das águas, ou melhor, o período chuvoso nessa região.

A paisagem natural predominante em cada região não determinou o modo de vida desses produtores, pois esses homens buscaram aproveitar as potencialidades de cada ecossistema e os recursos naturais neles disponíveis, transformando o meio em paisagem cultural, o que não se deu sem danos ao ecossistema, na medida mesma em que se observou a introdução paulatina de

plantas e animais exóticos. Nessas condições, os atores históricos estudados aqui desenvolveram um modo de vida em consonância com o meio ambiente, ao qual estavam inseridos, embora muitas vezes essa relação constituísse uma troca desigual e danosa ao próprio homem que faz parte da natureza. Mas assim tem sido ao longo do tempo o diálogo entre aquele e esta. Assim tem sido a História.

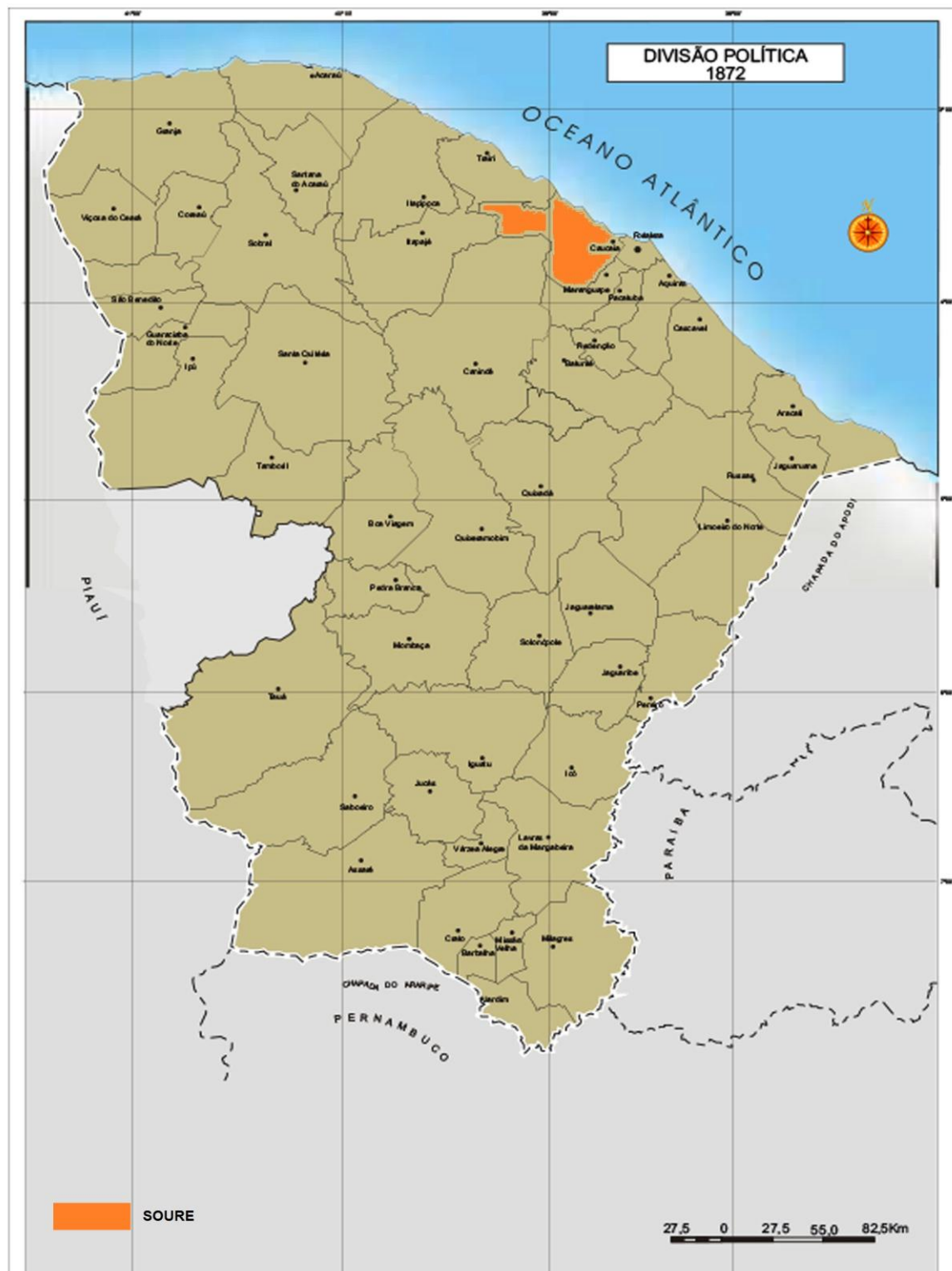
ANEXOS

ANEXO A: Mapa de Soure no ano de 1823



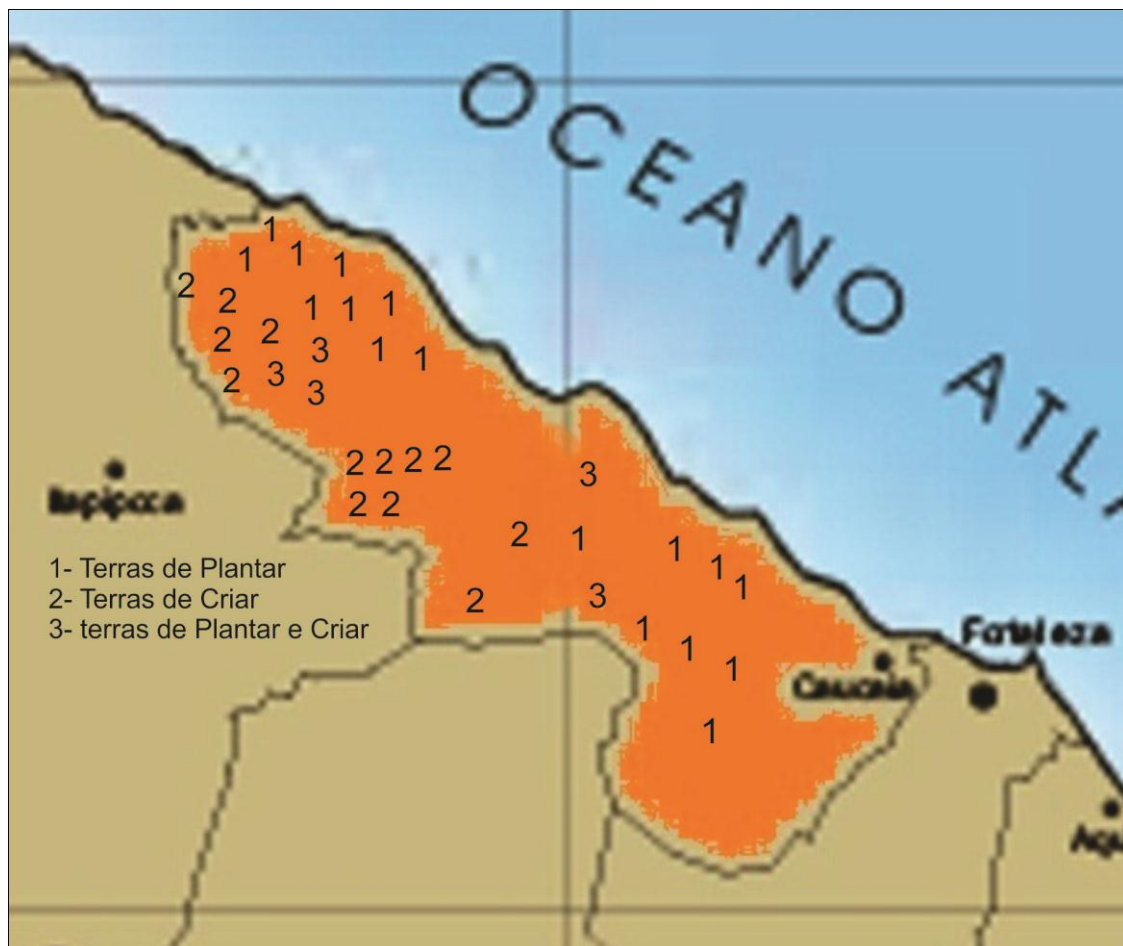
Soure em 1823. Elaborado a partir do Sistema de Informações site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE, disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas-capitulo111112x.htm05042012>

ANEXO B: Mapa de Soure no ano de 1872



Soure em 1872. Elaborado a partir do Sistema de Informações site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE, disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo111112x.htm05042012>

ANEXO C: Paisagens Agrárias em Soure (1823 – 1860)



Fonte: APEC- Inventários *post-mortem* do Cartório de Órfãos de Fortaleza. Documentos referentes a Soure, Siupé e Trairi. 1823-1867. APEC

FONTES:**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC)****1. Fontes Impressas:**

- Documentos: revista do Arquivo Público do Ceará. APEC: Fortaleza, vol.1, 2005

- Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03).

Volume 1: nº 1, 5, 8, 11, 14, 24, 25, 27, 29.

Volume 2: nº 102, 111,

Volume 3: nº 146, 163, 184,

Volume 4: nº 196, 200, 201, 210, 212

Volume 6: nº 368

Volume 7: nº 410, 483, 491

Volume 8: nº 613, 658, 662

Volume 10: nº 16

Volume 11: nº 67, 70, 74, 86, 87, 165

Volume 12: nº 118, 119

Volume 13: nº 4, 20, 22, 31, 41, 66, 70

Volume 14: nº 98, 164, 165, 194

2- Fontes Manuscritas

2.1- CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELAS CÂMARAS DAS VILAS

- Correspondências expedidas-Source –FUNDO CÂMARAS MUNICIPAIS-
Local: Source: 1879-1915 (APEC)

- Código de Posturas de Source – 1883 - Correspondências expedidas-Source –
FUNDO CÂMARAS MUNICIPAIS- Local: Source: 1879-1915 (APEC)

2.2- Registros de Terras, Freguesia de São José de Ribamar de Fortaleza,
1855-1858 (Correspondentes a Source, Siupé e Trairi).

2.3- Inventários *post-mortem* do Cartório de Órfãos de Fortaleza. Documentos
referentes a Source, Siupé e Trairi. 1823-1867. APEC

FONTES DO INSTITUTO DO CEARÁ

MENEZES, Antonio Bezerra. Algumas origens do Ceará. Fortaleza: **Revista do Instituto de Ceará**, 1901.

_____. Duvidas Históricas. Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, 1896

OLIVEIRA, J. B. Pedigão de. Um capítulo da História do Ceará- Conquista dos
indígenas. Fortaleza: **Revista do Instituto de Ceará**. 1890

SOBRINHO, Th. Pompeu. Alguns aspectos da geografia humana cearense.
Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo: LIV, 1940

Três documentos do Ceará Colonial. Coleção História e Cultura-Dirigida pelo
Instituto do Ceará. Departamento de Imprensa oficial. Fortaleza:1967

3- OUTRAS FONTES:

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Organização e apresentação: Antonio Luiz Macedo Silva Filho, Francisco Régis Lopes Ramos, Kênia Sousa Rios. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011

POMPEU, Thomaz. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. Fortaleza: Typografia brasileira, de Paiva e Companhia. 1959

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008

ALBUQUERQUE, Manoel Coelho. **Seara Indígena: deslocamentos e dimensões identitárias**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC, 2002

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Vaqueiros, agricultores, artesãos: origens do trabalho livre no Ceará Colonial. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: Vol. 20/21, Nº 1-2, 1889/1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O desafio ecológico: utopia e realidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002,

ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza dos rios: História, Memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008

BARRETTO F^o, Henyo Trindade. Tapebas, Tapebanos e penas-de-pau de Caucaia, Ceará: Da etnogênese como processo social e luta simbólica. **Série antropologia**. Brasília, 1994.

BARICKMAN. B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860**. tradução de Maria Luiza X. de A. Barbosa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BARROSO, Gustavo. **Terra do Sol** (Natureza e costumes do Norte). Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru-SP: EDUSC, 2001

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na Flores Subtropical: uma história ambiental da colonização europeia do Rio Grande do Sul**. Tese- Rio de Janeiro:UFRJ/PPGHIS-IFCS, 2010

CAMPOS, Eduardo. **A invenção do discurso ambiental**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998.

CARVALHO, Marcos. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2003

CARRARO, Angelo Alves. **Minas e Currais: produção rural e Mercado Interno de Minas Gerais: 1674-1807**. Minas Gerais: Editora da UFJF

CASTRO, Hebe Maria Matos de. **Ao Sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CESCO, Susana. **Floresta, agricultura e cidade**. Transformações sociais e ambientais na Ilha de Santa Catarina no século XIX. Tese- Rio de Janeiro:UFRJ/PPGHIS-IFCS, 2009.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrição de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo no final do século VIII. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p135-152

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira**. Tradução:Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 2006

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p. 177-197,1991.

DUARTE, Regina Horta. **História & natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo:Fundação Editora Unesp, 1997

FRAGOSO, João Luis. O Império escravista e a República dos Plantadores: Economia brasileira no século XIX: Mais do que uma plantationescravista – exportadora. In: LINHARES, Maria Yadda(Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro:Elsevier,1990.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “**Catirrina minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê, Amaru mambirá**”: **O Ceará no tráfico interprovincial. 1850-1881**. Dissertação-(Mestrado em História Social). Fortaleza: universidade Federal do Ceará., 2005

FURTADO, Junia Ferreira. A morte como testemunha da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina (Orgs) . **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 93-118, 2009.

GUABIRABA DE ARAÚJO, Maria Célia de. **Ceará- A crise permanente do modelo exportador- 1850-1930**. Fortaleza: Instituto Memória do Povo Cearense, 1989

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará, 1984

GUILDON, P. Galafassi de. y ZARRILLI, Adrián G. **Ambiente, Sociedad y naturaleza:** Entre la teoría social y la historia. Universidad Nacional de Quilmes Ediciones: Bernal, Porvíncia de Buenos Aires, 2002

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição a semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patricia Mass, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

FONTANA, Josep. **A História dos Homens.** Tradução: Heloísa Jochims Rachel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004

FUNES, Eurípedes A. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone. **Uma Nova História do Ceará.** 3ª ed. Fortaleza. Edições Demócrito Rocha, p. 103-132, 2000

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 4 ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará:** estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880). Fortaleza: Secult, 1994

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade:** conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicação, 1991.

LEONARD. Victor Paes de Barros. **Entre árvores e Esquecimentos:** história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editora, 1996.

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **A sombra das ingazeiras:** o café na serra de Baturité 1850-1900. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, 2000 (IFCS).

LINHARES. Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamareon, VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yadda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Editora Brasiliense

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 5º Ed. São Paulo: HUCITEC, 2004

MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, mar, 2001, p. 41-77

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental paulista: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007

MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão popular, 2007

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo. Alameda, 2009

NEVES, Frederico de Castro. A lei de terras e a lei da vida: transformações no mundo rural no Ceará do século XIX. In: estudos de História, Franca, SP, p.37 á 58, 1994

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História ambiental. In: **Estudos avançados**. Dossiê teorias socioambientais. São Paulo: vol. 24, nº 68, 2010.

_____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania de Pernambuco (1700-1817)**. Tradutor: Walter Sotomayor. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004

PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009

PEDROZA, Manuela. O mundo dos fundos ou quem eram os vizinhos dos engenhos de açúcar no Rio de Janeiro Colônia? (Freguesia de Campo Grande, 1777-1813). **Revista Estudos Ibero-americanos**, PUCRS, vol. 35, p. 59-38

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 14 ed., São Paulo: Brasiliense, 1971.

PINHEIRO, Francisco José. **A organização do mercado de trabalho no Ceará (1850-1880)**. Recife:UFPE, Dissertação de mestrado, 1990.

_____. **Notas Sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: fundação Ana Lima, 2008

_____. **Documentos para a História Colonial e especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, 1978.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Martha S. Honra. Terra e Violência: O mundo dos homens pobres e livres do sertão cearense do século XIX. In: **Trajetos: Revista do programa de**

Pós-Graduação em História Social da UFC. Fortaleza: Departamento de História, vol. 6, n.11, 2008

SCHAMA, Sinom. **Paisagem e Memória**. Tradução: Hildegard Fust. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional, 1500-1960**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005

SEVCENKO, Nicolau. **O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura**. Revista USP. São Paulo (30) 108-119

SILVA FILHO, Antonio Luiz de Macedo. **Fortaleza: Imagens da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado e Desporto do Estado do Ceará, 2001

SILVA, José Bozarcchiolo da., CAVALCANTE, Teciá Correia., DANTAS, Eutógio Correia Wanderley., SOUSA, Maria Salete (organizadores). **Ceará: Um novo olhar geográfico**. 2ª ed.. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas sob o Diretório Pombalino**. Tese apresentada na Universidade Estadual de Campinas, SP: 2003

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História das paisagens. : CARDOSO, Ciro Flamareon, VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História**. Rio de Janeiro:Campus,1997.

_____. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. 2ª edição. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008

SILVA, Rafael Ricarteda. **Formação da Elite Colonial nos Sertões de Mombaça: Terra, Família e Poder (Século XVIII)**. Fortaleza: Dissertação de

Mestrado – Universidade Federal do Ceará-Centro de Humanidades-Programa de Pós graduação em História, 2010

SOUSA BRASIL, Thomaz Pompeo. **Ensaio Estatístico da província do Ceará** (Tomo I e II). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997

SOUSA, Simone (org.) **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha, 1989

SOUZA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002

SOUZA, Sonia Maria. **Terra, família, solidariedade...** Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição Juiz de Fora(1870-1920).Bauru: EDUSC,2007.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, KLASS. **O trabalho da terra**: a lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília,1997.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991

_____. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (org) **A natureza e os rios**. História, memória e territórios. Curitiba: UFPR, p.27-46, 2008.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Revista ambiente e sociedade**. Vol. V-nº 2-ago/dez. p.23-44, 2003

XAVIER, Maico Oliveira. “**Cabocullos são os brancos**”: dinâmicas das relações sócio culturais dos índios do termo da Villa Viçosa Real-Século XIX. Dissertação- Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2010.